

Comissão de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao Processo que Conduziu à Aplicação da Medida de Resolução e às suas Consequências, nomeadamente quanto aos Desenvolvimentos e Opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco

48.^a Reunião
(4 de março de 2015)

SUMÁRIO

O Presidente (Fernando Negrão) deu início à reunião às 16 horas e 8 minutos.

O Dr. Henrique Granadeiro (ex-Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom), após intervenção inicial, respondeu aos Deputados Mariana Mortágua (BE), Carlos Abreu Amorim (PSD), Pedro Nuno Santos (PS), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP).

O Presidente encerrou a reunião eram 22 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a reunião.

Eram 16 horas e 8 minutos.

Hoje temos a audição do Sr. Dr. Henrique Granadeiro, ex-Presidente da Portugal Telecom (PT), a quem cumprimento, que fará uma exposição inicial de cerca de 30 minutos e, depois, como é normal, estará à disposição dos Srs. Deputados para responder às perguntas que entenderem formular.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vou dar, desde já, a palavra ao Sr. Dr. Henrique Granadeiro.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro** (ex-Presidente da Portugal Telecom): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: A minha participação na presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem o intuito declarado de contribuir para o esclarecimento da verdade dos factos, dos quais tenho conhecimento, em virtude das funções que assumi, desde 2002, no Grupo Portugal Telecom.

Quero deixar claro que o faço sob juramento, no sentido que isso tem para a minha confissão religiosa e para as minhas convicções republicanas.

Por forma a circunstanciar a minha intervenção, realço que assumi, pela primeira vez, funções como Presidente do Conselho de Administração e da comissão executiva da PT entre 4 de abril de 2006 e 28 de março de 2008, sendo que, a partir dessa data e até 2013 mantive apenas o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Em 4 de junho de 2013, no quadro da combinação dos negócios PT/Oi, e na sequência da renúncia, apresentada pelo Sr. Eng.º Zeinal Bava, assumi, neste novo contexto, o cargo de CEO (*chief executive officer*).

Renunciei a todos os cargos, em 7 de agosto de 2014, e fui, efetivamente, substituído, em 16 de setembro de 2014.

A comissão executiva, a que passei a presidir, era exatamente a mesma que vinha exercendo funções, sob a liderança do Sr. Eng.º Zeinal Bava. Esta comissão executiva tinha a mesma composição do Conselho de Administração da PT Portugal (com exceção de um único elemento), que era presidido pelo Eng.º Zeinal Bava, que passou a acumular as funções de Presidente Executivo da Oi. Parafraseando o célebre dito «um País, dois sistemas», o universo PT passou a funcionar com uma comissão executiva e dois presidentes, originalidade esta que poderá ter sido a causa de equívocos e de elevados prejuízos para os acionistas da PT.

Em 5 de abril de 2000 foi estabelecida uma parceria estratégica no âmbito da nova economia, envolvendo, de um lado, a Portugal Telecom e algumas empresas suas participadas, designadamente a PT Multimédia (atualmente ZON/NOS) e a PT Prime, do outro lado, o Grupo Banco Espírito Santo, que, como sempre se disse, incluía o BES, BESI, BIC, ESAF e a Companhia de Seguros Tranquilidade, e, por último, a Caixa Geral de Depósitos (CGD), que, à época, estava particularmente empenhada e ativa no desenvolvimento do comércio eletrónico com a introdução de novas tecnologias na área financeira, e no prosseguimento de uma estratégia de distribuição multicanal.

Conforme referido nos considerandos daquele acordo, as partes contratantes estavam conscientes de que a convergência crescente da tecnologia, comunicações e conteúdos conduziria, progressivamente, à nova sociedade de informação, assumindo, todas elas, ser desejável o reforço e estreitamento das suas relações e colaboração recíprocas.

Para acompanhamento desta parceria entre as partes, que se assumiam e declaravam, no próprio acordo, como acionistas de referência

da PT, foi criada uma comissão de acompanhamento, liderada por representantes das entidades contratantes, conforme a matéria e a experiência dos temas a examinar.

Ainda no âmbito desse acordo de parceria estratégica, o Grupo Banco Espírito Santo obrigou-se a elevar para 6% a sua participação no capital da PT, e garantiu adquirir 2,5% do capital da PT Multimédia e da PT Prime, que estavam ambas, ainda, em fase de lançamento.

Também a CGD se comprometeu a adquirir ações representativas da Portugal Telecom, por forma a reforçar, significativamente, a participação global da CGD no capital social da PT, ficando, ainda, com opção de adquirir 2,5% da PT Multimédia e da PT Prime, e viria a concretizar a participação na PT Multimédia, como é sabido.

Reciprocamente, a PT obrigou-se a adquirir até 3% do Banco Espírito Santo, sendo do conhecimento público que não poderia ter assumido a mesma posição quanto à CGD, por esta ser uma entidade exclusivamente detida por capitais públicos.

As partes contratantes iniciaram, então, um processo de análise, abarcando designadamente: a identificação de áreas de interesse comum onde as partes contratantes ambicionavam desenvolver atuações; e a consideração de áreas de expansão de negócio e de expansão geográfica — era importante a questão da expansão geográfica — que poderiam revelar-se de interesse comum, designadamente no Brasil e em África.

Sem prejuízo de outras que viessem a ser futuramente aprovadas — porque, praticamente, estávamos na infância da arte —, no seio da comissão de acompanhamento, os contratantes decidiram, desde logo, organizar, em quatro grupos distintos, as áreas onde a parceria se iria desenvolver: em primeiro lugar, as iniciativas no domínio do *e-commerce business to consumer* (b2c); em segundo lugar, as iniciativas no domínio do

e-commerce business to business (b2b); em terceiro lugar, as iniciativas no âmbito dos serviços móveis — portanto, o móvel como veículo de negócio; e, finalmente, a criação de um fundo de investimento em iniciativas na área da nova economia.

No âmbito destes quatro grupos, foram lançadas inúmeras iniciativas no campo dos portais financeiros e imobiliários: *broker* de seguros; Portal das PME; *E-commerce enabling*; *M-commerce*; *M-Payments*; Portal Vertical da Saúde; *Trade.com*; etc., no total de 15 projetos que foram, então, comunicados ao mercado como facto relevante — é interessante este comunicado de facto relevante, pela ingenuidade da terminologia que é utilizada, em relação àquilo que são, hoje, estas realidades.

Muitas destas iniciativas acabaram por se autonomizar, quer no quadro das instituições financeiras subscritoras da parceria quer no desenvolvimento natural da oferta de serviços da PT, mas é inquestionável a visão estratégica que desencadeou a parceria e o efeito dinamizador do entendimento entre a CGD e o Grupo Banco Espírito Santo, no desenvolvimento interno e internacional da PT, que constituíram o grupo acionista dinamizador e agregador de novos acionistas, como a Ongoing, a Visabeira e a Controlinvest, elevando de 13% para, aproximadamente, 36% a participação de investidores portugueses no capital da PT, financiando o seu desenvolvimento interno e a sua expansão internacional.

Com a aquisição da Telesp Celular, por um preço que foi considerado louco pelas boas almas da época, e que levou a uma queda de 50% da cotação da ação, houve a necessidade de vários aumentos de capital a que estes parceiros financeiros acorreram, sem hesitação.

É justo reconhecer que foi esta coesão acionista que permitiu à PT impor-se como uma das referências no sector das telecomunicações, na Europa e no mundo, várias vezes reconhecida pelos seus produtos

altamente disruptivos, como foi a plataforma pré-pago, o pioneirismo internacionalmente reconhecido da fibra ótica (FTTH, *fiber-to-the-home*) e a cobertura do País em 4G, as ofertas integradas que começaram com o MEO, como é sabido, e muitas outras iniciativas, que, hoje, quase diariamente são lançadas.

Como é de todos sabido, a CGD decidiu vender, subitamente, a sua participação qualificada na PT em 24 de Outubro de 2013, 15 dias depois do anúncio do projeto da fusão da PT/Oi, por razões que, certamente, o seu acionista conhecerá, mas não foi, porém, possível encontrar nas suas prestações de contas, nos seus relatórios, vestígios do racional estratégico para o abandono de um projeto para cujo desenvolvimento e prestígio a Caixa tanto contribuiu.

Desde que assumi funções na PT, até às vésperas da saída da CGD do capital, não me lembro — repito, não me lembro — de nenhuma iniciativa relevante, atos de gestão indelegáveis ou propostas feitas à assembleia geral de acionistas que não fossem conjuntamente subscritos pela CGD e pelo BES.

Com o abandono do projeto PT pela CGD, em outubro de 2013, encerrou-se um longo ciclo, em que uma elevada participação de capital de instituições e investidores individuais portugueses (mais ou menos 36%, como já disse) participou, ativamente, na definição de opções estratégicas e no acompanhamento da execução dos objetivos estratégicos.

Foi neste quadro mais vasto de cooperação para o desenvolvimento, nos mercados interno e internacional, que o Grupo Banco Espírito Santo e a Caixa Geral de Depósitos acordaram em considerar a PT como seu fornecedor preferencial no que concerne aos serviços de telecomunicações e, reciprocamente, a Portugal Telecom aceitou considerar o Grupo Banco

Espírito Santo e a Caixa Geral de Depósitos como seus fornecedores preferenciais de produtos e serviços financeiros.

Cabe salientar, desde já, que o histórico dos investimentos efetuados em sociedades compreendidas no universo do Grupo Espírito Santo começou a ser efetuado, desde logo, no ano de 2001, em que, do total das disponibilidades financeiras do grupo Portugal Telecom, no final desse ano, 84,3% diziam respeito a investimentos efetuados naquelas sociedades.

Contudo, cumprirá sublinhar que, mesmo em tempos mais recentes, sempre o investimento efetuado se dividia, primordialmente, entre sociedades compreendidas no Grupo Banco Espírito Santo e na CGD, sendo de referir que chegaram a representar percentagens superiores a 40% das disponibilidades financeiras do Grupo Portugal Telecom na CGD, nomeadamente nos anos de 2007, 2008, 2010 e 2011.

No período compreendido entre 2001 e 2013, as aplicações que foram efetuadas com o Grupo Banco Espírito Santo, onde o BES se inclui, totalizariam um valor, se pudessem ser somadas as aplicações, quando, muitas vezes, elas eram apenas reveladas, de 6157 milhões de euros, representando, na realidade, 17% do total de *cash* consolidado do Grupo Portugal Telecom, nessa altura, e apenas 3% do total do ativo consolidado da PT, que, pela via dessa soma, representaria 200,593 milhões de euros.

Como facto relevante, tenha-se ainda em consideração que as diversas operações realizadas, quer com as partes no acordo de parceria, quer com os demais bancos com quem as sociedades do Grupo Portugal Telecom trabalhava, e eram muitos, ocorreram, ao longo de um longo lastro temporal sem terem merecido reservas, comentários ou questões dos acionistas, do auditor externo, da comissão de auditoria ou dos reguladores, não sendo crível que, em todos os relatórios e contas publicados — e publicavam-se, trimestral e anualmente —, se dúvidas existissem, estas não

fossem suscitadas, em especial pelos órgãos que, concretamente, assumem as tarefas de vigilância e controlo das atividades das sociedades do Grupo Portugal Telecom.

Desde 2001, tratando-se de aplicações de curto prazo que se renovavam, em média, a cada 90 dias (embora, nos termos da delegação, pudessem ir até 180 dias, mas a política da PT era de muito curto prazo), verificaram-se mais de 40 renovações das aplicações decididas por diversas e sucessivas administrações e respetivos membros, bem como refletidas nos relatórios e contas, trimestrais e anuais, ao longo de mais de 12 anos.

O relatório e contas consolidado da Portugal Telecom respeitante a 2013 continha expressamente, na famigerada Nota 24 às demonstrações financeiras, que as aplicações em papel comercial, no valor de 750 milhões de euros, que haviam sido subscritas pela Portugal Telecom e pela PT Finance, com uma maturidade de aproximadamente dois meses, foram liquidadas nas datas devidas pelo respetivo valor nominal acrescido de juros.

Nessa mesma Nota 24, em que apenas se regista o valor de 750 milhões, há que ter em conta que o valor global era de 914 milhões, sendo que a diferença era um conjunto de obrigações emitidas pelo Santander Brasil e tomadas em 31 de dezembro de 2013. Portanto, na Nota 24 não estamos a falar de 750 milhões apenas, mas, sim, de 914 milhões.

Apesar de a referida menção apresentar os referidos investimentos de curto prazo como tendo sido emitidos, em vez de subscritos, o que tem causado algum escândalo, pelas mencionadas sociedades... O erro de dizer «emitido» em vez de «subscrito» é um manifesto lapso material que é, aliás, percutível no contexto, quando se observa que a rubrica respetiva se insere do lado do ativo e não como passivo do Grupo. O erro material, não obstante ser insuscetível de enganar os investidores, foi corrigido por

determinação da CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários). E se, efetivamente, pudesse ser suscetível de induzir em erro os investidores, a CMVM seguramente teria dado alguma coima ou alguma sanção à PT, mas limitou-se a mandar corrigir aquilo que era um óbvio erro material.

Os dados contidos no documento Histórico de Aplicações de Tesouraria, que foi oportunamente enviado à CMVM, e que está acessível a todos os Srs. Deputados — e não o trouxe para poder ser distribuído, porque não tenho o direito de distribuir documentação da PT, uma vez que já não tenho nenhuma função na PT — reflete com bastante pormenor o total das aplicações ao longo destes 13 anos, evidenciando os montantes e as respetivas contrapartes, além, naturalmente, das maturidades e das taxas contratadas.

Resulta óbvio que as aplicações de tesouraria efetuadas ao longo dos vários anos não foram, nem poderiam ter sido, ocultadas dos diversos órgãos internos e externos da sociedade.

Na realidade, tais aplicações encontram-se descritas em vários documentos, quer de natureza legal, quer de natureza corporativa, nomeadamente nos relatórios e contas, que são aprovados trimestralmente pelo conselho de administração e anualmente na assembleia geral, pelos acionistas, bem como no Formulário 20-F — elemento importante —, que é submetido à SEC (Securities and Exchange Commission) americana, com o seu conhecidíssimo rigor, onde a Portugal Telecom, como é sabido, é a única sociedade portuguesa cotada plenamente.

O sistema de *governance* da companhia impulsionou e acompanhou a introdução das melhores práticas, como demonstra sobejamente a colaboração empenhada da PT na elaboração dos códigos de *governance* da CMVM, que adotou um processo aberto de construção do seu código, e

também do Instituto Português de Corporate Governance e os exames anuais feitos por entidades externas, por reconhecidas entidades especializadas — várias vezes pela Universidade Católica —, por iniciativa da Associação de Emitentes de Valores Mobiliários e que conduzem à atribuição do *rating* de *governance* em que a PT tem estado ano a ano nos lugares cimeiros.

Sublinho que nunca foram formuladas quaisquer reservas ou ênfases por parte do Conselho Fiscal da PT SGPS a respeito das aplicações das disponibilidades de tesouraria da sociedade, e nunca a Comissão de Auditoria, os auditores externos ou o ROC (revisor oficial de contas) da sociedade apresentaram quaisquer reservas, ênfases, recomendações ou reparos sobre a informação financeira prestada pela sociedade, quer no que respeita às contas anuais, quer no que respeita às contas que eram trimestralmente aprovadas em sede de comissão executiva e de conselho de administração.

Todas estas contas, aprovadas trimestral e anualmente, tinham o parecer favorável da Comissão de Auditoria entretanto criada, em 2007, e que foi um enorme contributo para a supervisão e o controlo das contas da companhia, até pela qualidade dos membros dessa Comissão de Auditoria, que incluía um dos mais experientes dirigentes de telecomunicações e dois *financial expert*, como diz a SEC, ou peritos financeiros, como nós podemos dizer.

Muito menos ainda se receberam reparos, recomendações ou reservas por parte das entidades de supervisão, quer portuguesas, quer de Wall Street, da SEC.

Conforme já referi e é do conhecimento público, os relatórios e contas da sociedade são do conhecimento geral, quer interno, quer externo, sendo submetidos à assembleia geral para aprovação dos seus acionistas.

Na realidade, e como é público e notório, a Portugal Telecom encontra-se sujeita a regras bastante exigentes no que respeita à *corporate governance*, impostas legalmente, como no caso dos regulamentos Sarbanes-Oxley, aprovados pela SEC, quer pela própria autovinculação da sociedade a normas de conduta e de *corporate governance* criadas e aplicadas ao longo do tempo, designadamente nos citados códigos de *governance* da CMVM e do Instituto Português de Corporate Governance.

As aplicações financeiras dos excedentes de tesouraria surgem referidas nos relatórios e contas anualmente publicados, conforme já foi referido, estando descritas no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Cumpre salientar que é à Comissão de Auditoria e, bem assim, aos restantes órgãos de fiscalização da sociedade que cabe, nos termos da lei, pronunciar-se sobre as informações constantes, nomeadamente do relatório e contas anualmente divulgado e publicitado e objeto de aprovação pelos acionistas em assembleia geral.

Por outro lado, ao longo de todo o período em que foram feitas aplicações no Grupo Banco Espírito Santo, nunca qualquer das entidades entrou ou indiciou entrar em incumprimento face ao contratualizado, sempre tendo ocorrido o reembolso da totalidade dos montantes aplicados, bem como os respetivos juros, sendo pontualmente cumpridas todas as obrigações.

Tenha-se ainda em atenção que a rentabilidade das aplicações financeiras efetuadas era, conforme historicamente se alcança, superior à remuneração que poderia ser obtida com simples depósitos bancários, o que, desde logo, traduz a ideia de que as aplicações, conforme constante dos vários documentos, não poderiam ser confundíveis com meros depósitos bancários.

Portanto, pela taxa pode imediatamente concluir-se se se trata de um depósito a prazo ou de uma outra aplicação, porque as diferenças de taxa são, por natureza, consideráveis.

Entrando, agora, noutra capítulo, no dia 27 de março de 2014 reuniu a assembleia geral da PT, estando presente 60,9% do capital, tendo como ponto único da ordem de trabalhos deliberar sobre o aumento de capital da Oi, mediante a contribuição dos ativos que constituem a totalidade dos ativos operacionais detidos pelo Grupo Portugal Telecom e responsabilidades inerentes a esses ativos e pela aquisição de debentures emitidas pelos acionistas controladores da Oi no montante de 1488 milhões de euros, como já aqui foi referido na última audição.

Resultando da mencionada resolução que, pela sua importância, cito da respetiva ata: «De forma a garantir as condições adequadas à realização pela PT da entrada em espécie dos ativos e responsabilidades PT, a PT tem vindo...» — isto em 25 de março — «... a implementar uma reorganização dos seus ativos em resultado da qual todas as ações representativas das sociedades das quais são detidos os ativos e responsabilidades correspondentes aos negócios da PT foram...» — até à data de 27 de março — «... ou serão transmitidos para a titularidade direta e indireta da Sociedade PT Portugal SGPS, sendo as ações representativas do capital social da PT Portugal, por sua vez, as ações objeto de realização da entrada em espécie acima referida».

Em termos simples, criou-se uma forma de centralizar e de fazer subir para a PT Portugal todos os ativos e responsabilidades correspondentes por forma a que no momento da tomada de capital da Oi as ações da PT Portugal fossem o único veículo de entrada nesse aumento de capital, conjuntamente com os citados 1488 milhões de euros em *cash* para as ditas *holdings* brasileiras.

Esta incorporação de ativos e correspondentes responsabilidades da PT na Oi processar-se-ia em conformidade com o Memorando de Entendimento, de 2 de outubro de 2013, em que a PT e a Oi anunciaram a intenção de proceder à combinação de negócios, concentrando-os numa única entidade.

Com a combinação de negócios, as atividades e negócios da PT e da Oi passariam a estar sob controlo de uma única entidade — sublinho isto para a altura em que abordarmos o problema da venda da PT Portugal pela Oi —, permitindo cristalizar sinergias, quer pelo facto de a PT aceder a ganhos de escala, que de outra forma dificilmente poderia obter, quer pelo facto de a Oi passar a aceder, de forma mais direta, aos recursos e capacidade de inovação da PT.

No prospeto do aumento de capital da Oi falava-se em sinergias resultantes da fusão que poderiam atingir 5500 milhões de reais, 3300 milhões em sinergias operacionais e os restantes 2200 milhões nas sinergias financeiras. Estas sinergias foram completamente esquecidas ou abandonadas no processo de venda da PT Portugal.

Nos termos da lei brasileira, tal como na lei portuguesa, a aportação de ativos em espécie no aumento de capital está sujeita à avaliação por entidade externa e independente, o que veio a ocorrer com a intervenção do Banco Santander Brasil.

O valor aplicado em papel comercial é expressamente reconhecido pelo avaliador, Banco Santander, quer no laudo de avaliação, quer no prospeto de aumento de capital da Oi — para quem quiser consultar, porque é público, veja-se a página 267 do prospeto. Mas esse valor, que são 914 milhões de euros, coincide com o valor do laudo, que também são 914 milhões de euros e não os tais 750, que dizem só respeito a papel comercial

português, devido às tais debentures, ou obrigações, tomadas ao Santander Brasil e a uma outra pequena empresa brasileira.

Para a concretização da operação de concentração da PT Portugal nos diversos ativos e sua posterior integração na Oi, foi necessária a aprovação das diversas contrapartes, nomeadamente dos obrigacionistas da PT, numa operação chamada «*liability consente*», e dos financiadores das linhas de crédito contratadas.

Na assembleia geral de 27 de março de 2014 foi comunicado, e falo da PT, que a quase totalidade das operações já estava aprovada pelos obrigacionistas nacionais e internacionais, numa operação complexa, por natureza, e agravada por envolver a substituição do risco Portugal pelo risco Brasil Oi.

Em reunião da comissão executiva, de 25 de março de 2014, dois dias antes da assembleia geral, já tinham sido aprovadas diversas transferências de ativos para a esfera da PT Portugal, nomeadamente no que diz respeito a saldos, depósitos bancários e papel comercial, bem como a revogação do sistema de gestão centralizada de tesouraria, implementada desde 2004, num processo que culminou, na minha opinião e na minha convicção, no início de abril de 2014.

No que respeita à revogação do sistema de gestão centralizada na PT SGPS e a sua criação na PT Portugal, cumpre referir que o projeto de resolução proposto e aprovado pela comissão executiva incluía, nomeadamente — e cito novamente a ata da comissão executiva de 25 de março — «1. A revogação dos contratos de gestão de operações de tesouraria entre a PT SGPS e as empresas da PT Portugal.

2. O cancelamento junto dos Bancos BES, CGD, Millennium BCP, Barclays, BBVA e BPI da estrutura de *cash pooling*.» Como sabem, a

estrutura de *cash pooling* é que dá suporte a uma gestão central de tesouraria.

«3. Implementação de um modelo de gestão centralizada de tesouraria na PT Portugal.

4. Delegar nos administradores Eng.º Luís Pacheco de Melo e Eng.º Carlos Duarte todos os atos respeitantes às operações definidas.»

Isto foi a deliberação da comissão executiva da PT SGPS no dia 25 de março de 2014, dois dias antes da assembleia geral, que haveria de deliberar o concurso ao aumento de capital da Oi.

A comissão executiva aprovou o contrato-tipo, inclusivamente, para as referidas operações, tendo sido assinados todos os contratos no dia 10 de abril, data a partir da qual a gestão central da tesouraria passou a estar integrada, de facto, na PT Portugal.

Os passos seguintes à incorporação da PT Portugal na Oi, no aumento de capital, no sentido de realizar a combinação de negócios, seriam: «a) Reorganização societária das diversas sociedades *holding* acionistas diretas e indiretas da CorpCo...», o tal nome fictício da futura *holding*, «...pela qual, entre outros efeitos, a PT passará a deter diretamente as ações da Oi correspondentes à totalidade da sua participação indireta na futura CorpCo; b) A totalidade das ações da Oi será incorporada na CorpCo, tornando-se a Oi uma subsidiária integral da CorpCo; c) A PT SGPS será incorporada na CorpCo através de uma operação de fusão por incorporação com extinção, nessa altura, da PT, sendo as ações da PT trocadas por ações da CorpCo».

Destes três passos, que deveriam estar concluídos neste mês de março, apenas o primeiro está parcialmente cumprido.

É, pois, neste quadro de transição entre a gestão centralizada da tesouraria da PT SGPS para a PT Portugal que deverão avaliar-se as

participações tomadas na Rioforte, em fevereiro, e a sua rolagem, em 15 de abril, com maturidade em 15 e 17 de julho e sobre as quais se verificou o *default*.

Este quadro de transição e a indefinição de fronteiras é particularmente agravado pelo facto de as comissões executivas da PT SGPS e da PT Portugal serem idênticas — como referi no princípio: uma comissão executiva, dois presidentes —, excluindo um único administrador, tendo-se mantido desde a assunção das minhas funções como CEO da PT SGPS, sendo, contudo, Presidente do Conselho de Administração da PT Portugal o Eng.º Zeinal Bava, que, por sua vez, tinha o encargo específico de facilitar e dinamizar o processo de fusão, conforme consta da ata do Conselho de Administração da PT SGPS, de 4 de junho de 2013.

Entrando concretamente no tema respeitante à subscrição do papel comercial da Rioforte, convém levar em conta que nunca a Portugal Telecom ou qualquer empresa do grupo solicitaram ofertas de investimentos, tendo partido da iniciativa do BES a sugestão do investimento na sociedade Rioforte, em substituição da ESI (Espírito Santo International), devido ao processo de reestruturação desencadeado por imposição e sob os auspícios do Banco de Portugal.

Assim, até fevereiro de 2014, os investimentos que foram realizados em sociedades do Grupo Banco Espírito Santo foram em papel comercial da Espírito Santo International e é por proposta efetuada, nomeadamente pelo CEO e pelo CFO (*chief financial officer*) do BES, que a Portugal Telecom passa a investir em papel comercial da Rioforte.

A mencionada sugestão surge na sequência de contactos mantidos, tendo sido disponibilizada aos responsáveis da PT Portugal, para avaliação dos investimentos, informações várias, nomeadamente o prospeto EMTN

(Euro Medium Term Note) e a *Corporate Overview*, atualizada a janeiro de 2014.

A sugestão de investimento na Rioforte surge associada à indicação dada pelo BES de que a mencionada sociedade estaria mais perto dos ativos da sociedade, sendo, por isso, a *holding* dos ativos estratégicos do Grupo, financeiros e não financeiros, por contraposição com a ESI. Por outro lado, e considerando a proximidade dos ativos, o *cash-flow* gerado estaria igualmente na Rioforte de forma direta.

Não existia qualquer elemento nas informações prestadas que permitisse concluir ou sequer suspeitar da existência de uma qualquer situação que pudesse colocar em risco um eventual investimento que viesse a ser realizado.

À data em que os investimentos são propostos pelo parceiro estratégico, BES, da Portugal Telecom, que, como referi anteriormente, tinha um histórico de colaboração bastante antigo e com resultados bastante positivos para o Grupo Portugal Telecom, não existia qualquer informação, ou indício, ou suspeita no mercado de que existissem problemas com sociedades do Grupo Banco Espírito Santo, nomeadamente na Rioforte.

De recordar, por ser um elemento de relevo na credibilização da proposta do BES, que a PT SGPS tinha como administradores comuns com o BES o Dr. Amílcar Pires e o Dr. Joaquim Goes, cabendo, igualmente, salientar que o CFO do BES era responsável pelo *cash pooling* da Rioforte, conforme foi comunicado à PT, na minha pessoa e na pessoa do CFO da PT, pelos presidentes do Conselho de Administração, CEO e CFO da Rioforte, que nos informaram, taxativamente, que o *cash pooling* da Rioforte era gerido pelo CFO do BES.

Por esta razão, o CFO do BES teria todos os conhecimentos necessários para discernir sobre as consequências práticas do investimento que estava, à data, a propor à Portugal Telecom.

De mencionar, ainda, que o Dr. Amílcar Pires, além de CFO do BES e de administrador da PT SGPS era ainda membro da comissão denominada «*steering committee*», que acompanhava o processo de fusão em curso entre a PT e a Oi, pelo que tinha um dever reforçado de saber e de valorar quer as informações que foram deliberadamente omitidas à Portugal Telecom, quer as consequências que um eventual *default* da Rioforte viria a provocar no processo de fusão em curso entre a PT e a Oi.

Deve, ainda, salientar-se que o administrador da PT, Dr. Joaquim Goes, era simultaneamente administrador do BES, com responsabilidade pelo risco — risco dos produtos e das sociedades integrantes do Grupo Banco Espírito Santo — e, bem assim, responsável pela Comissão das Operações com Partes Relacionadas, criada no âmbito da cooperação do Banco de Portugal com o BES, no seio da qual o investimento em títulos da Rioforte deveria ter sido analisado. Por estes motivos, o Dr. Joaquim Goes tinha de conhecer as implicações que tal investimento poderia ter para o Grupo Portugal Telecom.

De referir que sempre foi exigência dos responsáveis da Portugal Telecom, que estabeleceram contactos com o BES, que os investimentos que viessem a ser efetuados respeitassem a calendarização da fusão estabelecida com a Oi, tendo, dessa forma, sido abordado que a subscrição efetuada em fevereiro de 2014 se vencesse a 15 de abril, por forma a cumprir as obrigações de transferência de ativos.

E 15 de abril, porquê? Porque, inicialmente, o aumento de capital da Oi estava previsto para 15 de abril, mas, por procedimentos da Oi, a CMVM suspendeu o processo de aumento de capital e obrigou a Oi a fazer

retificações a declarações prestadas e, só então, reabriu, novamente, o processo do aumento de capital, que veio a ser, então, aprazado para o dia 28 de abril.

Considerando a recalendarização do projeto de fusão, e já sob gestão centralizada da PT Portugal, são efetuadas as renovações das subscrições, aprazando-se para 15 e 17 de julho de 2014 o vencimento das obrigações de reembolso e pagamento dos respetivos juros, de forma a assegurar a disponibilização de fundos necessários para o reembolso, em agosto de 2014, da obrigação convertível da Oi e cumprimento de *covenants* de dívida da Oi — dívida bruta sobre EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*).

Tais condicionantes foram comunicadas pelos CFO e Diretor de Finanças Corporativas da PT SGPS, em reunião mantida com o Dr. Amílcar Pires — e, aliás, esta matéria é amplamente abordada nos relatórios da Comissão de Auditoria da PT.

À data das subscrições efetuadas, eram administradores da sociedade PT Finance, o Diretor de Finanças Corporativas da Portugal Telecom e o Diretor de Reporte Financeiro, também da PT, que, em termos gerais, reportavam ao CFO da PT SGPS e da PT Portugal, uma vez que era CFO no tal sistema dual.

Já no que respeita à aplicação de 200 milhões da PT SGPS, e uma vez que há tanta fuga em encarar as realidades, fui eu próprio que aceitei a proposta feita pelo CFO, Eng.º Luís Pacheco de Melo, quer quanto à aplicação deste excedente de tesouraria, quer quanto à extensão das maturidades, primeiro para abril e depois para julho. Fi-lo, por um lado, em respeito da parceria estratégica PT/BES/CGD e, por outro, confiando plenamente na capacidade técnica do CFO para avaliar a bondade técnica e financeira da operação.

Através da turbulência que estes processos envolvem sempre assumi, perante o Conselho de Administração da PT, essa responsabilidade, o que consta, sem ambiguidades, das atas do Conselho de Administração. Assim o declarei, também, aos inquiridores da PwC, conforme entrevista que registei.

A transferência para a responsabilidade da PT Portugal teve lugar, neste caso, por contrato de 5 de maio, data em que ocorreu a liquidação do aumento de capital da Oi — foi o único contrato que transitou nessa data.

Os investimentos feitos na subscrição de papel comercial da Rioforte foram-no com as informações que foram tratadas pelos responsáveis financeiros da Portugal Telecom, efetuadas com os dados e informações reveladas pelo intermediário financeiro, BES, não sendo exigível que a Portugal Telecom conhecesse factos que não tinham sido revelados pelos envolvidos, violando os seus deveres de esclarecimento e de lealdade. A decisão foi tão informada quanto o poderia ter sido e tomada de acordo com os critérios e práticas que são comuns a empresas de idêntica dimensão.

Cabe, ainda, salientar que as contas da Rioforte, respeitantes ao exercício de 2013, apenas foram reveladas em 27 de junho de 2014, momento em que a Portugal Telecom tomou conhecimento efetivo das reservas levantadas pelo auditor externo da Rioforte, Ernest & Young, nomeadamente no que respeita aos investimentos efetuados na aquisição da Espírito Santo Irmãos e da Espírito Santo Financial Group, e que levaram as responsabilidades da Rioforte a superarem os seus ativos em 1950 milhões de euros.

Foi também nesta data que a PT tomou conhecimento que a reestruturação entre a ESI e a Rioforte assentava na avaliação feita pelo BESI (Banco Espírito Santo de Investimento) por um valor atribuído à

ESFG (Espírito Santo Financial Group) de quase quatro vezes o valor de mercado, uma vez que se trata de uma empresa cotada.

Além do manifesto conflito de interesses em que agiu o BESI, veio a verificar-se, *a posteriori*, que o valor atribuído à ESFG atinge as raias do absurdo, tal como em avaliações anteriores de participadas do Grupo feitas também pelo BESI.

As referidas reservas contrastam, de forma clara e notória, com as informações que anteriormente haviam sido prestadas pelos responsáveis do Grupo Banco Espírito Santo há pouco mencionados.

A decisão de renovação, em abril de 2014, foi necessariamente tomada pela PT Portugal, que, na altura, reunia todos os ativos do Grupo Portugal Telecom no contexto da fusão com a Oi, sendo igualmente a sociedade responsável por efetuar o *cash pooling* existente no Grupo Portugal Telecom, que, como referi anteriormente, deixou de ser efetuado pela PT SGPS por deliberação ocorrida na reunião da comissão executiva de 25 de março de 2014. À data era presidente do Conselho de Administração da PT Portugal o Eng.º Zeinal Bava, que era, desde junho de 2013, Presidente Executivo da Oi, com a qual a PT estava, como é público, em processo de fusão.

O aumento de capital da Oi foi subscrito em 28 de abril (através da transferência da PT Portugal para a Oi) e integralizado mediante o processo de venda e colocação de ações da Oi nos mercados financeiros, que se concretizou a 5 de maio de 2014. Foi nesta precisa data que o papel comercial da Rioforte transitou para a esfera da Oi, onde ainda está pendente de autorizações regulatórias para prosseguir com o processo de fusão, aprovado na assembleia geral de 8 de setembro de 2014.

Como é público e do conhecimento geral, a Rioforte não reembolsou, em julho, a Oi, tendo este incumprimento resultado de facto imputável ao Grupo Banco Espírito Santo.

Durante o mês de julho de 2014, o Conselho de Administração da PT SGPS, em conjunto com a Oi, tudo fez para minimizar o impacto do *default* no processo de fusão em curso, tentando negociar com a Rioforte o reembolso dos montantes investidos em papel comercial por si emitido.

É neste contexto que deverá ser lida a deliberação da assembleia geral da PT SGPS, de 8 de setembro de 2014, na qual foi aprovada, por 98,25% dos votos, a alteração aos termos da fusão e será por força desta deliberação que, obtidas as necessárias autorizações dos reguladores brasileiros, o papel comercial da Rioforte poderá regressar para a esfera da PT SGPS.

Reforçando o que foi dito anteriormente, o investimento em papel comercial da Rioforte, nomeadamente no que tange à questão da concentração dos investimentos, deverá ser analisado no contexto da fusão com a Oi, designadamente na diluição das aplicações, num contexto muito mais alargado do que o simples universo Portugal Telecom.

Após a alteração dos termos da fusão e da minha saída da PT SGPS, começou uma nova história, da qual eu já não faço parte, mas que, apesar de tudo, me dá legitimidade para deixar algumas reflexões.

Primeira reflexão: tendo a PT SGPS, direta e indiretamente, 39,6% do capital da Oi e sendo de longe o maior acionista da Oi (e continuará a sê-lo mesmo se forem executados os termos da fusão, ficando com 25,7%, aprovada na assembleia geral de 8 de setembro), por que é que a PT se mantém numa situação subalterna e humilhante perante os antigos controladores da Oi, cuja participação acionista não chega a 1%?

Segunda reflexão: por que é que a PT SGPS, que detém o direito de veto no agendamento das matérias do conselho de administração da Oi, aceitou, primeiro, o agendamento e, depois, a solução da venda da PT Portugal pela Oi? De facto, a deterioração da situação financeira da Oi foi muito menos afetada pelo *default* da Rioforte do que pelo desempenho operacional da Oi, que não cessa de se deteriorar, apesar da venda massiva de bens não *core* (cabos submarinos, torres móveis e, agora, PT Portugal). Aliás, no prospeto do aumento de capital da Oi estimava-se uma dívida da Oi de 43 biliões de reais, quando, na realidade, os últimos números divulgados foram de 51 biliões.

Terceira reflexão: a decisão da venda da PT Portugal elimina totalmente o racional estratégico do projeto de fusão PT/Oi, pelo que o verdadeiro objetivo acabou por ser o de substituir a multinacional na comunidade da língua portuguesa, por que muitos sonhámos, por uma média empresa brasileira que vê os seus acionistas controladores livres das suas dívidas e a Oi livre de parte substancial do seu passivo e da ameaça de um potencial *default* perante os seus credores.

Houve quem me criticasse e dissesse que eu mudei de opinião. De facto, mudei de opinião, porque não quis mudar de projeto.

Finalmente: intriga-me que a PT SGPS não tenha ainda demandado judicialmente o BES e o Novo Banco, cuja infidelidade, omissão de informação e prestação de informação falsa e extemporânea não sofrem qualquer contestação. Igualmente estranho a passividade da PT SGPS perante o regulador, Banco de Portugal, que diferenciou ilegalmente o tratamento dos investidores em papel comercial do Grupo Banco Espírito Santo.

Deixo dito que eu próprio, acompanhado do CFO, Pacheco de Melo, fui comunicar ao Presidente e Vice-Presidente do Novo Banco e ao

Governador do Banco de Portugal que a PT iria atuar judicialmente para ser ressarcida dos seus prejuízos.

Pergunto: onde estamos? Nunca exerci as minhas funções com o objetivo de obter quaisquer vantagens, pessoais ou patrimoniais, para mim ou para terceiro. Sempre me guiei, ao longo de todo o meu percurso profissional, pelos mais elevados padrões de ética e de profissionalismo, tomando as decisões que melhor serviam os interesses dos acionistas, dos colaboradores, dos clientes e dos demais *stakeholders*, tendo perfeita e plena consciência de que agi livre de quaisquer interesses ou pressões que afetassem a independência das minhas decisões.

Estou absolutamente convencido de que os meus colegas da administração da PT conduziam-se pelos mesmos valores.

Sr. Presidente, agradeço muito a sua benevolência e a dos Srs. Deputados pelo alongamento da minha exposição e encontro-me ao dispor de V. Ex.^a e dos Srs. Deputados para as questões que queiram colocar-me.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço ao Sr. Dr. Henrique Granadeiro por este enquadramento, que foi longo, mas que permite, com certeza, que haja uma maior objetividade e precisão, tanto das perguntas como nas respostas.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Dr. Henrique Granadeiro.

A minha primeira pergunta diz respeito à sua entrada para o Grupo PT. Em 2001, entra para a Lusomundo Media, já na altura do universo PT, e é nomeado Presidente da PT em 2005.

Quem é que o nomeia? Como é que se dá essa entrada para o universo PT? A sua entrada, nessa altura, já tem a ver com uma nomeação por parte de Ricardo Salgado ou do BES? Como é que este processo se dá?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr.^a Deputada, permita-me que faça apenas uma retificação: entrei para Presidente da PT e CEO da PT em 2006, mas, na realidade, em 2005, eu já era administrador não executivo da PT.

Por isso, embora tenha assumido a responsabilidade de PCA (Presidente do Conselho de Administração) e PCE (Presidente da Comissão Executiva), em 2006, na realidade, eu já estava ligado ao Grupo Portugal Telecom, embora nos periféricos, na Lusomundo Media, depois, na Lusomundo SGPS, depois na PT Multimédia e na Fundação PT e, finalmente, administrador não executivo da PT SGPS, em 2005. A 30 de dezembro de 2005 fui nomeado membro da comissão executiva e, em 2006, presidente da comissão executiva e presidente do conselho de administração.

Quem me nomeou? A proposta de nomeação foi presente à assembleia geral de 4 de abril de 2006, creio, e foi subscrita pela Caixa Geral de depósitos e pelo Banco Espírito Santo.

A lista é uma lista única, como sabe, porque, na altura, havia um privilégio das ações chamadas «*golden share*», que era o de poder obstar à nomeação de um terço dos administradores, incluindo o presidente.

Portanto, eu fui nomeado por proposta da Caixa Geral de Depósitos e do Banco Espírito Santo e com a não oposição do Governo, que era quem tinha a *golden share*. Eu sou daqueles que fui nomeado com a intervenção do Governo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Alguma vez desempenhou outras funções no BES ou no Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Nem no BES nem no Grupo Espírito Santo. No BES nunca quis exercer qualquer função dada a minha proximidade pessoal a alguns elementos importantes e decisivos no Grupo BES. Portanto, achei que era melhor não confundirmos negócio com relações pessoais, porque poderíamos divergir e, nessas divergências, a solução é sempre a mesma. Portanto, nunca fui quadro nem tive qualquer relação de subordinação com o BES.

Também não tive com nenhuma empresa do grupo não financeiro do BES, embora tenha efetuado uma avaliação e uma visita à parte agrícola da então Espírito Santo Resources (ESR) e ventilou-se, na altura, a possibilidade de vir a ser executivo da Espírito Santo Resources, o que acabou por não acontecer e foi, com maior acerto, o meu colega Fernando Martorell, que foi nomeado e que desempenhou essas funções durante bastante tempo.

Portanto, em síntese, nunca fui subordinado, digamos assim, do Banco Espírito Santo, nem da parte não financeira do Grupo Espírito Santo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, aquelas notícias e relatórios que temos de que terá participado num trabalho de consultoria de reorganização da parte não financeira são exageradas?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, são parcialmente verdadeiras.

Confiei-lhe que fui consultado sobre a parte agrícola que a Espírito Santo Resources tinha em Portugal, no Brasil e no Paraguai. Portanto, eu

fiz esse trabalho e também trabalhei, conjuntamente com o meu colega Martorell, numa avaliação do conjunto da Espírito Santo Resources da qual, depois, ele viria a ser nomeado presidente executivo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em que ano é que isso aconteceu?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Aconteceu talvez... Sabe que os velhos lembram-se melhor das coisas antigas do que das novas... Mas terá sido por volta de 2005, 2004.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Na altura, tinha algum conhecimento, ou foi-lhe comunicado, ou apercebeu-se da situação financeira complicada da parte não financeira do GES, por exemplo da Resources?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não. Tomei conhecimento de que alguns negócios da parte não financeira tinham dificuldades, designadamente a Portugália, cuja venda veio a ser decidida, e mais algumas outras empresas, mas, no conjunto, nunca fiz uma avaliação da solvabilidade ou do que poderia passar-se com o Grupo.

O facto de haver um grupo com aquela dimensão endividado não quer dizer que ele seja inviável ou que esteja condenado ao fracasso, como eu aqui ouvi dizer a um dirigente da Rioforte. Há empresas que estão endividadas e há pessoas que pegam nelas e que conseguem alavancá-las e tirá-las da situação em que estão. Eu várias vezes fiz isso ao longo da minha vida, uma vez ou duas para mim e, algumas vezes, como consultor para outros empresários.

O grau de endividamento não é, por si, um cutelo condenatório; pode ser uma oportunidade de negócio para quem queira pegar a sério num negócio e encontre outra solução. Se não, não havia a renovação natural da economia, como acontece numa economia de mercado e numa perspetiva liberal, que é, naturalmente, a minha.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Falou-nos, inicialmente, do conteúdo da parceria estratégica e da forma como a PT, a Caixa Geral de Depósitos e o BES se autoajudavam... investiam, de forma cruzada.

Qual foi o envolvimento do BES e quão determinante foi o BES na altura da OPA da Sonae?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Foi uma posição importante como, aliás, foi importante a posição da Caixa Geral de Depósitos. Lembro-lhe que o problema que estava subjacente à OPA da Sonae era o desbloqueamento dos estatutos. A condição para o sucesso da OPA era a de que o «opante» conseguisse, pelo menos, 50% da companhia.

Ora, os estatutos da companhia não permitiam votar com mais de 10% e, por isso, aquilo que foi a votação foi o desbloqueamento ou não do *cap* de votos de 10% e, para isso, como era uma alteração estatutária, seriam necessários dois terços dos votos e, portanto, a posição era negativa. Para que a OPA tivesse sucesso seria preciso que dois terços dos votos autorizassem a alteração dos estatutos e eliminassem o *cap* de votos.

Ora, o que se verificou na assembleia geral foi que, com uma presença muito elevada de acionistas, o projeto foi derrotado por maioria dos votos. Não foi uma minoria de bloqueio que inviabilizou a OPA, como se diz vulgarmente que impediu que a OPA chegasse ao mercado — isso

não é verdade! Não foi uma minoria de bloqueio; foi uma maioria que rejeitou a proposta subjacente à OPA.

E tanto assim é que, como sabe, foi pacífico, depois da OPA ficou resolvida esta questão, porque nunca mais houve aquelas discussões e queixas que houve acerca da OPA do BPA e outras assim, porque quando as pessoas perdem, normalmente reclamam muito, mas não foi o nosso caso. O caso foi tão limpo e tão claro que não deu para grandes discussões nem para grandes polémicas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Houve contrapartidas, na altura, negociadas especificamente com os maiores acionistas, nomeadamente com o BES, no que diz respeito a distribuição de dividendos e/ou compra de títulos, como aqueles da ESI ou da Rioforte?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Em relação à compra de títulos, digo-lhe *carrément*, não, porque isso é uma questão de gestão corrente e eu, de forma nenhuma, aceitaria estar a fazer uma figura de palhaço, de cumpridor de ordens e de abanar a cabeça...! Eu decido pela minha cabeça e sou independente nas avaliações e nas decisões que tomo. Portanto, em relação a qualquer compromisso de compra de títulos não houve qualquer compromisso.

Em relação a dividendos, fazia parte da resposta que a administração apresentou aos acionistas em geral um determinado compromisso com a distribuição de dividendos e, efetivamente, a PT cumpriu, de uma forma muito generosa, essa proposta de dividendos, com os quais procurou atrair para o seu projeto a generalidade dos acionistas, o que conseguiu.

Mas, quando participei na última assembleia geral da PT, tive o cuidado de verificar o que aconteceu, ou seja, se os acionistas foram

prejudicados em não terem aceitado a OPA. E, apesar do ambiente deprimente que então se vivia, verificou-se que nós, praticamente com o valor da ação naquele dia, mais os dividendos que distribuímos — na ordem dos 5500 milhões —, mais o *spin-off* que fizemos da PT Multimédia, para autonomizar a rede de cabo, que hoje é a ZON/NOS, mais um *share buy back* que fizemos de 1500 milhões, tudo isso somado estava em linha com a melhor oferta, porque a OPA foi lançada a 9,5 €, foi melhorada para 10,5 € e nós estávamos em linha com esse preço na ordem dos 10,49 €. Daí, provavelmente, não consegue ver bem este gráfico, mas tenho todo o gosto em facultar-lho depois.

Portanto, compromissos em relação a dividendos, claro que fizeram parte da nossa estratégia de atração dos acionistas para o nosso projeto, porque não é com os 10% do BES que se ganha uma OPA.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas uma vez que o BES era 10% da estrutura acionista, por que é que a partir de 2007 é o BES que acaba por beneficiar de mais de 50% dos fundos de tesouraria da PT?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A partir de 2007?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isso está no relatório da auditoria interna.

Em 2007 é de 48%, mais ou menos; em 2008, já chega quase aos 60%; em 2009 vai quase nos 70%... e por aí em diante.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Referi, há pouco, que tínhamos preparado para a CMVM o tal relatório sobre as aplicações de tesouraria e os dados que tenho não coincidem com os que a Sr.^a Deputada está a dizer.

De que ano falou? De 2007? No ano de 2007, sim, houve, de facto, 42% no BES e houve 39% e 34% num banco que nunca aqui veio a esta mesa, que é o Banco Popular, que, por uma questão, provavelmente, de expansão ou outro qualquer objetivo, foi aquele que se chegou mais à frente na remuneração desses títulos.

Portanto, o BES teve os tais 42%, como a Sr.^a Deputada referiu, e chegou até a ter mais, ao longo do ano, como se vê na curva de janeiro a dezembro, desse ano, mas o Banco Popular registou valores na casa dos 35% a 45%, a Caixa Geral de Depósitos andou entre os 17% e os 28%, o BPI com valores insignificantes, o BBVA também. Portanto, os grandes campeões desse ano foram o BES, o Banco Popular e, em terceiro lugar, a Caixa Geral de Depósitos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Podemos comparar as percentagens de todos os anos, mas há um facto: o BES tem a maioria da gestão de tesouraria da PT na última década. Pode variar entre 70%, 90%, 60%, mas tem a larga maioria, há vários documentos que o demonstram, inclusive auditorias internas. Aliás, segundo a auditoria interna, em termos acumulados, vai aos 59%, em 2008, 70%, em 2009, 60%, em 2010, 63%, em 2011, 78%, em 2012, e 80%, em 2013. Este é um gráfico que mostra também a distribuição do BES e de outros bancos.

Excetuando o ano da venda da Vivo, o BES e o GES tiveram a larga maioria do fundo de tesouraria desde 2007.

Pergunto: porquê?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Porque tinha melhor preço, não há outra razão! Isto são leilões competitivos e quem mais se chega à frente, maior percentagem consegue colocar.

Portanto, quando dizemos que havia um acordo de preferência, que está expresso no documento da parceria, é facto que há uma preferência, mas, obviamente, não é uma exclusividade nem significa que essa preferência deva ultrapassar as regras de mercado, que são as únicas às quais devemos obediência, os que de nós são gestores.

Por isso, o que é indiscutível é que o BES tem uma excelente equipa comercial e é, indiscutivelmente, o banco que melhor trabalha o sector das empresas — isto é dito mesmo por alguns concorrentes do BES. Por isso, essas forças de vendas naturalmente que se aproximavam de valores e estavam atentos a valores... Não há nenhuma razão para colocar dinheiro no BES, que vai à nossa conta de exploração... Eu quero é fazer bons resultados na PT; não estou tão preocupado em fazer bons resultados no BES, que tem quem puxe por ele.

Mas que, efetivamente, eles tinham uma equipa extremamente qualificada na área das empresas e na área destes produtos, é um facto que é universalmente reconhecido.

Circunstancialmente, alguns bancos, por necessidades ou de expansão da rede ou por outras quaisquer, muitas vezes iam mais à frente e, portanto, captavam mais colocações por parte da PT, mas o jogo era aberto, tanto mais que esses dados são conhecidos pela comunidade das salas de mercados e de todos aqueles que trabalham nessa área financeira. Não há boleias nessa área, nem na PT, nem em nenhuma das outras empresas em que possa pensar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas se o jogo era aberto, por que é que a comissão de auditoria não encontra evidência de nenhuma comparação de preços nem de nenhuma análise comparativa entre diferentes produtos financeiros?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr.^a Deputada, li no relatório da Price... ou, melhor, eu não tive acesso ao relatório da Price, vi, com inveja, que o tem consigo, mas a mim, que o pedi e achava de toda a justiça que mo dessem a conhecer, negaram-mo e nem sequer mo deixaram ler quando procederam à revisão do relatório com o conselho de administração da PT.

Aliás, tenho aqui uma carta em que eu pedi para ter acesso a ele e fazer as minhas observações, tanto mais que tinha sido ouvido e acho que eu não era uma pessoa menor naquela questão, apesar de ser uma má questão, mas foi-me negado esse acesso, por isso, não sei exatamente o que diz o relatório da Price quanto às evidências.

Mas há, naquela síntese que consegui ler, pelo facto relevante de eles terem sido obrigados, pela CMVM, a fazê-la, verifiquei uma coisa que me deixou escandalizado: a Price não consultou os registos eletrónicos da companhia. Ora, a maior parte destas operações estão em suporte eletrónico e correm pelo telefone, os telefonemas são gravados e alguns são registados depois em papel, mas não obrigatoriamente. Uma sala de mercados quase que não tem papel e este sistema de trabalho é muito mais tributário de uma sala de mercados do que de um outro tipo qualquer de venda de retalho ou ao balcão.

Portanto, é impossível que a Price tenha uma visão completa deste problema e desta situação sem ter tido acesso aos registos eletrónicos que certamente existem na companhia e que eu não acho que a companhia tenha sonegado, de qualquer maneira.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas tem conhecimento de estas diferentes cotações terem sido feitas e ter havido consulta ao mercado?

Alguma vez foi chamado a escolher entre diferentes produtos, entre BES ou GES e outro produto?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr.^a Deputada, como deve calcular, eu não entrava diretamente na negociação e também não ficara escandalizada se eu lhe disser que nunca assinei um cheque na PT.

Cada um faz aquilo que tem a fazer, porque há uma segmentação de funções e cada responsável tem o seu foco. Há uma ordem de serviços com as atribuições de cada um e com a delimitação dos seus campos em que ele é autónomo, os órgãos são colegiais, mas cada um tem a sua área de trabalho e de responsabilidade.

Por isso, não estive a comparar preços, mas tenho a certeza que não há nenhum dos profissionais que trabalha no sector financeiro da PT que assumisse um produto a 4,6, ou a 3,6, como foi a última aplicação das operações, em média, sem ter perguntado a outros dois ou três bancos qual o preço deles.

Se um dia for a uma sala de mercados vai ver que muitos daqueles *yuppies* que estão a fazer o *trading*, às vezes, estão com três telefones, a falar com três ao mesmo tempo... Há um que lhe dá uma cotação de 3, outro que lhe dá uma cotação de 3,6 e outro que lhe dá uma cotação de 2,8 e, inclusivamente, eles fazem, muitas vezes, o *hedging* da operação, isto é, tomam o mais barato e aplicam no mais caro. Portanto, é um mundo muito nervoso, onde nem tudo é transcrito para o papel.

Quando a auditora prescinde ou é incapacitada de analisar o conjunto da documentação que existe em papel e também em suporte eletrónico, para mim, não é convincente e até, de certa forma, não corresponde à ideia que tenho de profissionalismo por parte da Price.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não tem provas de que tenha sido feita essa consulta ao mercado, mas acredita que foi. É isso?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não tenho dúvida de que foi.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Porquê?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Faz parte do negócio fazer assim... Há uma *checklist* de coisas que têm de ser feitas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a diversificação de carteira não está na *checklist* das coisas que têm de ser feitas?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Se olharmos, por exemplo, para vários anos, como 2011, 2010 — aliás, 2010 não é um bom ano, porque só entrámos em setembro, antes estivemos fora —, vemos que houve uma diversificação de carteira em que entraram vários bancos, como o Banco Popular e a Caixa.

E, digo-lhe o seguinte, em termos de apreciação: o dinamismo das equipas que estão a vender esses produtos é determinante no resultado. Sem quebrar a consideração por ninguém, posso dizer-lhe que, quando o Dr. Jorge Tomé era administrador da PT pela Caixa Geral de Depósitos, a Caixa Geral de Depósitos batia-se, até à última gota de sangue, por uma situação de bom tratamento e de conseguir operações.

Inclusivamente, lembre-se do seguinte: a liquidez obtida com a venda da Vivo foi repartida em partes iguais pela Caixa e pelo Banco Espírito Santo e a Caixa tinha 6% e o Banco Espírito Santo tinha 10%. Portanto, veja a importância que a gestão das contrapartes pode ter nas

decisões de quem tem dinheiro para aplicar e o quer aplicar nas melhores condições.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — «Salomonicamente» foi a palavra que o Eng.º Zeinal Bava usou para descrever essa repartição, que, aliás, só aconteceu em 2011.

Mas podemos ir a outro ano, aleatoriamente, como, por exemplo, o 3.º trimestre de 2013 em que 91% da tesouraria da PT está no GES.

Já que confia na boa prática dos profissionais e por isso acredita que foram fazer consultas a mercado, gostaria de saber se ter 91% do dinheiro investido no mesmo grupo é uma boa prática?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não era uma boa prática. De qualquer forma, no 3.º trimestre de 2013, a Caixa Geral de Depósitos já não era acionista da PT.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em que é que isso diminui as necessidades e obrigações de diversificação de carteira?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Tinha havido uma rutura de relacionamento, porque eu soube da venda das ações da PT pela Caixa através do jornal. Não é que a Caixa ou o Governo, como acionista da Caixa, tivessem obrigação de fosse o que fosse, mas nós não andamos cá só pelas obrigações, também andamos cá pelas devoções e pelas regras de cortesia.

Por isso, essas situações acabam sempre por criar situações crispadas que, naturalmente, têm estes efeitos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ainda assim, por que é que a PT tem 90% da sua tesouraria investida no mesmo grupo?

Já agora, gostaria de acrescentar uma outra informação: o relatório e contas diz aos acionistas, investidores e ao público em geral que, nos riscos de crédito e de tesouraria, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, a política da Portugal Telecom é investir em aplicações de curto prazo junto de instituições financeiras diversificadas — isto é dito no relatório e contas. Depois, vamos às contas e vemos que isto dá 80 a 90% no mesmo grupo económico.

Portanto, há duas violações de boas práticas: primeira, viola o princípio da diversificação; e, segunda, viola o princípio da informação correta ao público e aos acionistas.

Como é que comenta e como é que integra estas violações de boas práticas no que me disse há pouco sobre confiar nas boas práticas de quem, de certeza, ia fazer consultas ao mercado para investir 80% da carteira na tesouraria do GES?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Fazer consultas ao mercado não quer dizer que diversifique automaticamente, porque se há um preço maior pode-se pôr aí toda a aplicação.

Em relação à questão da informação, o que acontecia é que havia uma diversificação e a política da PT era, de facto, ter essa diversificação. Mas o relatório que fala dessa diversificação como tendo existido, nesse aspeto, não está correto, não é rigoroso. Isso aconteceu temporariamente, mas, na realidade, trata-se de informação menos exata.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Que aconteceu durante vários anos.

Pergunto: porquê?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, não aconteceu vários anos; aconteceu dizer isso vários anos, mas não aconteceu, em vários anos, isso ser discrepante da realidade.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Aconteceu apenas entre 2010 e 2013, o que é bastante relevante.

O que é que leva uma empresa a investir 90% da tesouraria numa outra empresa?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Entrámos no mercado em setembro de 2010 — portanto, foram quatro meses — e a Caixa saiu mais ou menos por essa altura. Na realidade, está a falar-se de um ano e meio.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não tem a ver com a Caixa, tem a ver com diversificação de investimento. Mesmo que a Caixa não seja acionista, é preciso diversificar por outras empresas ou bancos, independentemente de serem acionistas ou não, e isto tem a ver com a correção de informação que se passa.

Uma vez que a decisão tinha sido tomada e 78% do fundo de tesouraria, em 2012, estava investido, pergunto: quem é que decidia isto? Quem é que tomava a decisão? Quem é que assinava os papéis? Já tivemos várias discussões sobre isto. Quem é que tomava estas decisões de investir 200, 300, 400, 500 milhões no GES, ou no BES, ou numa outra empresa qualquer?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Como sabe, havia uma delegação de poderes no CEO, no CFO e no diretor de finanças corporativas. Qualquer um deles estava capacitado para tomar a decisão, desde que não ultrapassasse os 180 dias.

Portanto, havia um limite de prazo, mas não havia um limite de montante, por isso, teoricamente, qualquer um desses delegados podia fazer uma aplicação desse montante. O que me parece que tem de ser analisado é que, quando falamos nesses valores, falamos em valores que, muitas vezes, resultam do somatório de várias aplicações.

A questão é simples: uma mulher grávida de nove meses não é a mesma coisa do que nove mulheres grávidas de um mês... E, no entanto, estamos a falar de nove meses de gravidez.

Portanto, esses números globais deslumbrantes e, muitas vezes, parecendo denotar uma intenção de concentração, nem sempre correspondem à realidade, porque muitos deles resultam de somatórios de aplicações que nem sempre são feitas pelo mesmo responsável, uma vez que a delegação de poderes dava esse poder a várias instâncias.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pois, mas é que nove aplicações de um mês também é diferente de uma aplicação de nove meses. E, basicamente, transforma uma aplicação de tesouraria de curto prazo num investimento de longo prazo, o que foi o que a PT andou a fazer ao BES durante os últimos tempos. Só isto e o facto de se ter endividado para o fazer é que faria com que estas aplicações, segundo, mais uma vez, a auditoria, tivessem de ter uma aprovação, tanto do comité de auditoria como dos membros da comissão executiva da PT.

Portanto, pergunto: quem é que aprovava estas operações que tinham, em renovações constantes, montantes de 510 milhões de euros, de

60 milhões de euros, de 200 milhões de euros e de 250 milhões de euros, pelo menos em 2012, 2013 e, depois, aí, os montantes vão crescendo um pouco?

Em relação aos 510 milhões de euros — uma aplicação única que depois vai sendo renovada —, pergunto: quem é que decide que há 510 milhões de euros que vão para o GES?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr.^a Deputada, tive alguma dificuldade em acompanhá-la nessa concentração de números.

O que tenho aqui é que em 2001, tínhamos 600 milhões no BES. Aliás, até um dos patriarcas das telecomunicações disse que não emprestava dinheiro e, nesse caso, 84% estava, de facto, no BES. No ano a seguir, tínhamos 300; em 2003, tínhamos 510; em 2004, tínhamos 560; em 2005, há um valor extraordinário em relação ao qual ainda não consegui sequer encontrar fundamento, que é de 1220 milhões, e este foi o ano em que tivemos mais dinheiro no BES; em 2006, tínhamos 506 milhões; em 2007, no 1.º trimestre tínhamos 433, no 2.º trimestre tínhamos 250, no 3.º trimestre tínhamos 220, e no 4.º trimestre tínhamos 251; em 2008, 2009 e até ao 3.º trimestre de 2010, não tínhamos nada, zero; no 3.º trimestre de 2010, tínhamos 250 milhões e, no 4.º trimestre, tínhamos 400; em 2011, conforme os quatro trimestres, tínhamos 400, 600, 748, 550; em 2012, tínhamos 550, 550, 510, 510; em 2013, tínhamos 510 no 1.º trimestre e 750 nos três trimestres seguintes, e essa foi uma decisão tomada em maio de 2013, altura em que eu não era CEO, pelo que não lhe posso responder por que é que houve este aumento de 50% na tomada de participações do BES.

Veio, depois, o ano de 2014, em que subiu para 897 milhões e eu também não consigo explicar totalmente este acréscimo, mas acho que

resulta, fundamentalmente, do dualismo que havia na gestão da mesma comissão executiva em que nem todos sabíamos tudo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em outubro de 2013, a PT comunicou ao BES que assumiu compromissos com a fusão da Oi e que não pode renovar instrumentos de dívida de curto prazo. Confirma esta informação?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Confirmo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, por que é que renovou?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Porque houve uma recalendarização da operação de aumento de capital da Oi, devido ao tal facto da penalização imposta à Oi no seu calendário pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e também porque — e esta é outra razão — o *liability consent* foi, de facto, um grande êxito.

O CFO da PT fez um trabalho extraordinário, que foi o de conseguir o acordo de todos os detentores de *bonds*, em assembleias gerais, em Londres, conduzidas por uma autoridade independente nomeada para o efeito. Efetivamente, admitíamos que alguns desses obrigacionistas não quisessem trocar as obrigações da PT por obrigações em que o último pagador era a Oi Brasil, por isso, tínhamos alguma reserva para poder pagar em *cash* essas obrigações e, portanto, resolver o problema dos obrigacionistas.

O sucesso foi total e todos os obrigacionistas quiseram trocar as suas obrigações. E daí que tivesse sobrado *cash* que já permitia à Oi, nessa

altura, pagar, em agosto, a sua primeira obrigação e satisfazer os *covenants* da dívida que tinha para essa altura.

Portanto, foi devido a essas duas razões que foi possível alargar o período de aplicação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Teve conhecimento da reunião de 28 de janeiro, quando o BES propõe que o dinheiro da ESI passe para a Rioforte?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu soube dessa proposta do BESI — de facto, foi o BESI que fez essa proposta. Penso que o próprio Dr. Ricardo Salgado, numa conversa que tivemos, me falou disso, eu naturalmente que enderecei o problema para o CFO e creio que o próprio Dr. Ricardo Salgado terá falado com o CFO e lhe terá explicado as vantagens de substituir aplicações da ESI por Rioforte. Aliás, isso vem documentado nos relatórios da comissão de auditoria — da nossa comissão de auditoria, da comissão de auditoria PT, que é quem tem informação mais útil sobre essa matéria.

Efetivamente, isso aconteceu. Foi o próprio BES que propôs a substituição de aplicações da ESI por aplicações da Rioforte, que passaria a ser não só a cabeça do grupo não financeiro, mas também a detentora da ESFG que era quem detinha as ações do banco depois da dissolução da BESPARG (Sociedade Gestora de Participações Sociais).

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, Ricardo Salgado nunca lhe disse que precisava do dinheiro por motivos de liquidez na própria Rioforte ou na ESI?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, Sr.^a Deputada. A história, até um pouco romântica, de que eu vi o Dr. Ricardo Salgado com dificuldades, a esbracejar e com possibilidades de se afogar, e lhe atirei uma boia de 900 milhões de euros, é muito romântica, é um tanto infantil, mas não tem nada de verdade.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Depois de ter investido 900 milhões de euros numa empresa que já estava falida, todo o conceito de decisões mais ou menos infantis pode ser visto por outro prisma, não é verdade? O que é facto é que o dinheiro foi investido e a empresa estava com muitos problemas financeiros. E é isso que vem a acontecer em fevereiro de 2014, quando a PT investe 897 milhões de euros em operações da Rioforte.

Quem é que aprovou estas operações e quem as decidiu?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Já declarei, na minha intervenção inicial, que a parte que foi tomada pela PT SGPS fui eu que assumi e que conversei com o CFO para ele ir tratar com o CFO do BES e saber se as condições oferecidas eram atrativas.

Em relação aos outros 697 milhões de euros, estou convicto de que terão sido decididos já no âmbito da PT Portugal, uma vez que era já na PT Portugal que estava a concentrar-se o *cash pooling* e a gestão central de tesouraria.

Como lhe disse, os contratos foram assinados em 10 de abril e alguns deles muito antes de 10 de abril. Por isso, a responsabilidade por esses 697 milhões de euros terá de ser encontrada noutros responsáveis, eu não intervim nessa decisão.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E quando decidiu, em fevereiro, que as aplicações na Rioforte eram atrativas, com que títulos é que comparou essas aplicações?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não fui eu que fiz os estudos de mercado, nem as consultas aos operadores de mercado. Confiei numa equipa que, ao longo de 14 anos, deu provas muito grandes de grande profissionalismo e, por isso, não fui naturalmente «checar» todos os telefonemas, todos os *e-mails*...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas a operação foi negociada por si?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não foi negociada por mim. Nunca negocieei operações, porque não era essa a minha função.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas foi com o Dr. Henrique Granadeiro que o Dr. Amílcar Morais Pires foi ter e foi consigo que negociou a operação, ou não?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, não!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Talvez eu tenha percebido mal aquilo que referiu há pouco.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, o Dr. Amílcar Morais Pires não veio negociar coisa nenhuma comigo, no que diz respeito a essas aplicações da Rioforte.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, com quem é que negociou as operações de fevereiro de 2014?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu não negocieei operações de 2014 com ninguém! Eu limitei-me a falar com o CFO e a dizer-lhe para ele falar com o CFO do BES e ver a possibilidade de realizarmos essa operação que, no meu espírito, era de 200 milhões de euros e não de 897 milhões de euros.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas por que é que tomou a iniciativa de falar com o CFO para realizar uma operação de 200 milhões de euros na Rioforte?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu não tomei a iniciativa...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas foi isso que acabou de dizer, ou seja, que falou com o seu CFO para falar com o outro CFO para tratar...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Disse, sim... Mas, se calhar, a iniciativa da conversa também poderá ter sido dele... É mais provável que até tenha sido dele... Mas, agora, a esta distância, não sou capaz... Que o Dr. Ricardo Salgado me falou sobre isso, sobre a necessidade de substituir ESI por Rioforte, isso é verdade. Mas eu não lhe prometi nada, como não podia prometer. A única coisa que lhe disse foi que ia falar com o CFO para que o CFO, em contacto com o CFO do BES, analisasse essa possibilidade, o interesse e os preços dessa operação. E, tanto quanto sei, o

Eng.º Luís Pacheco de Melo não só falou com o Dr. Amílcar Pires como também falou, por iniciativa do Dr. Ricardo Salgado, com o próprio Dr. Ricardo Salgado, que lhe terá apresentado o *overview*, que nos foi apresentado, da Rioforte.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não é a PT que tem excessos de tesouraria e lança um concurso ao qual concorrem empresas; é o Dr. Ricardo Salgado que vai ter com o presidente da PT e diz que há uma necessidade de transferir dívida da ESI para dívida da Rioforte?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Na realidade, o que o Dr. Ricardo Salgado me disse foi que aquilo que eram as aplicações habituais na ESI — dada a reestruturação que estava em curso no contexto das relações com o Banco de Portugal, o *ring-fencing* e tudo isso —, essas operações deviam ser com a Rioforte. Nessa altura, eu disse-lhe que iria falar com o CFO para que recolhesse a informação necessária para podermos tomar uma decisão sobre essa matéria.

Mas várias vezes informámos o Espírito Santo — como, aliás, consta do relatório da comissão de auditoria — sobre os limites da aplicação no tempo dessas aplicações, devido aos compromissos que tínhamos com a Oi e com o aumento de capital na Oi, que, pelas razões que já lhe expliquei, puderam ser um pouco retardados, mas não podiam ser prolongados indefinidamente.

Embora lhe diga que, com a sua precisão de análise do pormenor, o valor de que se fala para o conjunto de aplicações que consta do relatório de 2013, na tal nota 24 de abril das demonstrações financeiras, é 914 milhões de euros. Portanto, 750 milhões de euros no Grupo BES... É que, para nós, o que interessava era o Grupo BES, ser ESI ou Rioforte era um

problema interno do BES, não era um problema da PT, a PT não fazia análise autónoma disso. O BES era o intermediário financeiro da PT, era o parceiro financeiro da PT e era, naturalmente, o conselheiro financeiro da PT. E quando foi do ETRICC (Exercício Transversal de Revisão da Imparidade da Carteira de Crédito), o BES classificou a PT como «investidor conservador», ou seja, um investidor que precisa de uma atenção especial e de informações muito pormenorizadas.

Por isso, nesse valor de 914 milhões de euros, estão as aplicações no Grupo BES de 750 milhões de euros, mas o restante, até 914 milhões de euros, está a um ano no Santander Brasil e numa outra pequena empresa, cujo nome não me ocorre agora.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Se a PT tinha um perfil conservador e precisava de muita informação, por que é que os investimentos que eram feitos na ESI e na Rioforte não tinham nem *rating* nem sequer contas atualizadas?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A ESFG, que estava nesse conjunto, tinha *rating* da Fitch e da Moody's. E o *rating* dessas empresas que, ainda por cima, não eram empresas portuguesas, mas luxemburguesas, devia ser dado pelo próprio banco. O banco tinha um departamento de risco que, como referi na intervenção inicial, tinha um responsável que, inicialmente, era o Dr. José Maria Ricciardi e o Dr. Joaquim Goes e que, a partir de um determinado momento, passou a ser apenas o Dr. Joaquim Goes, e é o banco que também determina o risco dos produtos que oferece aos seus clientes.

Portanto, quando falamos de risco, não se trata do risco atribuído pelas grandes agências de *rating* e de aplicação de risco; estamos a falar de

risco atribuído à operação no quadro das operações normais do banco. E não é a PT que vai atribuir o risco, porque também não sabe fazer isso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas sabe pedir relatórios e contas!?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Claro que sabe, até os faz.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, por que é que não os pediu à ESI, se só tinha as contas de 2010 e 2011 e não tinha as contas de 2013, muito menos consolidadas?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Fartámo-nos de pedir! Nós só conseguimos as contas da Rioforte em junho! E, obviamente, se tivéssemos tido conhecimento dessas contas antes, nunca teria havido aplicações na Rioforte.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, por que é que investiu numa empresa à qual se fartou de pedir contas e que nunca lhas deu?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — É que a apresentação que nos foi feita e o crédito que nos merecia o parceiro estratégico de 13 anos nos criou a convicção de que não era nenhum risco especial, nem novo, fazer essa aplicação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não havia avaliação nenhuma; havia uma confiança no parceiro BES, que apresentava os produtos nos quais a PT investia.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Havia, com certeza, uma confiança alicerçada em 13 anos de operações, sem uma única falha.

A Sr.^a Deputada sabe que o princípio básico da economia é a confiança, como, aliás, os nossos dirigentes têm evidenciado na forma como têm conduzido o saneamento das contas públicas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Na auditoria, Amílcar Moraes Pires é muito claro quando diz que o investimento tinha sido combinado entre Henrique Granadeiro, Zeinal Bava e Ricardo Salgado. Isto é verdade?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não! Eu nunca combinei com o Dr. Ricardo Salgado uma única operação — nem essa, nem nenhuma outra! Eu nunca fiz negócio com o Dr. Ricardo Salgado. Falei com o Dr. Ricardo Salgado sobre opções estratégicas e sobre muitas outras coisas...

Não se esqueça que uma empresa como a PT, que vive diretamente dos seus acionistas, e não apenas de 10% dos seus acionistas, passa muito tempo em ligação com os seus acionistas — é aquilo a que chamamos *hows*.

Sistematicamente, a empresa PT está em *roadshow*: na Europa continental, em Inglaterra, nos Estados Unidos da América (na costa leste e na costa oeste). Há uma equipa da PT, e, muitas vezes, o próprio CEO, que fazia isso com um gosto particular, que passava muito tempo em *roadshows*, que, para determinados acionistas, era uma informação mais profunda do que aquela que era fornecida através dos relatórios trimestrais e dos outros instrumentos de informação da companhia.

O mesmo se fazia em relação aos investidores portugueses que, como lhe disse, chegaram a ter entre 33% e 36% da companhia. Portanto,

não havia nenhuma razão para não cultivar uma proximidade e uma frequência de informação com os investidores portugueses, como, aliás, se fazia com os investidores internacionais.

Por isso, sem nunca chamarmos a estas conversas internas *roadshow*, o certo é que eu falava muito com os acionistas portugueses, com o Banco Espírito Santo, a Visabeira, a Controlinvest, a Ongoing, embora a Ongoing, estivesse muito informada e muito atempadamente sobre a maior parte das coisas, porque tinha dois administradores presentes no conselho, não ganhasse muito com a minha conversa, que eu, no entanto, por uma questão de disciplina, também mantinha.

Por isso, nunca negocieei com nenhum dos acionistas, nem portugueses nem internacionais, porque não era essa a minha função e, com certeza, que na casa haveria pessoas que o sabiam fazer muito melhor do que eu.

Portanto, essa questão que colocou de que o negócio foi feito entre mim, o Eng.º Bava e o Dr. Ricardo Salgado, não é uma informação exata; pode ter sido dita como uma expressão da pressão do nosso CFO, mas não tem fundamento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E se, em vez de uma negociação, for um compromisso de manutenção da parceria estratégica no futuro, nomeadamente ao nível do apoio ao BES e ao Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Isso é chamar negociação por outro nome, mas não...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nunca se comprometeu ou teve uma conversa com o Ricardo Salgado relativamente a investimentos da PT no GES?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Exceto aquela em que Ricardo Salgado lhe falou dos 200 milhões na Rioforte?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, não. Ele nunca me falou em 200 milhões na Rioforte, o problema da PT SGPS na Rioforte é um problema interno da PT. O Dr. Ricardo Salgado não sabe nem tem de saber se os fluxos financeiros vêm da Rioforte, ou se vêm da PT Móveis, ou se vêm da PT Finance... Sinceramente não sabe, de certeza absoluta! E eu sei porque acompanhava diariamente a vida da companhia e tinha, naturalmente, acesso a essa informação.

Não se esqueça que os fluxos financeiros não são gerados na PT SGPS; os fluxos financeiros são gerados nas empresas operacionais e é aí que se vende, é aí que se paga aos fornecedores, é aí que se investe. No fundo, os fluxos financeiros são uma derivada ou uma consequência das vendas, da receita que se consegue atingir com os fornecedores, os custos que se têm de pagar com o CAPEX (*capital expenditure*), o investimento que é necessário fazer, quer na expansão, quer na manutenção. É tudo isto que acaba por dar no chamado «*free cash-flow*», que são, de facto, os fluxos finais geridos integralmente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Bom, mas no dia 26 de março há uma reunião com o Morais Pires, Pacheco de Melo e Carlos Cruz. O Pacheco de Melo...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu não tive nenhuma reunião com o Amílcar Morais Pires, o Pacheco de Melo e com o Carlos Cruz, não tive!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Pacheco de Melo, que é o CFO da PT é que foi a essa reunião enviado por si.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Ele não precisa que eu o envie!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas foi o que ele disse na entrevista, a não ser que todos os seus profissionais estejam a mentir a uma auditora, está a contradizer tudo aquilo que eles disseram.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu já assumi, na minha própria declaração, que fui eu quem disse ao Eng.º Pacheco de Melo para se encontrar com o Amílcar Pires para ver a possibilidade de dar cumprimento a essas aplicações. Nunca neguei isso! Em todas as atas, a partir de junho, a partir da eclosão da crise, se a Sr.^a Deputada vir todas as atas, em todas elas eu assumi essa responsabilidade e sem qualquer ambiguidade, como o fiz hoje, aqui, acho que ouviu.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Compreendo, e já assumiu, que tenha dado instruções ao CFO da PT para negociar com o Amílcar Morais Pires...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Dar instruções não é a forma exata do nosso relacionamento; eu não dou instruções nem dou ordens...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Comentou com o CFO da PT...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Combinei!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Combinou com o CFO da PT uma reunião com Moraes Pires para a renovação daquelas aplicações.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Daquela aplicação!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Qual aplicação?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A da PT SGPS.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E por que é que comentou com o CFO a necessidade de renovar aquela aplicação?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A possibilidade de renovar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A possibilidade?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim. Porque era...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — De onde lhe veio essa ideia de renovar a aplicação de 200 milhões?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — É porque o CEO da PT SGPS era eu, e, portanto, quem decidia, em última instância, sobre essa aplicação era eu.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Que estudos de mercados fez para decidir que essa aplicação era a melhor?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Como lhe disse, não fiz nenhum estudo de mercado e nem estas aplicações se processam no quadro de estudos de mercado, com não sei quantas folhas de *excel* e não sei quantas ventilações... Não é assim! Já lhe disse que este tipo de aplicações se rege muito mais pelo estilo e pela forma de atuação das salas de mercado do que dos gabinetes de investimento ou dos gabinetes de estudo.

Eram operações de curto prazo, eram operações a 20, a 30 dias e eram operações que se somavam a outras operações... Portanto, não se trata aqui de cada operação ter um *dossier* com o estudo de mercado, com as consultas, todas muito ordenadinhas, em papel...! Já lhe disse que este negócio é muito mais próximo das salas de mercados do que dos gabinetes de estudo e de investimento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ainda assim, por que é que o CEO combina com o CFO renovar o investimento de 200 milhões? De onde é que vem essa ideia? Acordou um dia e lembrou-se de que era preciso renovar...? Ou vem...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Foi uma proposta que nos foi feita pelo BES, a qual verificámos que nos punha problemas de ordem temporal...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nós, quem? Foi feita a si?!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, não. Os 200? Não! A mim, só me foi proposto...

O essencial da minha conversa com o Dr. Ricardo Salgado foi transferir da ESI para a Rioforte as aplicações que habitualmente vínhamos a fazer e as razões pelas quais o Banco Espírito Santo propunha que essas operações fossem feitas na Rioforte, que eram, como disse lhe disse na minha intervenção inicial: a maior proximidade do *cash-flow*; o facto de a Rioforte ser, digamos, a cabeça do grupo financeiro e não financeiro, na medida em que integrava a ESFG, que, por sua vez, era acionista do BES diretamente depois da dissolução da BESPARG. Eu já expliquei essa situação, mas explicá-la-ei, novamente, se entender.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É porque essa conversa com Ricardo Salgado contradiz a sua própria afirmação quando diz que nunca falou sobre investimentos da PT no BES com Ricardo Salgado, mas, afinal, falou, teve uma conversa relativamente à passagem da ESI para a Rioforte.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Mas eu não lhe disse nem que sim nem que não! Disse-lhe que ia endossar essa questão para o CFO para que ele avaliasse se, efetivamente, a Rioforte tinha condições de ser nossa contraparte nessas operações e foi nesse seguimento que o próprio Dr. Ricardo Salgado teve uma conversa com o Eng.º Pacheco de Melo, o qual,

por sua vez, teve, depois, várias conversas com o Dr. Carlos Cruz ou com outras pessoas que com ele trabalhavam, para fazer essas aplicações.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem decide a renovação destes investimentos em abril?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A decisão de renovação é, em tudo, idêntica à decisão inicial. Se não se mudaram as condições em que foi feita uma operação inicial e se há disponibilidades financeiras, renova-se a operação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi o Eng.º Pacheco de Melo que decidiu essa operação?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Provavelmente foi ele ou alguém abaixo dele, até. Mas a qual operação é que se refere? É que temos de separar a operação da...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a falar da renovação dos investimentos que se fazem em 10, 15 de abril.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — E quais investimentos? É que está a falar de um investimento de 897 milhões como se fosse uma só operação e não é, são quatro ou cinco operações. Eu apenas lhe estou a responder sobre uma das operações, que é a operação da PT SGPS, porque sobre essa operação o último escalão de decisão sou eu e achei que devia assumir a responsabilidade por essa operação, cobrindo aquilo que foi a negociação do Sr. Eng.º Pacheco de Melo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E de quem é a responsabilidade das restantes empresas?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Já lhes respondi que, na minha convicção, a partir do momento (e esse momento é 10 de abril), a partir do dia 25 de março, data que estabelece a transferência gestão integrada da tesouraria para a PT Portugal e a partir do momento em que se faz a maior parte dos contratos, se pedir a ata de 25 de março...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu tenho-a!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Tem? Então, pergunto-lhe: tem os anexos dessa ata?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Então, peça-os, porque os anexos referem detalhadamente quais são as operações e têm o contrato-modelo para transferir as operações da PT SGPS para a PT Portugal. Esse contrato-tipo foi aprovado nesse dia... Aliás, foram 16 os contratos aprovados no dia 10 de abril e outros foram, até, aprovados antes.

E posso, localizando rapidamente a ata, dar-lhe o nome de alguns: no dia 28 de março de 2014 houve uma cessão da posição contratual da PT SGPS para a PT Portugal, no que diz respeito a uma garantia, ao Banco Europeu de Investimento; no dia 25 de março, dia da própria reunião, houve uma cessão da posição contratual sobre 400 milhões com o BES, o BESI, a PT SGPS e a PT Portugal; no dia 4 de abril, BES, BESI, PT SGPS

— 600 milhões; no dia 24 de março, a Caixa Geral de Depósitos, CBI, PT SGPS, PT Portugal — 300 milhões; no dia 16 de abril, Caixa Geral de Depósitos, CBI, PT SGPS, PT Portugal — 200 milhões.

Estamos a falar de cessão da posição contratual, quer dizer, operações de financiamento à PT SGPS, cuja posição contratual passou para a PT Portugal, dentro da tal gestão integrada de tesouraria.

Depois, temos: no dia 5 de maio, foram transferidas todas as da SGPS; no dia 23 de abril, Caixa Geral de Depósitos, BES, PT SGPS — 100 milhões; 16 de abril, Banco Popular Português — 100 milhões; e, no dia 5 de maio, o BNP Paribas — 150 milhões.

Os outros 16 contratos, que foram feitos no dia 10 de abril, foram entre PT SGPS, PT Comunicações e PT. Foi a passagem da PT Comunicações, PT Centro Corporativo, PT Inovação e Sistemas, PT Móveis, PT Imobiliária, PT Investimentos Internacionais, Directel, MEO, PT Cloud, PT Contact, PT Participações, PT Portugal, PT Prestações, PT PRO (a PRO era, digamos, a central de saída de serviços partilhados), PT Sails e a PT Ventures. Eram 16 contratos, todos eles foram celebrados no dia 10 de abril de 2014 e, portanto, todos estes contratos foram passados para o âmbito da PT Portugal.

Nessa altura, não se sabia se ia haver aumento de capital ou não, porque podíamos ter chegado ao dia 5 de maio ou, melhor, ao dia 28 de abril... Como sabe, o aumento de capital foi de 13 250 milhões de reais, dos quais a PT tomou 5,7 milhões — que foi a valorização em reais dos ativos da PT —, os outros 8 milhões foram em *cash* e, destes, uma pequena parte foi tomada por investidores brasileiros e a maior parte por investidores internacionais. Mas podia... Naquela altura, havia determinados limites, havia balizas para nós entrarmos ou não nessa operação e, se o laudo de avaliação da PT, dos ativos da PT, pelo

Santander, nos desse uma participação superior a 40%, a operação de aumento de capital, com a entrada da PT, não se dava ou podia não se dar, porque a Oi tinha um *optout*, quer dizer, podia recusar a operação, e a PT, se a valorização dos seus ativos fosse inferior a 36% da Oi, também podia não participar na operação sem qualquer penalidade. O laudo de avaliação permitiu-nos ficar no intervalo em que podíamos fazer a operação e fez-se a operação do aumento de capital.

Mas pergunta: e se não se fizesse o aumento de capital, por qualquer uma dessas razões que estavam previstas no Memorando de Entendimento e nos contratos definitivos? Não havia nenhum problema, porque a gestão central da tesouraria manter-se-ia na PT Portugal, uma vez que já tinha sido transferida, e poderia continuar na PT Portugal ou voltar tudo atrás e voltar, novamente, para a PT SGPS, mas, se já estava na PT Portugal, lá continuaria.

Portanto, a passagem da gestão integrada da tesouraria para a PT Portugal nada tem a ver nem está dependente, de forma nenhuma, de se fazer ou não o aumento de capital; é um problema independente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que tomou a decisão de fazer as restantes aplicações, que não da PT SGPS?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Na minha opinião ou, melhor, na minha convicção, foi tomada no âmbito da PT Portugal.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Presidida por Zeinal Bava?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — E com um CFO, que também era vice-presidente, que era exatamente o mesmo que estava na PT SGPS.

Agora, não lhe sei dizer como é que se parte ao meio o Eng.º Pacheco de Melo ou qualquer outra pessoa...

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, o que sabemos neste momento é que a pessoa que decide todas estas operações é a mesma, que é o Eng.º Pacheco de Melo, que é o CFO tanto da PT SGPS quanto da PT Portugal.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Foi aquilo que aqui referiu.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Ele intervém em todas essas operações, de um lado ou do outro.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Em que é que isso é diferente daquilo que eu disse?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A Sr.ª Deputada disse que era ele que tomava a decisão.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Então, quem é que tomava a decisão?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Podia ser algum subordinado dele, selecionado por ele. Depende dos valores...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nós vamos acabar por chegar à conclusão de que quem investiu 500 milhões...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Depende dos valores, Sr.^a Deputada; há valores de 50 milhões!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Bom, chegaremos à conclusão de que foram os *yuppies* das salas de mercados que investiram 900 milhões da PT no BES, já que ninguém assume essa responsabilidade.

A minha última observação, e só quero tentar esclarecer isto, é que me parece que há uma empresa em fusão que não sabe a quantas anda, porque ninguém nos consegue explicar, sequer, no dia em que são investidos 900 milhões, separados por várias empresas, se a decisão estava na PT SGPS ou na PT Portugal. Ninguém sabe! Quer dizer, era uma empresa em roda livre, em que toda a gente podia fazer as operações e não havia uma gestão de tesouraria centralizada que decidisse como é que o dinheiro era investido.

Tem de haver um papel que diga, em termos de tesouraria, de onde sai esse dinheiro. E a minha pergunta é: de onde é que sai esse dinheiro? Ele, em abril, sai da PT SGPS, que controlava a tesouraria, ou sai da PT Portugal?! É impossível uma empresa com a dimensão da PT ser gerida ao Deus dará, sem que ninguém tenha controlo sobre as operações e nem sequer se possam provar as operações que foram contratadas.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Já lhe disse, aliás, já o tinha escrito numa carta dirigida ao presidente da CMVM e ao presidente da assembleia geral da PT, naquela fase em que foi interrompida a assembleia

geral para um maior aprofundamento de determinadas questões, qual é a minha convicção: 200 milhões foram aplicados através da PT SGPS, sobre os quais eu assumi a responsabilidade, os outros 697 milhões foram aplicados no âmbito da PT Portugal.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Zeinal Bava diz que não!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A minha resposta é essa, Sr.^a Deputada.

Sobre a PT SGPS, eu já assumi, e sempre assumi, a responsabilidade, está em todas as atas e nunca houve qualquer dúvida sobre isso. Em relação ao resto, há interpretações de outras pessoas que entendem que a PT Portugal ainda não tinha a gestão central de tesouraria e, portanto, não podia ter sido a PT Portugal.

Ora, eu, hoje, demonstrei-lhe ou, melhor, informei-a dos contratos que já tinham passado para a PT Portugal, quer por transferência, quer por cessão da posição contratual, todos eles, antes de 10 de abril de 2014.

Portanto, na minha opinião, de facto, o poder de gestão integrada desses fluxos já estava na PT Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Dr. Henrique Granadeiro pela sua disponibilidade em colaborar com esta Comissão de Inquérito, mas, face àquilo que se passou até agora, nomeadamente a sua intervenção inicial e as suas respostas às perguntas da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tenho de dizer o seguinte:

tenho uma grande admiração pelo seu percurso de vida, que me parece notável, mas isso também aconteceu com algumas pessoas que estiveram aqui nesta Comissão de Inquérito e o lado mais negativo desta Comissão de Inquérito, que tem sido, aliás, realçado pela comunicação social, é o facto de muita gente com responsabilidade não a ter assumido e ter procurado, muitas vezes, em muitas audições, diluir essa responsabilidade ou até atirar alguma dessa responsabilidade para os ombros de outros que aqui não estão ou até alguns que aqui não virão.

Eu confesso que esperava outra atitude da parte do Sr. Dr. Henrique Granadeiro, exatamente por aquilo que é público e que conheço do seu currículo e também por aquilo que as pessoas que o conhecem pessoal e profissionalmente dizem de si, mas contudo, verificamos, neste momento, que o Sr. Dr. Henrique Granadeiro diz que a responsabilidade de grande parte daquilo que aconteceu é, em primeiro lugar, do modelo de governação da PT — um país, dois sistemas —, fala na responsabilidade dos responsáveis do BES, designadamente do Dr. Joaquim Goes e do Dr. Amílcar Moraes Pires, que estavam na administração da PT, fala, inclusivamente, na responsabilidade do Eng.º Pacheco de Melo, do Eng.º Zeinal Bava...

Enfim, o Dr. Henrique Granadeiro, desculpe que lhe diga, parece muito ágil a estabelecer o grau de conhecimento e de responsabilidade dos outros, mas já não revela a mesma agilidade, já não é tão veloz a assumir as suas próprias responsabilidades.

Assim, eu gostaria, nesta primeira intervenção, e é exatamente isto que pretendo, que o Sr. Dr. Henrique Granadeiro pensasse bem na figura tristíssima que algumas pessoas têm feito aqui, nesta Comissão de Inquérito, em sentido contrário dos seus currículos profissionais e pessoais,

para, de facto, nos elucidar sobre os aspetos que são objeto das nossas questões.

O Sr. Dr. Henrique Granadeiro falou, logo no início, na relação que teve — disse em 2004 ou 2005, mas, pelas informações de que disponho, julgo que será até em 2006 — com a empresa Espírito Santo Resources.

Queria que confirmasse um pouco esta ideia de que colaborou, de que houve uma relação com a Espírito Santo Resources nesta altura.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Confirmo aquilo que já disse, ou seja, que fiz uma avaliação da situação da Espírito Santo Resources. Fiz uma avaliação um pouco mais profunda da parte agrícola da Espírito Santo Resources, localizada em Portugal, no Brasil e no Paraguai, mas nunca tive qualquer relação subordinada nem com o BES nem com a Espírito Santo Resources, nem sequer cobrei qualquer honorário ou recebi qualquer prémio, durante esse tempo, que não passou de mais de um mês ou dois, por esse trabalho que realizei.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas esse trabalho que realizou não se consubstanciava na elaboração de um plano de reestruturação da Espírito Santo Resources, que, depois, praticamente dá origem à Rioforte?!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Esse foi o trabalho que desenvolveu, ao longo de vários anos, o meu colega Fernando Martorell, que, como lhe disse,...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sucedeu-lhe.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não me sucedeu, ele esteve, simultaneamente, comigo nessa fase de avaliação e foi ele que, depois, foi nomeado CEO ou presidente executivo da, então, Espírito Santo Resources, que só muito mais tardiamente é que veio a designar-se Rioforte.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, nessa altura, o endividamento da Espírito Santo Resources orçava em cerca de 3750 milhões de euros e o prejuízo acumulado em mais de 2000 milhões de euros.

O Sr. Dr. Henrique Granadeiro teve uma visão privilegiada desta situação?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não tive a esse nível. Quer dizer, no tempo em que estive envolvido nesse *dossier* teve muito mais a ver com aspetos operacionais, de articulação de negócios, de complementaridades, de não se poderem ter determinados tipos de negócios que não acrescentam nada por estarem juntos... Enfim, foi mais uma reflexão estratégica e operacional do que, propriamente, o estudo de um modelo financeiro para a Espírito Santo Resources.

Eu não entrei na modelização financeira da Espírito Santo Resources, não tenho esse mérito e, portanto, não tenho acesso nem posso confirmar ou infirmar esses dados de que o Sr. Deputado dispõe, porque, efetivamente, não tenho acesso a eles.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — De qualquer modo, para elaboração de um qualquer plano estratégico, independentemente da sua dimensão, o calibre do endividamento e dos prejuízos acumulados seria, obviamente, necessário.

O Dr. Henrique Granadeiro falou aqui...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr. Deputado, acho que sim, que tem razão! Desculpe lá interrompê-lo.

Agora, há uma coisa da qual temos de partir, que é a realidade: a ES Resources era uma realidade que ou estava integrada ou estava agregada ou estava desintegrada. E a primeira realidade que tem de se avaliar é, exatamente, essa! O que é que, naquele conjunto de negócios, naquele conjunto de empresas, ainda por cima dispersas por territórios a 10 000 km de distância, o que é que naquilo era integrável e o que é que naquilo não era integrável? O que é que era para levar para a frente? Ou o que é que era, pura e simplesmente, para eliminar, porque não tinha complementaridade, não tinha sinergia, como, agora, se diz, e com toda a exatidão?!

Eu fiquei apenas nessa parte, Sr. Deputado, não entrei na parte do modelo financeiro, nem nos números que referiu e que, seguramente, condicionariam o plano estratégico que viesse a ser... De facto, tem toda a razão, que se deve, naturalmente, ter esses condicionantes estratégicos, porque esses são a outra parte da realidade; a realidade não são apenas cães e gatos, a realidade também é a sua expressão financeira, ou as suas vendas, as suas compras e como é que isso, depois, funciona.

Mas são momentos diferentes de um percurso de elaboração de um plano estratégico. E eu, enfim, sei alguma coisa disso, porque, durante o período em que saí do Grupo Balsemão, até entrar na Lusomundo, estive durante algum tempo como consultor e fiz, não muitos, mas vários *turnarounds* de empresas que estavam, exatamente, em situações semelhantes à da ES Resources, portanto, eu não era propriamente um novato que estava a entrar naquele campo.

Mas o percurso é este, Sr. Deputado: há que partir da realidade e da realidade também faz parte a realidade financeira; e, depois, há que partir, daí para uma visão estratégica do que é que é compatível e do que é que era incompatível, do que é que tem capacidade de induzir o crescimento e do que é que faz perder o valor.

O endividamento, como disse há pouco à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, nem sempre é uma condicionante inultrapassável; às vezes, os problemas de liquidez são muito mais complicados, como nós vimos, agora, nestes últimos tempos, quer no País quer em muitas empresas, do que propriamente o problema da dívida.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas, a sua relação com o universo Espírito Santo, inclusivamente, com a família Espírito Santo, não começa em 2004/2005, é um pouco anterior a isso, não é?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Ouça, a família Espírito Santo é muito vasta e...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nós todos sabemos de quem estamos a falar, não é?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não! Mas, então, eu penso que tomou nota de que eu prestei juramento, sem que me fosse pedido!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Tomei boa nota, exatamente!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Com aquilo que significa quer do ponto de vista crente, que eu sou...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito bem!...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — ... quer como liberal e republicano, que também sou em que a honra é, de facto...

Portanto, foi nos dois registos que eu o fiz, e fi-lo, propositadamente, pelo respeito que, naturalmente, me merece esta Comissão, que já foi desrespeitada, várias vezes, e que eu lamento! Porque eu ouvi, aqui, nesta Comissão, o Sr. Governador do Banco de Portugal dizer que foi o Governo que o mandou..., e ouvi dizer a Sr.^a Ministra que não foi o Governo que mandou, que foi...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Eu não ouvi, exactamente, a mesma coisa, mas não é isso que, agora, estamos a...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu tenho, aqui, registada a declaração. Bom, mas isto vem, apenas,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queria dizer só o seguinte...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — ... comentário meu, lateral.

O Sr. **Presidente**: — Queria dizer só o seguinte: nós faremos a avaliação — nós, todos — dos momentos em que fomos desrespeitados.

Sr. Doutor, faça favor de prosseguir.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Bom, mas, respondendo à sua questão da minha familiaridade com a família Espírito Santo: eu já disse, publicamente, numa entrevista, que o Dr. Zé Manel Espírito Santo é um irmão adotivo, reciprocamente. Portanto, é uma pessoa com quem eu fiz grande parte da minha vida, fui tratado pelo pai dele, como um filho, e, portanto, essa é uma relação que, quase, está para além do querer ou não querer!

O Dr. Ricardo Salgado, tenho uma excelente relação com ele, embora seja uma relação muito mais tardia, da altura em que ele regressou a Portugal para começar a gesta de reconstrução do Banco Espírito Santo. Tenho uma relação frequente com o Dr. Ricardo Salgado, mas...

Depois, também conheço os irmãos do Dr. Zé Manel, alguns irmãos do Dr. Ricardo Salgado, e, enfim, dos outros ramos da família não tenho, assim, grande proximidade. Sei quem são, cumprimento-os, mas não tenho, assim, nenhuma relação especial com eles.

Portanto, fiquemos por aqui, porque aquilo que eu acho que pode ter interesse para a questão, mas... Depois, conheço a geração mais nova, também conheço alguns da geração mais nova, o Miranda Veiga... Mas, respondendo direta e basicamente à questão que o Sr. Deputado pôs, porque pode ter interesse para a avaliação da influência que eles possam ter na minha dependência,...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Exatamente!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — ... ou independência de decisão, eu acho que o que é importante é a relação que tenho com o Dr. Zé Manel Espírito Santo e com o Dr. Ricardo Salgado. E penso que não estou a ofender nenhum dos outros com quem também me dou.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E, portanto, não será um exagero afirmar que essa relação de alguma intimidade pessoal também se poderia converter com grande facilidade e, se calhar, foi-o, numa relação de alguma cumplicidade empresarial, a partir das várias empresas, que, cada um dirigia.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr. Deputado, nós não somos completamente isentos dos afetos; agora, para um gestor profissional, como eu pretendo ter sido, e como eles são, indiscutivelmente... O grande objetivo deles é a conta de exploração dos negócios deles! O meu grande objetivo é a minha conta de exploração! E eu não cedo, na minha capacidade de decidir independentemente para a minha conta de exploração. E, aí, quanto mais próximo, mais fácil: é muito mais fácil dizer *carrément* «não» a uma proposta de um amigo — estes, que mencionámos ou outros, que também tenho — do que, muitas vezes, pessoas com quem faço mais cerimónia, e tal...

Portanto, tenho a certeza, na minha consciência, de que nunca essa ligação pessoal, que confirmo, que isso tenha sido um fator de enviesamento ou de sacrifício da independência, que eu acho que devo ter, na forma como giro os negócios que me são confiados. Aliás...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas concordará comigo que, na questão que já aqui foi abordada pela Deputada Mariana Mortágua, a questão da OPA da Sonae, teve uma grande ajuda da família Espírito Santo, nomeadamente do Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não sei em que medida...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não foi a única, mas teve uma grande ajuda!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, não foi a única, porque não era com os 10% do Dr. Ricardo Salgado que eu...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — É que esses 10%, parece, ao longo de todo este processo, que havia uma espécie de dedução amplificadora; ou seja, dava a ideia de que, embora fossem 10%, valiam muito mais do que isso!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Indiscutivelmente que a posição do Banco Espírito Santo era uma posição de referência para muitos investidores! E, desse ponto de vista, é inegável aquilo que diz: o facto de o Banco Espírito Santo ter apoiado o projeto industrial que o meu conselho de administração propôs, em alternativa à OPA da Sonaecom, foi, naturalmente, uma malha — desculpe lá o calão — ...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sim, sim...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — ... muito importante na constituição dos nossos apoiantes. Sem dúvida nenhuma!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E isso aumentou, digamos assim, esta lógica de colaboração, muito estreita e íntima, e, se calhar, até, a preponderância do BES nas decisões da PT?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não! Isso, aí, desculpe... O negócio é: cada negócio é um negócio...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — É uma pergunta!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim, compreendo, como pergunta! Mas, efetivamente, não fiquei refém dos acionistas que me apoiaram na OPA. Aliás, eu só tenho 150 ações da PT, que me foram dadas, numa distribuição de ações aos trabalhadores, quando eu ainda nem sequer era presidente nem CEO. Houve um anterior CEO que, num ano que correu muito bem e a mim couberam-me 150 ações. Só tenho 150 ações! Portanto, eu, materialmente, não ganhei muito com a OPA.

Agora, a OPA não alterou o meu estilo de relacionamento nem o meu estilo de decisão! Quer dizer, foi um problema que foi resolvido! A seguir, foi preciso resolver outros problemas! Ou seja, como o Sr. Deputado se lembra, imediatamente a seguir à OPA, e já tinha ficado prometido durante a OPA, e isso foi um fator determinante para ganhar a OPA, foi o *spin-off* da PT Multimédia. Como sabe, havia uma questão que envolvia o poder político, que envolvia os reguladores, que era a de que a PT era um bocado a monopolista das redes, embora qualquer outro pudesse fazer redes, não é? A rede de cabo foi toda construída, até àquela altura, pela PT. Outros podiam ter construído redes de cabo, mas não o fizeram...!

Mas para ajudar a resolver um problema, que era crítico e muito azedo, a nível nacional, na discussão da OPA nós comprometemo-nos a fazer o *spin-off*, ou melhor, a autonomizar as redes.

Não havia meio legal de o Governo o fazer, os reguladores também não eram suficientemente fortes para o impor à PT e a PT disse: nós vamos fazer a separação das redes, e fizemo-lo através do *spin-off*.

Portanto, entregámos ações da PTM aos acionistas da PT e eles venderam, ou outros ficaram, e a PT reorganizou-se. Tanto que havia, na altura, a convicção de que aquilo era um jogo de sombras, porque nós tínhamos dado as ações aos acionistas da PT e íamos ali «cozinhar» um simulacro de concorrência. Na realidade, verificou-se que a PTM, que depois, se transformou em ZON, dirigida pelo Dr. Rodrigo Costa, que era meu vice-presidente na PT SGPS, que se tornou um grande competidor e é hoje um grande operador. Aliás, o Dr. Rodrigo Costa fez um trabalho extraordinário e, efetivamente, o País, hoje, tem duas grandes redes, uma que é a da PT, que é, hoje, fundamentalmente, uma rede de fibra, embora tenha ainda uma grande parte em cobre, e a ZON, hoje ZON/NOS, que tem uma rede basicamente de cabo coaxial, uma grande parte de rede e, ainda alguns segmentos da sua operação que passam pela venda grossista de rede da PT...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas, ó Dr. Henrique Granadeiro, peço desculpa de o interromper, mas aquilo que aqui nos interessa é, de facto, verificar se o nível de exposição da PT ao BES/GES se deveu a uma mera lógica empresarial ou se foi mais do que isso.

O Dr. Henrique Granadeiro, há pouco, pareceu refutar a qualidade do relatório da PricewaterhouseCoopers (PwC), mas eu remeto-o para as conclusões da comissão de auditoria da PT que, em julho de 2014, disse o seguinte, logo na primeira conclusão: a comissão de auditoria constata que no final de 2014 o total das aplicações em depósitos e títulos de dívida do grupo BES ascendeu a 98,35% do total de aplicações de tesouraria do Grupo PT, 98%! Isto não é demais?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Em que data, Sr. Deputado?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A data certa é, penso eu, 10 de julho de 2014.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — 10 de julho? É preciso deduzir que nesses entretimentos nós transferimos para o Brasil 1488 milhões de euros na tal operação de compra das debentures das *holdings* controladoras da PT.

Obviamente que a percentagem que era calculada sobre um montante muito maior subiu, naturalmente, quando se retirou no outro membro da equação 1488 milhões de euros que foi a outra parte da operação relativa à compra das debentures.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas é, de facto, uma exposição demasiada, independentemente das oscilações de que nós possamos querer verificar e analisar as causas, sobretudo quando sabemos que não foi feita uma análise de risco. Confirma que não foi feita uma análise de risco?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, não confirmo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — É que há vários relatórios que nos dizem isso, e vou passar a ler o relatório da comissão de auditoria: «Estas aplicações, em especial as relativas a títulos de dívida, não cumpriram os requisitos cautelares da política de gestão de risco de crédito.»

É o relatório da comissão de auditoria, é o relatório da PwC, de facto, é muita gente, muito competente a dizer exatamente a mesma coisa, Sr. Dr. Henrique Granadeiro.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Mas, Sr. Deputado, eu nunca ouvi dizer isso à comissão de auditoria, nem a nenhum órgão de supervisão da PT nesse momento. Fazer a história «depois de» e fazer o Totobola à segunda-feira...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Peço desculpa, mas não é «depois de», porque é de julho de 2014 e o Dr. Henrique Granadeiro ainda se encontrava em funções.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr. Deputado, temos de medir a aplicação numa determinada entidade em relação ao *cash* total consolidado, e assim os números — e permita-me que lhos leia —, as percentagens das participações no BES, em relação ao *cash* total consolidado, que é esse o verdadeiro indicador, foram de: 46%, em 2001; 13%, em 2002; 20%, em 2003; 29%, em 2004; 31%, em 2005; 24%, em 2006; 14%, em 2007; nos anos seguintes foi 0, porque não fizemos aplicações nenhuma; em 2011, foi 10% do *cash* total consolidado; 15%, em 2012; 29%, em 2013; e 33%, em 2014, em que havia uma aplicação de 897 milhões para um *cash* total consolidado de 2714 milhões da PT.

Estes números constam daquele relatório que a PT enviou a pedido da CMVM, que eu não lhe posso dar, mas esse relatório é muito importante e interessante e, com certeza, que a PT o pode fornecer.

Portanto, as percentagens são enganadoras, porque se eu comer duas laranjas e o senhor não comer nenhuma, de certeza que estatisticamente

comemos uma cada um. Nas estatísticas e nas percentagens é preciso ter o cuidado de ver se estamos a usar o instrumento correto e, neste caso, o instrumento correto é a comparação da aplicação, ou do conjunto de aplicações, com o *cash* total consolidado.

Se a auditoria da PT não usou este método, então usou um método errado. Tenho um respeito enorme pela comissão de auditoria da PT, que foi criada por mim em 2007 e com pessoas com grande valia: o Eng.º João Melo Franco, que é um dos homens mais experientes na gestão de telecomunicações; um professor de Direito Fiscal da Universidade de Coimbra; e um membro extremamente ilustre da câmara de revisores oficiais de contas, que têm, os dois, qualidade de *financial expert* que é requerida pela SEC, uma vez que estamos cotados em Nova Iorque.

Portanto, tenho o maior respeito por eles, quer do ponto de vista pessoal quer profissional, mas isso não quer dizer que aceite argumentos de autoridade. O indicador é este e o resultado é este que eu estive a ler, aborrecendo o Sr. Deputado com esta leitura tão contínua.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito bem, mas aquilo que está em causa é que são dois relatórios que, independentemente dos métodos usados, e eu não tenho a certeza se foram os mesmos — aliás, costuma dizer-se e eu, agora, depois de estar nesta Comissão, percebo melhor do que antes, que os números devem ser torturados até que confessem —, dizem que não houve análise de risco, não houve cuidado.

Nesta Comissão de Inquérito, por exemplo o Dr. Gonçalo Cadete, CFO da Rioforte, disse que quando existiam aplicações avultadas em papel da Rioforte, normalmente as entidades pediam informações adicionais. A PT nunca fez isso e isso foi referido aqui também por outros responsáveis.

Portanto, houve aqui um dever de cuidado na gestão sã e prudente que me parece não ter sido observado.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr. Deputado, eu tive duas reuniões com o Dr. Gonçalo Cadete, que era CEO da Rioforte...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — CFO. O Dr. Paulo Pena disse a mesma coisa. Confirmou!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Então, não tive nenhuma reunião com o Dr. Gonçalo Cadete...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Dr. João Pena, peço desculpa.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Tive duas reuniões com o Dr. Manuel Espírito Santo, com o Dr. Pena e com a CFO, que era uma senhora, creio que se chamava Paula Alves.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — O CFO é o Dr. Gonçalo Cadete.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Em que altura? Não nesta fase final...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nesta fase final.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Nesta fase final era uma senhora. Tenho a certeza absoluta de que era uma senhora.

Aquilo que nos foi dito taxativamente foi que a gestão da Rioforte não tocava no *cash pooling* da Rioforte, que era gerido pelo CFO do Banco Espírito Santo. Isto foi-nos dito taxativamente por eles e, por isso, o facto de ele dizer que nós não lhe fomos pedir nenhuma informação... De que é que servia ir pedir-lhe informações, se nós as tínhamos através de quem geria o *cash pooling* da Rioforte?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Dr. Henrique Granadeiro, para saber exatamente, por exemplo, no que diz respeito à Rioforte, qual era a situação financeira, qual era o endividamento, qual era a situação de risco e se havia alguma determinação a montante, do Banco de Portugal, em relação àquilo que hoje se conhece por *ring-fencing* e que já existia nessa altura.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não me parece que essa fosse matéria da gestão da Rioforte, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas era uma matéria tão relevante que acabou por ter uma importância que resultou na perda de 900 milhões.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Tenho todo o respeito pela sua visão, mas acho que quem geria, efetivamente, o *cash pooling* da Rioforte era o Banco Espírito Santo, não era a Rioforte.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas o risco era da Rioforte, como é evidente.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Mas não era medido pela Rioforte; quem devia medir o risco da Rioforte era o departamento de risco do banco.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A análise de risco também teria de ser feita pela própria PT e, pelos vistos, há dois relatórios que dizem que não foi feita.

Dr. Henrique Granadeiro, vamos avançar um bocadinho. A questão que coloco agora tem a ver com o modo de tomada de decisão, com o processo decisório em relação, nomeadamente, a estas últimas aplicações e renovações dos empréstimos que foram feitas em fevereiro e em abril.

Em primeiro lugar, as informações que temos dizem que existiu uma reunião no dia 3 de fevereiro de 2014, com o Dr. Henrique Granadeiro, o Dr. Ricardo Salgado e o Dr. Amílcar Morais Pires, onde foram tomadas decisões muito importantes em relação a estas aplicações. Confirma?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não confirmo.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas desmente?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Desminto.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, estas declarações que são atribuídas ao Sr. Eng.º Luís Pacheco de Melo são falsas?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Na minha lembrança são falsas. Eu nunca estive nessa reunião.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — O processo decisório envolveu o Eng.º Zeinal Bava? Ele conhecia-o?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Isso implica-me a mim e eu sei onde estive! E, portanto, não estive nessa reunião.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E o Eng.º Zeinal Bava tinha conhecimento destas decisões? Participou neste processo de decisão?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu não comuniquei nada ao Sr. Eng.º Zeinal Bava. Não fui eu que lhe comuniquei nada. Ao Dr. Ricardo Salgado é que, numa determinada fase, eu chamei a atenção, dada a contiguidade do aumento de capital com a maturidade dessas aplicações, e aconselhei-o a dar uma palavra ao presidente executivo da Oi e ele, um ou dois dias depois, disse-me que tinha, efetivamente, falado com o Eng.º Zeinal Bava.

Se falou ou não, sinceramente isso não posso confirmar. Ouvi que o Sr. Eng.º Zeinal Bava na última reunião disse que ninguém tinha falado com ele, mas aí não sou juiz nessa situação, porque não a testemunhei pessoalmente.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas em relação às aplicações, designadamente aquelas que foram feitas a 15 e 17 de abril, o Eng.º Zeinal Bava tinha conhecimento delas?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Nas aplicações que...?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — De 15 e 17 de abril? O Eng.º Zeinal Bava tinha conhecimento delas? Quem tomou a decisão?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sobre a questão do envolvimento do Eng.º Zeinal Bava, queria ler-lhe um excerto da ata n.º 7 do dia 10 de julho de 2014, onde o Sr. Eng.º Pacheco de Melo foi extremamente instado por vários administradores da PT no sentido de saber se estas operações eram ou não eram do conhecimento do Sr. Eng.º Zeinal Bava e, conseqüentemente, da Oi.

O Eng.º Pacheco de Melo, era membro do conselho de administração da PT, era CFO, e muitos administradores, nomeadamente o embaixador americano McCowan, que era nosso administrador, o Francisco Pereira Soares, o professor... que é membro da comissão de auditoria, o Dr. Rafael Mora, o Eng.º Varela, instaram de uma forma muito pressionante o Eng.º Pacheco de Melo a que dissesse ao conselho se o Eng.º Zeinal Bava sabia e, conseqüentemente, porque ele era presidente executivo da Oi, sabendo o Eng.º Bava, sabia a Oi.

Vou ler-lhe a resposta, que não esgota o assunto porque, depois, o assunto ainda teve outros desenvolvimentos, mas na ata pode ler-se o seguinte: «Pedi a palavra o administrador Luís Pacheco de Melo para afirmar que já responderia se as pessoas sabiam ou não e se a Oi sabia ou não sabia. Antes, gostaria de fazer uma introdução. Primeiro, como mencionou aqui, esta operação é uma prática recorrente da empresa, pelo que é natural que as pessoas que cá estiveram soubessem que havia aplicações junto do Banco Espírito Santo e colocadas por este. Essas pessoas saíram há tempo.

Adicionalmente, na avaliação dos ativos realizada pelo Santander e no processo do *due diligence*, do aumento de capital da Oi, a empresa teve todas as capacidades para saber se as aplicações se mantinham ou não mantinham.

Seguidamente, recordou ter feito um *roadshow* de três semanas com o CEO e com o CFO da Oi antes da operação. E, portanto, considera que está respondida a pergunta.

Terceira parte: sobre se as pessoas sabiam que a aplicação era na Rioforte, afirmou que, sinceramente, não se recordava de ter afirmado que era ESI ou Rioforte, pelo que, antes da passagem dos ativos para a Oi, ter muitas dúvidas que soubessem.

Eram aplicações junto do Grupo Espírito Santo, como no passado, mas se era aplicação específica do Rioforte tem dúvidas e não se recorda de alguma vez ter mencionado o assunto. Após a transferência dos ativos só não sabe quem não quer, porque, a partir dessa data, manteve-se na PT Portugal, mas os ativos são 100% detidos pela Oi.»

Esta é a resposta do Eng.º Pacheco de Melo, que está nas páginas 20 e 21 da ata de 10 de julho de 2014, e que deixo à consideração, porque, seguramente, que a PT não lhe vai negar o acesso a esta ata — aliás, acho que lhe deve dar esta ata, porque é uma ata importante, até porque está em conformidade com tudo o que respondi à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

Portanto, embora a resposta seja um tanto cabalística para aquilo que é o estilo do Eng.º Pacheco de Melo, que é, de facto, um homem muito frontal, muito corajoso, eu achei esta resposta demasiado sofisticada, mas não tenho nenhuma dúvida sobre como interpretar esta resposta.

E, portanto, deixo ao Sr. Deputado esta informação e a minha convicção de que esta resposta é um sim! Isto é, que sabia o CEO da Oi e

sabia o CFO da Oi, com quem o Eng.º Pacheco de Melo andou a fazer o *roadshow* do aumento de capital da Oi.

E, como tal, em vez de lhe estar a dar opiniões, convicções ou conjeturas, pedi a permissão para ler esta ata e, se me permite a opinião, ela é um elemento importante para que o Sr. Deputado possa fazer a sua avaliação definitiva.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas, então, para continuar a minha avaliação, o Dr. Henrique Granadeiro disse que no dia 10 de abril de 2014 a gestão centralizada da tesouraria passou a estar integrada na PT Portugal, na responsabilidade de Zeinal Bava.

Zeinal Bava disse aqui, nesta Comissão, que essa operação só aconteceu a 5 de maio depois do aumento de capital da Oi.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não! Ele tem razão: 5 de maio é um dia importante, só que a partir desse momento a gestão centralizada...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — De qual momento, peço desculpa?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A partir de 5 de maio a gestão centralizada, que se mantinha na PT Portugal, já fazia parte da Oi.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, também por aí, o dever, digamos assim, de conhecimento e até de participação bastante ativa e preponderante no processo de decisão do que se passou a 15 de abril de 2014, com a renovação do empréstimo à Rioforte, era da responsabilidade do Eng.º Zeinal Bava?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Pelo menos do conhecimento e da não oposição.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, não falou a verdade quando aqui negou esse facto?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não quero fazer avaliações, porque cada um tem o seu conceito de verdade. Aliás, lembro-me da página do evangelho ...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não o quero remeter para as suas convicções religiosas, mas agora deu-me vontade!

Porque o conceito de verdade, embora no julgamento de Cristo lhe tenham perguntado o que era a verdade e Ele não tenha respondido, mas, sem dúvida nenhuma, que todos nós somos informados de um conceito de verdade!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Era isso que eu ia dizer. Que, efetivamente, Pilatos perguntou a Cristo o que era a verdade e Ele não lhe respondeu.

Portanto, Sr. Deputado, não queira que eu responda, sobretudo havendo entre mim e o Eng.º Zeinal Bava muitos fatores de aproximação, mas não é seguramente o religioso, porque eu sou cristão e ele é muçulmano.

Risos.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas a verdade também não é assim tão diferente do ponto de vista ético, não direi do ponto de vista religioso.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Oiça, não estou a fazer piada, nem estou a...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas teve graça!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — O que lhe aconselhava, se me permite fazê-lo, é que esta ata seja presente a esta Comissão.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito bem!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Esta ata é muito importante!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas, apelando ainda ao sentido de verdade, designadamente no final de 2013 e em 2014 quantas reuniões — podem ser reuniões, almoços, lanches, o que for... —, que antecederam estas aplicações, teve com o Dr. Ricardo Salgado e com os altos responsáveis do Banco Espírito Santo acerca destas aplicações que foram feitas da PT no GES?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Antes das aplicações tive uma única conversa.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Quando?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Foi, talvez, por alturas de fevereiro ou janeiro...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não terá sido a tal do dia 3 de fevereiro? É que pode não ter sido um almoço; pode ter sido...!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Pode ter sido. Não sei!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — É que acabou de negar, ainda há pouco, isso.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — O problema é que, neste momento, estou quase «nu», porque não tenho escritório, não tenho acesso aos papéis, não tenho quem me escreva uma folha...! Quero dizer, não sou agora capaz de reconstituir uma quantidade de pormenores que tinha de ir à agenda e verificar todas essas coisas.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, a reunião de 3 de fevereiro pode ter existido.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Pode ter existido! Pode ter... A reunião, não; o que tive foi um encontro — não um almoço — ou seja, falei com o Dr. Ricardo Salgado. E falei pessoalmente!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E só estavam os dois?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Só estava eu! Só estávamos os dois.

Portanto, falei com o Dr. Ricardo Salgado — os dois — e foi a única conversa que tivemos e em que eu remeti para o Eng.º Pacheco de Melo o estudo da possibilidade para aquilo que ele acabava de me sensibilizar ou propor.

Depois, voltei a falar com ele, quando saiu o relatório de contas da Rioforte e quando fiquei com os cabelos em pé!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E quando? Quando, exatamente? Não tem de memória?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Saiu em 27 de junho, acho eu! E eu posso ter tido conhecimento do relatório, talvez, um pouco antes e, nessa altura, obviamente que fui interpelar o Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas não teve reuniões com o Dr. Ricardo Salgado ou com outros responsáveis, para além daqueles que integravam a administração da PT, entre fevereiro e julho?! Com tantos milhões de permeio?!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — O problema dos milhões só se pôs quando se perspetivou a possibilidade de haver uma rutura no Banco Espírito Santo.

Porque, Sr. Deputado, tenho aqui, pelo menos, dez testemunhos — e não queria maçá-lo com eles —, desde a Sr.ª Ministra das Finanças, ao Sr. Governador do Banco de Portugal, ou ao Sr. Presidente da República, um pouco mais tarde, em junho e julho...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Bastante mais tarde!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — ...a dizerem: Banco Espírito Santo não tem problema nenhum! O BES tem almofadas suficientes para encaixar...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas esse não era o problema da PT, se me permite interromper!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não; é!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Porque a PT tinha feito aplicações no GES. Tinha feito aplicações na Rioforte e na ESI e não no BES!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A PT sempre fez aplicações no BES!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — No GES!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — O BES é que era a nossa contraparte!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas não era!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Era!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Era, na sua ideia! Mas não era *de jure*!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr. Deputado, nós tivemos um período, bastante longo, em que as nossas aplicações eram diretamente — e mais uma vez fazia falta este relatório do histórico das aplicações de tesouraria — no BES, em BES Notes.

Depois o BES, que era o nosso intermediário financeiro e o nosso conselheiro... Aliás, posso até dizer-lhe precisamente tudo: em 2001, 2002 e até 2007 as nossas aplicações foram em BES Notes, obrigações emitidas pelo próprio BES; depois tivemos aquele intervalo de dois anos em que estivemos fora de mercado, porque foi o problema do *subprime*, e em que nós também tivemos problemas de liquidez; depois recomeçámos, adquirindo Espírito Santo Internacional, durante quatro anos; e em 2014 foi a primeira vez...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Dr. Henrique Granadeiro, chegavam a pedir dinheiro emprestado para poderem investir no Grupo Espírito Santo!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim. Isso...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Portanto, é uma relação em que, de facto, há aqui qualquer coisa que tem de explicar e que me leva à pergunta seguinte, se me permite: o Dr. Henrique Granadeiro, gestor com uma experiência enorme, e boa, tinha no seu conselho de administração, tinha na sua administração, o Dr. Joaquim Goes, o Dr. Amílcar Moraes Pires, privava com o Dr. Ricardo Salgado, e nunca teve conhecimento dos problemas na ESI que foram detetados em finais de 2013?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Ouvi falar neles, mas nunca os vi serem transmitidos para o mercado.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Quando é que ouviu falar neles?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Ouvi quando toda a gente ouviu falar! Porque as coisas começaram no âmbito de uma briga de família e a vir para os jornais todos os dias. Coisas que não tenho...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas para além da briga! Problemas, por exemplo, em relação à veracidade das contas da ESI?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Tive conhecimento disso, exclusivamente, através de jornais. Li os jornais! Agora, não falei com ninguém sobre isso!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Dr. Henrique Granadeiro, desculpe a franqueza, mas isso não o preocupou em relação às aplicações da PT?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A ESI pagou, em fevereiro, as suas aplicações! E com juros!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E não teve essas preocupações na renovação de abril?! Não teve essas preocupações em relação ao aumento de capital?!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, não tive! Não tive!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E não julga que deveria ter tido?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Talvez devesse ter tido! Agora, naturalmente, que, se pudesse voltar atrás...! Mas essas coisas...! Um *default* é um *default*! É definitivo! E, portanto, não vale a pena agora estar a pensar se soubesse, se não sei o quê...!

Para lhe ser franco, mas completamente franco, o primeiro indício — porque nós andamos muito atentos às coisas — que tive de que alguma coisa podia estar menos alinhada, foi quando li o prospeto do aumento de capital do Banco Espírito Santo que, como sabe, foi em junho...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — O prospeto saiu em maio!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — O prospeto foi em maio e a liquidação foi em junho.

Mas no prospeto havia um capítulo, que há sempre em todos os prospectos, que é os *risk factor*, e os *risk factor* impostos pela CMVM fizeram-me pensar! Fizeram-me pensar...!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não falou, nessa altura, com o Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, porque não tinha nada que falar! Então, ele estava a fazer um aumento de capital que acabou por ser tomado firme pela aristocracia da banca internacional!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas não se esqueça que me disse que era republicano!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — É verdade! Tem razão! Como é que hei de dizer em vez de aristocracia?! Da fina flor da finança internacional?!

Risos.

Os grandes bancos estavam todos lá a tomar firme! E, além disso, foi tomado em 1,8 o valor e foi 1 bilião!

Portanto, como disse, este foi o primeiro sinal ou o primeiro indício que me fez perguntar. Mas, obviamente, que não fui, pôr esse problema ao Dr. Ricardo Salgado que estava muito contente com o êxito que tinha sido o aumento de capital.

E não desvalorize, Sr. Deputado, as declarações da Sr.^a Ministra, do Sr. Governador do Banco de Portugal e...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sobre o BES, exatamente!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim, sobre o BES!

Mas no BES a declaração do Sr. Presidente da República, não é uma declaração de, digamos, análise própria; ele cita e remete para o poder e para a qualidade do Banco de Portugal e diz que tem capacidade para absorver os impactos da parte não financeira, mesmo os mais estranhos. Isto está lá!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Nunca teve conhecimento das *démarches* várias do Banco de Portugal, junto da administração do BES em relação ao *ring-fencing*, em relação à capacidade de limitar a exposição do banco ao Grupo?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Ouvi falar nisso, mas sinceramente não conheço!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Vou terminar, Sr. Presidente, com uma última pergunta que, acredite, é sentida.

Eu tinha aqui uma pergunta óbvia que é: como poderia ter isto sido evitado? Mas vou fazer-lhe a pergunta de outra maneira, porque o Dr. Henrique Granadeiro é, de facto, como disse no início das minhas questões, uma pessoa com um percurso linear e de frontalidade.

Com as relações que tinha com o Dr. Ricardo Salgado e com outros elementos da família Espírito Santo, com dois administradores do BES dentro da PT, pessoas com altíssimas responsabilidades, com os problemas que existiram na ESI, que existiram na Rioforte e dos quais, disse-nos aqui, não foi informado pelos próprios, por quem tinha para consigo esse dever de solidariedade até pela antiga e profícua cooperação, não sente que foi enganado? Não sente que fizeram de si, alguma coisa que, eventualmente, o Dr. Henrique Granadeiro não merecia?!

Tenho aqui uma frase, e vou terminar, do Dr. João Duque que se refere ao Dr. Ricardo Salgado dizendo: premiei um escroque da pior espécie.

Não se sente um bocadinho solidário com este tipo de afirmação?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sinceramente, sou um pouco avesso a essas palavras fortes, sobretudo vindas de quem vêm, de uma pessoa que propôs um doutoramento *honoris causa* ao Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Daí o seu arrependimento que é uma virtude teologal, também!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — O seu, dele!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Exatamente!

Aliás, como *mea culpa*, Dr. Henrique Granadeiro! O arrependimento e *mea culpa* são duas virtudes teologais, também!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Pois, obviamente que eu me sinto! Este incidente, isto que aconteceu, foi o pior que podia acontecer à minha carreira! Isto liquidou a minha carreira! Isto destruiu a minha carreira!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E não sente que foi enganado?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — E sinto que fui injustiçado! Porque alguém tinha de me dar sinais! E, no fim, Sr. Deputado, não foi a PT que fez cair o BES; foi o BES que fez cair a PT!

Portanto, acho que cabia nos deveres de lealdade — e, aliás, eu disse isso na minha intervenção inicial — do Dr. Amílcar Pires e do Dr. Joaquim Goes, pessoas que prezo muito do ponto de vista profissional, mas acho

que, nesta matéria, não cumpriram os deveres de lealdade para comigo, a que estavam obrigados pelo facto de serem administradores da PT, tanto mais, que eles tinham funções no BES relacionadas com esta matéria. Risco, *cash pooling* e operações com partes relacionadas, duas delas impostas pelo Banco de Portugal. Por isso, obviamente, estou magoado! Ou mais do que isso...!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Dr. Henrique Granadeiro, seja bem-vindo! Já respondeu a muitas das questões que queremos ver respondidas. Não estamos suficientemente satisfeitos, as respostas suscitaram algumas dúvidas e, por isso, irei repetir algumas delas e fazer caminhos diferentes do que fizeram os restantes Deputados.

A primeira pergunta é: quem é que mandava na PT?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr. Deputado, enquanto fui CEO e *chairman* houve um período do meu percurso pela PT, que foi de 2006 a 2008, em que eu acumulava as funções de *chairman* e CEO, em que, obviamente, quem cortava os problemas e quem decidia em definitivo era eu, embora num conselho de administração e numa comissão executiva em que cada um tem os seus pelouros e as suas responsabilidades e em que há uma fortíssima autonomia por parte dos administradores.

Agora, aquilo é um colégio. Eu, como presidente do conselho de administração, agendo para o conselho os pontos que acho têm a ver com os meus próprios pelouros e agendo, naturalmente, todos os pontos que os meus colegas do conselho de administração entendem que devo agendar.

Quem manda na PT? Inquestionavelmente, o conselho de administração! Em tudo o que sejam decisões estratégicas, o conselho de administração tem uma comissão delegada, que é a comissão executiva, que tem os poderes que lhe são delegados, e, portanto, quem, efetivamente, manda na PT é o conselho de administração; na gestão operacional, naturalmente que manda a comissão executiva; nos sectores e nas empresas que estão adjudicadas a administradores e executivos, são eles que, naturalmente, tem competências.

Agora, aquilo é um concurso de poder; são órgãos colegiais em que as matérias têm de ser discutidas e têm de ser consensualizadas!

Desse ponto de vista, queria dar-lhe o testemunho de que tive, durante o tempo em que fui presidente do conselho de administração da PT, um conselho de administração ativo, informado, competente e com alguns dos meus colegas muito especializados em determinadas áreas.

Portanto, como poderá ver por qualquer ata do conselho de administração aquilo é uma matéria substantiva e não um «chá das cinco» que íamos tomar em conjunto.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Doutor, quem é que mandava no conselho de administração?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — O conselho de administração, sendo um coletivo, toma as decisões coletivamente. Mas quem dirigia o conselho de administração era eu! Sempre fui eu!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não queria ser deselegante e perguntar quem é que mandava no presidente do conselho de

administração, portanto colocarei a questão de outra maneira: qual era o papel do BES em toda a gestão da PT?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Era o papel de um acionista de referência, que tinha com a PT uma parceria estratégica, que era muito ativo no acompanhamento da gestão e que se envolvia muito na gestão da empresa. Isto é, qualquer dos dois administradores do BES na empresa são pessoas de grande qualidade profissional, mesmo do melhor que conheci ao longo da minha vida; agora, isso não queria dizer que houvesse administradores que falavam e os outros abanavam a cabeça. Nunca foi essa a situação da PT! Nem houve pretensão, de qualquer um deles, de ter essa arrogância!

Posso, por exemplo, falar-lhe de um administrador, de que nunca ouviu falar, com certeza, que é um brasileiro, ex-administrador do Bradesco, o Dr. Milton Vargas, homem de uma qualidade invulgar e que tinha sido apontado para CEO do Bradesco que era, naquela altura, o maior banco da América Latina e que, por razões de saúde, por causa de um problema cardíaco, acabou por não o ser, era um homem extremamente qualificado, bem informado e muito interveniente na vida da PT.

Portanto, a história de que o conselho de administração era um teatro de marionetes, em que havia um ator que, por cima, mexia os dedos, é completamente injusta! A PT sempre teve conselhos de administração de grande qualidade e eu senti-me muito honrado de trabalhar com aquele conselho de administração.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O BES envolvia-se na gestão — estas foram palavras suas — e envolvia-se também na aplicação dos excedentes de tesouraria?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não! Não, o BES era contraparte nessa matéria: Todos nós sabemos os nossos deveres e os nossos limites.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O BES era um acionista de referência como os outros? Era um acionista de referência em par com a Ongoing?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A Ongoing era igualmente ativa, embora, naturalmente que o BES, pela maior antiguidade como administrador... No que toca à discussão dos problemas concretos, não havia nenhuma diferença entre ...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A Ongoing e o BES?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Entre uma intervenção feita por um administrador...

Vejamos: os administradores não são administradores da Ongoing nem são administradores do BES; nos termos do Código das Sociedades Comerciais, os administradores são administradores da PT, da empresa, e a sua primeira lealdade é para com a empresa de onde são administradores. Por isso, quando respondi ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, disse que havia uma capacidade de decisão autónoma, independente, que dependia, exclusivamente, do resultado da discussão em conselho.

Os administradores do BES eram ouvidos como os outros? Eram com certeza, tanto eram ouvidos uns como outros!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas eu não estava a falar dos administradores do BES; estava a falar do acionista BES.

Pergunto: tinha uma influência significativa sobre o Grupo e superior a de outros acionistas de referência?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não! Tinha uma influência significativa, sim senhor! Definitiva, ou exclusiva, ou condicionante, isso não tinha!

Sr. Deputado, eu não sou polícia sinaleiro nem tenho vocação para isso! Eu estava lá para avaliar e conduzir a discussão no sentido de defender os melhores interesses da companhia, porque o nosso dever e a nossa responsabilidade é para com os acionistas! Não é só para os que têm 10%! É, também, para aqueles que têm 150 ações, como é o meu caso! A todos eles nós temos de responder, embora, obviamente, as perdas desses acionistas... Por exemplo, temos um acionista americano, fidelíssimo, de anos e anos, que é o fundo de pensões do Ontario Teachers que, ainda por cima, acompanha imenso a gestão da companhia e, como o Sr. Deputado deve compreender, penaliza-me imenso o que aconteceu e a perda que uma avaliação incorreta e errónea da nossa parte lhe provocou.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Então, como é que, pensando nesses acionistas todos, lhes consegue ou nos consegue explicar que, desde 2010 até 2014, pelo menos, o grau de concentração das aplicações num dos acionistas chegou a atingir 98%?

Sei que disse vários números que não coincidem com os da Comissão, com os do relatório... Mas, atenção, não é o relatório da Price; é o da comissão de auditoria da PT, que começa em 2010, com 50%, em

2011, com 79%, em 2012, com 85%, em 2013, com 91% e em 2014, com 98% — isto vem no relatório da comissão de auditoria da PT.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — É igual.

Quer dizer: sobre o relatório da Price não quero falar, porque eu pedi acesso a esse relatório, acho que era justo que me dessem a conhecer esse relatório... Deram a conhecer esse relatório aos outros administradores e negaram-no a mim. Eu também tinha observações a fazer, mas aquilo acabou por ser um cozinhado um pouco estranho, mas não quero referir-me ao relatório da Price, porque não o conheço, embora tenha uma curiosidade imensa em conhecê-lo, mas não o tenho, não o conheço.

Em relação à nossa comissão de auditoria, também não é propriamente as tábuas da lei. Há coisas em relação as quais posso não estar de acordo com a comissão de auditoria, que não é uma escritura sagrada, e os números que estive aqui a apresentar são os números que eu efetivamente valido e pelos quais respondo, porque...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Então, diga lá, se faz favor, qual era o grau de concentração em final de 2013.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — É de trinta e... É o tal problema dos indicadores utilizados.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É que vamos descobrir que os excedentes de tesouraria eram bem maiores do que aquilo que todos pensávamos.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, isso não vai descobrir.

Eram um bocado maiores...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não eram um bocado, eram muito.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — ... do que os senhores até hoje pensavam, porque nunca foi aqui dada nenhuma importância às aplicações feitas no fim de 2013 nas obrigações do Santander Brasil e de uma outra pequena empresa.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Diga-nos, então, qual era o grau de concentração no GES em finais de 2013.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Vou ver se consigo encontrar outra vez o...

Pausa.

De acordo com os meus números, era de 29%.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Quais eram os excedentes de tesouraria?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eram 29% em relação ao *cash* total consolidado, que é o indicador que eu acho que se usa para medir, digamos, o grau de concentração.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Compreende que a Price não é, propriamente, uma auditora qualquer, não compreende? Usa as mesmas regras e técnicas em Portugal que usa em praticamente todos os países em que está.

Mas diga-me uma coisa: sabe qual o montante aplicado em finais de dezembro de 2013 na ESI?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Em finais de 2013? Na PT, estava 750 milhões...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não, na ESI.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Na ESI, estava 750 milhões.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Portanto, podemos imaginar que o excedente de tesouraria eram 2400 milhões de euros? É isso que nos está a dizer?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — O *cash* total consolidado era de 2563 milhões.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Era o excedente de tesouraria?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Era o *cash* total consolidado...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Era o excedente de tesouraria?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Era aquilo que permitia fazer uma aplicação desse montante.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Portanto, não havia nenhum grau de excessiva concentração no GES?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, eu não neguei à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua duas coisas: que não era correto aquilo que se diz no respeitante à diversificação e que não era correto também aquilo que se dizia em relação à concentração. Reconheci isso nesta sessão perante a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua. Portanto, o Sr. Deputado não está a ser justo comigo, porque eu reconheci isso, e com pena!

Sobre a Price, quero dizer que a Price é uma auditora, é uma das *big four*, e rodam. E quero dizer-lhe que não houve nenhum grande escândalo financeiro internacional que não tivesse metido uma auditora. Lembra-se da Arthur Anderson? Lembra-se da Enron? Esteve sempre lá uma auditora! Sempre esteve lá uma auditora! No próprio BES, também estava lá a KPMG!

Nós também tínhamos auditores e os auditores que nós temos na PT — ou que tínhamos, porque parece que agora já não temos —, que era a Deloitte, está tão capacitado para fazer aquilo que fez a Price como a Price. Portanto, aquilo que veio fazer a Price, como auditoria independente, era o que a Deloitte devia ter feito e ter informado a tempo e horas, mas, sinceramente, nunca chamou a atenção para isso.

Deixe-me só dizer-lhe qual era o procedimento de trabalho no que diz respeito à auditoria.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Já agora, diga-me onde é que foram aplicados os outros 1500 milhões de euros acima dos 750 milhões.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Provavelmente, em depósitos a prazo ou noutras aplicações. Isso não lhe posso dizer neste momento...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ajudava a dar credibilidade à sua tese. Percebe?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — E dá credibilidade à minha tese, porque os números são estes e são números que estão perfeitamente certificados e auditados.

O que a Price fez era o que a Deloitte devia ter feito.

Queria, já agora, dar-lhe uma informação sobre como é que se atua em relação aos auditores: todos os três meses a PT tem de publicar os números, é obrigatório, tem de divulgar, tem de fazer um facto relevante e publicar as suas contas trimestrais. Quando as contas estão prontas, a equipa financeira e de controlo de gestão fazem uma reunião com os auditores externos e com a comissão de auditoria — e nós tivemos comissão de auditoria a partir de 2007, antes não tínhamos, fui eu que a criei em 2007 —, depois dessa reunião com a equipa técnica, que apresenta as contas, intervêm a comissão de auditoria, o ROC, que tem a função de conselho fiscal, e intervêm os auditores externos.

As contas são apresentadas ao conselho, habitualmente pelo CFO, a seguir à discussão das contas pelo conselho tem a palavra o presidente da comissão de auditoria, que lê o seu relatório. É um relatório escrito, que é distribuído ao conselho e que é lido antes de serem votadas as contas, quer trimestrais, quer anuais.

Além disso, temos também uma comissão de auditoria corporativa, que, aliás, funciona extraordinariamente bem e que reporta diretamente a mim, como reportava diretamente a mim quando era CEO, e que, naturalmente me chamava a atenção para determinadas situações e que tinha um ótimo funcionamento.

Uma vez por ano, antes de publicadas as contas, o presidente ou o *partner*, que era responsável pela PT, era obrigado a ter uma reunião a sós comigo para me chamar a atenção para problemas que, porventura, não tivessem grande impacto mas que convinha ter em consideração. Essa reunião a sós era invariavelmente feita com o *partner* responsável pela PT.

Portanto, não nos faltavam instrumentos de auditoria e de controlo e nunca tivemos qualquer reparo nem qualquer ênfase, que é a chamada de atenção mais simples que pode haver, e por isso, desse ponto de vista, estou completamente tranquilo.

Aquilo que aconteceu foi um *default*, foi um desastre e foi um efeito colateral de uma outra operação...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Já lá iremos.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Também tenho ideias sobre isso, mas...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Diga-nos qual era o grau de concentração no GES no final do 1.º trimestre de 2014.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não tenho aqui os dados por trimestre, mas no conjunto do ano foi de 33%.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — No conjunto do ano de 2014 foi de 33%?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — No período de 2014 que ainda se passou comigo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O que quer dizer que a PT ainda teria mais uns 1500 ou 1600 milhões de euros em tesouraria, não é? Se eram 30%... Diga-nos por que é que a PT precisou de se endividar para ocorrer aumento de capital da Oi, tendo tanto dinheiro e só 897 milhões aplicados na Rioforte?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Deixe-me falar sobre o endividamento.

Criou-se a ideia de que nós fizemos a aplicação de 750 milhões na ESI em 2013...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não estava a falar desse endividamento. Esse endividamento eu percebo do ponto de vista da gestão; estou é a perguntar por que é que se endividaram em 2014, tendo tanto dinheiro em tesouraria? Se nos diz que na Rioforte eram só 30%, 70% era um dinheirão, tendo em conta que 30% eram 897 milhões.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Em relação ao lançamento da obrigação de 2013 não precisa de nenhum esclarecimento?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Ótimo.

Por acaso, é uma operação que tem sido um pouco mal tratada aqui...

O Sr. **Pedro Nuno Santos**: — Mas nós percebemos. Do ponto de vista da gestão, nós percebemos.

Mas não estou a falar dessa; estou a falar de 2014.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Aliás, essa foi a operação que abriu os mercados a Portugal. Temos essa vaidade.

Quanto aos endividamentos em 2014, foi no momento em que nós cedemos a nossa posição contratual perante o BES e o BESI, perante a Caixa Geral de Depósitos e perante o Club Deal, que era um clube de bancos que estavam sindicados no empréstimo à PT, no momento em que nós passámos a posição contratual da PT SGPS para a PT Portugal, a PT Portugal entendeu fazer um robustecimento para ter maior flexibilidade nas operações de fusão com a Oi.

Portanto, esse acréscimo de endividamento foi aproveitado pela PT Portugal no momento em que se fez, digamos... Não tem nada que ver nem eu tenho nada que ver... Isso foi, simultaneamente, com a passagem da posição contratual... Portanto, a PT Portugal necessitou de robustecer algumas linhas e, por isso, aproveitou a passagem da posição contratual da PT SGPS para a PT Portugal para aumentar essas linhas de crédito que tinha junto do BES e BESI, Caixa Geral de Depósitos e Merrill Lynch, enquanto líder do consórcio que tinha esse empréstimo à PT.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Dr. Henrique Granadeiro, o objetivo era tentar encontrar...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Desculpe, só mais uma coisa: se reparar, a maturidade de alguns desses aumentos é de 20, 22 dias. Portanto, se fosse endividar para tomar participações, obviamente que os períodos tinham de coincidir e, efetivamente, os prazos de maturidade desse endividamento, chamemos-lhe assim, não têm coincidência com os das aplicações e, se fosse endividar para aplicar, obviamente que teriam.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O objetivo era tentar encontrar aqui um terreno comum em matéria de grau de concentração. Já vi que não conseguimos.

Peço-lhe perdão, mas usarei os dados e partirei daquilo que me dá a comissão de auditoria da PT e a Price, com todo o respeito, obviamente, que tenho por aquilo que nos diz aqui.

Mas como já assumiu que o grau de concentração no Grupo BES era excessivo, como já deu aqui uma explicação em que disse que as equipas de gestão, a propósito de não ter sido feita consulta ao mercado, análise de risco...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu não disse que não houve.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Disse que houve. Disse que houve informalmente, no quadro de uma sala de mercados, os *yuppies* com três telefones ao mesmo tempo vão perguntando: tu dás seis? Não, eu dou cinco... Eu dou sete. Então, fazemos no BES. Bom, calhava sempre no BES.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — E tudo isso é verdade.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Será que as equipas de gestão de outras grandes empresas também tinham um tão elevado nível de concentração em aplicações no GES? Não sabe, não é?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sinceramente não sei.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Dizia há pouco...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — E a última coisa que queria era falar sobre as outras empresas.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Como é óbvio.

Dizia há pouco que, de facto, houve esse grau de concentração, apesar dessa regra da política de diversificação, porque os títulos do Grupo BES apresentavam melhores taxas de rentabilidade e, portanto, justificava-se.

Um gestor com a sua experiência sabe bem que a diversificação de uma carteira de ativos se faz, mesmo com prejuízo de alguma rentabilidade, por isso é que diversificação, para não se estar dependente apenas de um ativo, de uma empresa, de um investimento, como, infelizmente, a PT estava.

Dizia-nos, a propósito de terem sido feitas consultas de mercado, ou de não terem sido feitas, que as aplicações eram feitas no quadro das salas de mercado. É assim?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — No estilo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Como?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — No estilo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Portanto, a reunião de janeiro e a de março com Ricardo Salgado era um estilo de sala de mercado, onde estava o presidente da comissão executiva do BES e o CFO da PT?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Acho que o Sr. Deputado está a querer brincar com a situação...!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Eu só quero perceber se, de facto, essas decisões eram tomadas no quadro de uma sala de mercados, ou não.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu já lhe disse que nunca negocieei nenhuma operação com o Dr. Ricardo Salgado! Nem em janeiro, nem em fevereiro, nem nunca! Nunca negocieei com ele uma operação respeitante à PT. Não era, sequer, a mim que competia fazer a negociação das aplicações com os serviços competentes do BES.

Acharia até muito aberrante e bizarro que eu estivesse com o Dr. Ricardo Salgado, num bom ambiente, depois chegasse lá e dissesse: vamos fazer 300 milhões com o BES, vamos pôr não sei quanto... Quer dizer: isso, sinceramente, não faz parte deste mundo em que nós trabalhamos em função de uma conta de exploração e de uma maximização do interesse para o acionista.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Sr. Dr. Henrique Granadeiro não, mas era o responsável pela PT SGPS, nessa altura, quando foram feitas as aplicações.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Portanto, é responsável pelas aplicações, pelos resultados, sejam eles positivos ou negativos das mesmas?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Formalmente, sou. Aqui não há que fugir. Há um *default*, que é uma coisa rara e uma coisa horrível, mas não é por isso que eu vou agora fugir e dizer que nem sequer conheço a PT!

A minha função é representar a PT em juízo e fora dele e a minha obrigação é assumir a responsabilidade e cobrir a responsabilidade total. Por isso, na minha declaração de renúncia disse que assumia, por inteiro, as minhas responsabilidades, mas não assumia as culpas nem as responsabilidades de outros.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Assumi a responsabilidade por 200 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, assumi responsabilidade por tudo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas quem fez a aplicação de 697...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sobre a aplicação dos 200 da PT SGPS eu falei com o CFO e, portanto, a responsabilidade é toda minha e nenhuma dele.

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS)**: — A dos 697 atribui à PT Portugal?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Atribuo à PT Portugal e agora reforço depois de saber da ata de julho que li ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

Não é por uma questão de estar a chutar para o campo do adversário, mas esta ata é bastante elucidativa e suporta a minha interpretação de que a decisão, de 25 de março, de transferir o *cash pooling* e a gestão centralizada da tesouraria para a PT Portugal é coerente.

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS)**: — Portanto, essa passagem da gestão centralizada para a PT materializa-se no dia 10 de abril?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — De facto, esses contratos que foram aprovados por minuta no dia 25 de março foram todos assinados — até tenho aqui cópia de todos — nesse dia 10 de abril. Aliás, já li, até, ao Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim a lista, mas leio-a também a si: PT Comunicações, PT Centro Corporativo, PT Inovação e Sistemas, PT Móveis, PT Imobiliária, PT Investimentos, PT Direct Tel, MEO, PT Cloud, PT Contact, PT Participações, PT Portugal, PT Prestações Mandatárias de Aquisições e Gestão de Bens, PT Pro, PT Sales e PT Ventures.

Estes contratos estão aqui todos, as cópias, e estão datados de 10 de abril. Aliás, peço ao Sr. Presidente que verifique.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Dr. Henrique Granadeiro, até dia 10 de abril, a gestão estava centralizada na PT SGPS. É isso que podemos depreender daquilo que está a dizer?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A circunstância de haver uma comissão executiva e dois presidentes sempre criará fronteiras muito pouco definidas e interpretações e equívocos muito nocivos para a companhia.

Por isso, lhe referi, logo no princípio, que essa era uma das raízes do mal e na declaração que fiz para a Price reconheço isso como o maior erro estratégico que cometi na minha vida.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ter acumulado?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não foi ter acumulado a PCA com a PCE, foi ter partilhado a responsabilidade por uma comissão executiva que também dependia em pleno de outro presidente que era o presidente da Oi e depois presidente da... Eu assumi isso. Se tem o relatório da Price, isso está lá, reconheço isso como o maior erro estratégico que cometi na minha vida.

De facto, resisti muito a isso, mas acabei por ceder e foi, efetivamente, o maior erro estratégico que podia ter cometido.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Dr. Henrique Granadeiro, até 25 de março, a gestão de tesouraria da PT estava centralizada na PT SGPS?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não tenho a certeza disso, porque como eu só tinha acesso a... Vejo que leu com muito cuidado os

relatórios da nossa comissão de auditoria, que são três e que são bastante compreensíveis relativamente às matérias...

Peço desculpa, mas perdi-me...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não aceita a ideia de que a gestão da tesouraria estava centralizada na PT SGPS até 25 de março? Já não falo só depois de 25 de março, mas, mesmo antes, não assume que ela estivesse centralizada na PT SGPS? É isso que nos está a dizer aqui?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — É isso que lhe estou a dizer, também com base no relatório da comissão de auditoria, onde poderá ler que a partir de junho circulava uma *mailing list* sobre a situação financeira da companhia, que era distribuída ao Eng.º Zeinal Bava e ao Eng.º Pacheco de Melo, mas não era distribuída à comissão executiva. Aliás, esqueceram-se de dizer que também não era distribuída a mim e, por isso, tudo me leva a crer que a gestão centralizada da tesouraria sempre continuou a ser, de facto, gerida ao nível da PT Portugal.

Não tenho nenhum documento que seja taxativo, mas há esta referência no relatório da comissão de auditoria onde poderá verificar que havia uma *mailing list* que era distribuído, designadamente ao Eng.º Pacheco de Melo e ao Eng.º Zeinal Bava, mas que não era distribuído à comissão executiva e esqueceu-se a comissão executiva, seguramente, de dizer que também não me era distribuído a mim.

Não pense que, só porque não eram distribuídos os *tableaux de bord* e porque eram distribuídas paralelamente *mailing lists* a outros administradores, eu não sabia da situação financeira da companhia; eu tinha informação financeira da companhia, porque todos os meses havia reunião do conselho de administração e havia a apresentação de dados e todos os

três meses havia contas e, relembro, as contas trimestrais têm um capítulo sobre a consolidação da gestão financeira.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Acho que pode até ser mais taxativo, poderá dizer se havia ou não gestão centralizada antes de 25 de março e vou dizer-lhe porquê. Temos estado só a falar das aplicações de abril, mas as aplicações de fevereiro já eram de 897 e já eram 697, na Rioforte, e 200 na ESI...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Onde?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Em fevereiro.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — De 2013 ou 2014?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Em fevereiro de 2014.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Começaram em fevereiro.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Em fevereiro de 2014?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim, sim.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Portanto, ainda não tinha terminado a gestão centralizada da PT. Portanto, ou ela nunca existiu e Zeinal Bava continuou a mandar, ou, em fevereiro, o responsável pelos 897 é o Sr. Doutor? Ou não?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Acho que a situação é aquela de ter havido uma continuidade da gestão central de tesouraria ao nível da PT Portugal, só que não tenho documentação suficiente para poder afirmar isso, por isso, não o faço.

Em relação a 25 de março, e depois abril, aí há documentação abundante, há aquela ata que eu aqui li e não tenho dúvidas nenhuma de que a gestão centralizada da tesouraria era feita ao nível da PT Portugal.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A partir de 25 de março.
Quem é que, então, é responsável...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Aliás, isso foi-me perguntado pela Price e eu disse: estou convencido disso, mas não tenho nenhuma evidência.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Quem é que é responsável pela aplicação de 697 milhões — e não estou a falar dos 200 —, em fevereiro? Foram quatro aplicações diferentes, uma delas de 200 milhões, mas pelos outros 697 quem é que é o responsável? Em fevereiro, não é em abril!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sem ter nenhuma evidência, tenho a convicção de que é a PT Portugal, mas não tenho evidência nenhuma disso.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Como é que não tem evidência? Era presidente da PT SGPS!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Está bem, mas isso não...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Aplicaram 697 milhões de euros, numa altura em que oficialmente a gestão estava centralizada na PT e Zeinal Bava ou Luís Pacheco de Melo não lhe disseram absolutamente nada?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não lhe disseram nada em fevereiro?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Em fevereiro foi quando começámos a falar sobre a transferência para a Rioforte. Mas, efetivamente, sobre os 697, eu não tive nenhuma informação especial do CFO. E como também não havia, nessa altura, estávamos em período de *vacatio*, os *tableaux de bord* que vieram, depois, a ser distribuídos de uma só vez em 2 de julho, eu ficava cingido à informação financeira constante dos relatórios e contas trimestrais.

O Sr. **Presidente**: — Mas, Sr. Dr. Henrique Granadeiro, se não tem evidências, tem indícios?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Prefiro dizer que tenho convicções!

O Sr. **Presidente**: — Convicções de que natureza?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — De que se manteve o estilo de trabalho que vinha de trás e que incluía a gestão de tesouraria pela PT Portugal.

O Sr. **Presidente**: — É isso que o leva a tirar essa conclusão?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — É.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faz favor.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Peço desculpa, por fazer novamente esta pergunta, mas pedia que precisasse melhor quando percebeu ou quando é que soube que havia problemas financeiros na parte não financeira do Grupo Espírito Santo, no BESI?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Como disse, o primeiro indício que tive foi no *risk factor* do aumento de capital do BES. Antes ouviam-se rumores, mas o que valem os rumores contra a declaração do Presidente da República, da Ministra das Finanças e do Governador do Banco de Portugal, de que «não existem motivos que comprometam a segurança dos fundos confiados ao BES»? Ou acreditamos que o Governador do Banco de Portugal, quando fala, fala a sério, e que a Ministra das Finanças, quando fala, é para valer, quando nos tranquilizam... Isto não a história do Pedro e do Lobo, é um País!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Concordo em absoluto!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Ou acreditamos ou, então, é melhor irmos para outro negócio, porque assim não nos governamos.

É que são, pelo menos, 10 testemunhos que tenho aqui!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ao contrário do Eng.º Zeinal Bava, que não lê jornais, já percebemos, pelas suas declarações, que lê jornais.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Mais do que isso, Sr. Deputado. O senhor sabe que estive 12 anos no *Expresso* como administrador delegado, portanto não só sei...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E lê religiosamente o *Expresso*?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Religiosamente não, porque nessa matéria sou laico.

Risos.

Mas não só leio jornais como sei como se fazem os jornais.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Sr. Dr. Henrique Granadeiro já nos disse há pouco que começou a perceber que havia problemas com o conflito na família Pedro Queirós Pereira, ainda houve mais algumas notícias em 2013, nomeadamente soubemos todos que 80% do fundo ES Liquidez eram empresas do Grupo, mas, em março, ainda antes da renovação da aplicação em abril, saiu uma notícia, e explique-nos lá como ela é feita, em que se diz «(...) a auditoria do Banco de Portugal levou a

holding que controla o BES a provisionar 700 milhões de euros. (...) A Espírito Santo Financial Group é obrigada a garantir risco de dívida da Espírito Santo Internacional. (...) insuficiências da ESI ascendem a 2,5 mil milhões de euros.» — isto foi em março de 2014.

Em março de 2014, saiu uma notícia a dizer que a Espírito Santo Financial Group tem de provisionar 700 milhões de euros por risco de incumprimento da ESI face aos seus clientes, aos clientes do BES que compraram dívida da ESI, e que as insuficiências da ESI ascendem a 2500 milhões de euros. Pergunto: não leu esta notícia? Esta notícia passou-lhe ao lado?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Devo ter lido. Leio os jornais, mas, para mim, os jornais não é o *Diário da República*.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas confirmou? Isto não o alarmou? Sabendo que tinha 897 milhões de euros aplicados na empresa que tinha comprado a Espírito Santo Financial Group à ESI, isto não o alarmou?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Qual é a empresa que comprou?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A Rioforte tinha comprado a Espírito Santo Financial Group. Já disse que sabia isso, no âmbito da reestruturação.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não me alarmou, porque, ao mesmo tempo, li todos estes testemunhos que o Sr. Deputado também leu, que são até de datas posteriores.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Pois são, mas esta notícia é de data anterior à renovação da aplicação em abril.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Mas por que é que hei de dar mais valor a uma notícia de jornal?!

Nessas matérias, os jornais que publicavam essas notícias, invariavelmente, eram o *Expresso*, o *Sol* e o *i* e eu sei o que isso significa porque estive 12 anos como administrador delegado de um jornal.

Portanto, apesar de tudo, prefiro, na minha ética republicana, acreditar naquilo que vem nestes testemunhos de quem governa o País, porque não tenho nenhuma razão para pensar que me estão a enganar.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Dr. Henrique Granadeiro, a empresa pela qual era responsável máximo aplicou 897 milhões de euros numa empresa de que havia notícias, em março, que tinha comprado uma empresa que teve de provisionar 700 milhões de euros.

O Sr. Dr. Henrique Granadeiro é dos gestores mais experientes do País e, portanto, isto não lhe pode ter passado ao lado. Não confirmou? Não perguntou a ninguém? Não quis saber antes de a PT renovar em abril...?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Mas o facto de ter provisionado não quer dizer que tivesse entrado em liquidação ou que não tivesse...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas o Banco de Portugal obrigou...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Se obrigou é porque havia lá dinheiro suficiente para fazer essa provisão.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Risco! Porque havia risco de a ESI não pagar.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, se obrigou a provisionar é porque as contas consentiam essa provisão.

O que é uma provisão? Uma provisão não é tirar o dinheiro fora da empresa; é cativar esse dinheiro dentro da empresa para vir a fazer face a um risco futuro.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Porque havia risco de a Espírito Santo International não pagar aos clientes do BES.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Exato.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Portanto, havia um problema na parte não financeira do grupo.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Havia um problema, mas há empresas que fazem provisões sem que isso afete a sua normalidade de gestão e a sua normalidade de vida. Não há nenhuma empresa que se preze que não tenha provisões, umas vezes para umas coisas outras vezes para outras... O facto de ter de fazer uma provisão não significa que aquela

empresa tenha entrado numa situação de degradação, de insolvência ou outra coisa qualquer.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Insuficiências da ESI ascendem a 2500 milhões, dizia-se na notícia.

Não vamos sair daqui, mas isto é importante para percebermos como é que também o sector privado funciona em Portugal.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu pensava que o Sr. Deputado queria pôr essas notícias de jornal em cotejo com estas declarações...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Essas são de junho/julho...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Mas são feitas depois...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... e estas são anteriores à renovação das aplicações de abril e foi só por isso que as trouxe para aqui.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Por isso mesmo! Por isso mesmo!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Já percebi. O Governo também sabia e...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, eu não estou a acusar o Governo nem venho aqui para fazer nenhuma... Não tenho contas com o Governo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Aquilo que o Dr. Henrique Granadeiro nos está aqui a dizer, já tinha dito publicamente e volta a afirmá-lo de forma assertiva e taxativa nesta Comissão, e não o desmentimos sobre isso, até porque, ao contrário da audição de Zeinal Bava, o Sr. Dr. Henrique Granadeiro fala, embora possamos não estar absolutamente satisfeitos com as suas respostas mas fala, enquanto que Zeinal Bava fugiu sempre, dizendo que não se lembrava, que não tinha memória... enfim, aquilo que todos sabemos.

Portanto, aquilo que retiramos das suas declarações públicas e que agora novamente aqui fez, é que Zeinal Bava é também responsável pelas aplicações feitas na Rioforte, pelo menos em 697 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — É o que deduzo da ata em que li as declarações do Sr. Eng.º Pacheco de Melo.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Zeinal Bava era presidente da PT Portugal e presidente da Oi. O Sr. Dr. Henrique Granadeiro retira a conclusão óbvia: a Oi sabia!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Claro!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Então, Sr. Dr. Henrique Granadeiro, explique-nos por que é que só em janeiro veio dizer que a Oi sabia, que a Oi era responsável, via Zeinal Bava, pelas aplicações? Por que é que em julho não disse isso? Por que é que foi feita uma revisão dos termos da fusão com a Oi quando a OI sabia, portanto era responsável também e não tinha que se queixar? Por que é que julho o Sr. Dr. Henrique Granadeiro não disse o que disse em janeiro?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Por uma razão: porque continuei a acreditar no projeto de fusão e o que estava subjacente e implícito no acordo de 8 de setembro era que a combinação de negócios da PT seguiria em frente. O que me fez mudar, na altura em que o fiz, foi quando foi tornado público que a PT ia ser vendida.

O anúncio da venda da PT foi a destruição do projeto de consolidação em que, de facto, acreditei e pelo qual dei a cara perante os meus acionistas, no primeiro Memorando de Entendimento, de 2 de outubro, na assembleia geral de 27 de março.

Sinceramente, acreditava nesse projeto e explico porquê. Por razões que têm a ver com a mudança da regulação europeia em termos de determinações, em termos de *roaming*, etc., as margens das telecomunicações vão baixar tremendamente. E enquanto nos Estados Unidos, e noutros continentes, há três ou quatro operadores — há muitos mas são especializados —, na Europa há muitos operadores e vão ter de consolidar. 39% das consolidações foram feitas na Europa.

Por isso, esta aliança com a PT, como expliquei na assembleia geral de 27 de março, era a forma de a PT fazer a sua consolidação e entrar numa empresa de dimensão internacional com capacidade de crescimento, dada a ascensão da classe média no Brasil, e a enorme capacidade de modernização que existe na PT.

Eu acreditava nesse projeto e acreditava que valia a pena, mesmo reduzindo a participação da PT, continuar com ele. Mudei de posição quando foi tornado público que a PT iria ser vendida, porque aí todo esse projeto que estive a apresentar aos meus acionistas, que o sufragaram por 99%, foi mandado para o caixote do lixo.

Acho que foi uma falta de respeito e, digamos, uma traição em relação àquilo que foi esse projeto, porque ele continuava a ter validade.

Estou a explicar por que é que eu apesar de... Sr. Deputado, a PT é hoje o maior acionista da Oi, tem 39,6%, diretos e indiretos; se se fizer o ajustamento que foi decidido em 8 de setembro, a PT ficará com 25,7% da Oi, ou seja, tem uma participação maior do que o dobro dos acionistas brasileiros. Por isso, achei, nessa altura, que ainda valia a pena lutar por continuar com o projeto de consolidação. No momento em que anunciam a venda da PT Portugal e, ainda por cima, quando começo a ouvir rumores de que as negociações com a Altice até já tinham começado, em junho, aí desculpe mas «quem não se sente não é filho de boa gente»! Eu não gosto de andar a dizer as coisas pelos corredores e assumi dizer isso ao nível mais elevado, à assembleia geral da PT, na medida em que dirigi a carta ao Sr. Presidente da Assembleia geral, e ao nível do regulador do mercado, que é a CMVM — aliás, com certeza que conhece a carta que escrevi a essas duas entidades.

Portanto, tenho sido acusado de mudar de posição...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O meu ponto não era esse...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — É evidente que mudei de posição, mas não mudei de projeto e, sobretudo, tenho de ser fiel às minhas convicções de que, de facto, precisávamos de entrar num movimento de consolidação e aquele era o que mais vantagens teria para os acionistas da PT.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Dr. Henrique Granadeiro, uma coisa é o fim do projeto — e eu até gostava muito de lhe dar a minha

opinião pessoal sobre isso, mas não é o que está aqui em causa —, uma coisa é a venda da PT e outra coisa diferente é a Oi exigir a revisão dos termos do acordo, em julho, porque essa revisão dos termos do acordo significou perdas para a PT no negócio da fusão, como sabe melhor do que qualquer um de nós.

Portanto, uma coisa é a venda da PT, que podia ser um argumento para terminar o acordo de fusão, outra coisa é o que aconteceu em julho, e repito: se a Oi sabia, por que é que todos aceitaram — e o Sr. Dr. Henrique Granadeiro também — que se revisse o acordo de fusão?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Houve um princípio-base nesse acordo de 8 de setembro, que foi o de não se discutirem as responsabilidades, porque senão nunca chegaríamos a acordo.

Faz parte dos acordos definitivos que levaram à assembleia geral de 8 de setembro uma declaração ou um reconhecimento de que não iria haver litigação de nenhuma das partes.

Portanto, tínhamos de escolher entre fazer um acordo, que apesar de tudo... Sabe que o acordo de 8 de setembro é considerado no Brasil como sendo bastante mau para a Oi e aqui, inversamente, é considerado bastante mau para a PT.

Mas o acordo de 8 de setembro tem muitas virtualidades, porque a PT tem 25,7% da Oi, que, como disse, é mais do dobro do que têm os principais acionistas brasileiros que estavam envolvidos na operação, temos 17% das ações, que é a diferença entre os 25% para os 39,6% — os números, matematicamente, não estou certos mas, dada a diferença entre ON e PN, na realidade, são 17%.

Essas ações não são da PT, mas ficam congeladas, são ações que ficam sem direitos políticos e sem direitos económicos e a PT tem seis anos

para as resgatar e, além disso, a PT tem direito àquilo que lhe couber na liquidação da Rioforte, ou seja, quando for para frente o projeto, a PT vai receber as participações da Rioforte e vai à liquidação. Quanto vai receber, não sei, mas com tudo aquilo que receber pode ir resgatar ações e melhorar a sua posição.

Portanto, há um conjunto de caminhos que vão melhorar a posição, inclusivamente as próprias opções que temos sobre essas ações da Oi. São opções que estão caracterizadas no acordo como opções americanas e não é por acaso que são caracterizadas como opções americanas, é porque é possível fazer operações *back to back* sobre essas ações e, portanto, podemos emitir derivativos que podemos negociar no mercado e com isso fazer algum dinheiro que nos permita fazer o resgate das ações.

O acordo que foi posto à assembleia geral da PT em 8 de setembro e que foi também aprovado pelos acionistas, com 96 ou 98% dos votos, é um acordo que está bem estruturado, bem conseguido e que poderia vir a trazer muitas vantagens para a PT *versus* uma litigação no Brasil, que seria interminável e que seria completamente destruidora de valor para PT e para a Oi.

Gostava que isto ficasse bem claro e explicar-lhe-ei com maior detalhe, se for necessário.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Vai ter mesmo que explicar.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Aquilo que, efetivamente, me levou a tomar aquela posição e a receber aquelas ameaças que vi, com o espalhafato que foi feito em duas páginas centrais do *Expresso* e uma página de «publicidade» em cada um dos jornais contra um pobre cidadão

sozinho, algures em Lisboa, é uma demonstração de poder e de força, de ameaça, mas, sinceramente, não é isso que me amedronta.

A lógica do acordo de 8 de setembro é esta e é uma lógica que é favorável à PT. O problema que desmancha todo este *puzzle*, aquilo que verdadeiramente destruiu isto, foi a venda da PT, porque o objetivo era exatamente juntar os negócios da PT com os negócios da Oi, obtendo escala e capacidade de crescimento através da Oi, com uma classe média ascendente no Brasil, e capacidade de produzir inovação em Portugal, na PT Inovação e nas outras empresas que se dedicam a isso, em que, de facto, temos competências.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Dr. Henrique Granadeiro, quero colocar-lhe uma pergunta concreta: estive a ver com cuidado o Memorando de Entendimento assinado em finais de 2013 e não há aqui nada que nos leve a dizer que ele tenha sido desrespeitado com a aplicação na Rioforte.

O Sr. Dr. Henrique Granadeiro disse, agora, que, em janeiro, a Oi sabia, que Zeinal Bava sabia. Por que é que não disse...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu digo que Zeinal Bava sabia com base neste testemunho.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Portanto, a Oi sabia, é o que está escrito na sua carta.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Consequentemente, a Oi sabia.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E por que é que não disse aos acionistas que a Oi sabia? Por que é que não disse: «Não façam essa revisão dos termos do acordo, porque a Oi também está comprometida com aquela aplicação»?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Quem é que lhe diz que...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Por que é que não o fez? Por que é que os acionistas da PT aceitaram a revisão dos termos do acordo quando a Oi sabia e também estava comprometida com a aplicação?

E para terminar, pergunto-lhe se havia algum acordo com o acionista BES, no quadro daquele *e-mail*, de que não sei se ouviu falar, que Ricardo Salgado enviou para Sérgio Azevedo? Pergunto-lhe: havia algum compromisso, ou Ricardo Salgado exigiu que a parceria privilegiada com o BES continuasse depois da fusão e, assim, o BES foi uma parte muito importante para que a fusão não se perdesse e não tivesse sido posta em causa, mesmo que isso significasse que a PT perdesse 10% ou mais na futura empresa?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Começando pela segunda questão, não sei de nenhum acordo, aberto ou secreto, nessa matéria. Sinceramente, não sei! Nunca ouvi falar, nunca participei em nenhuma conversa com o Eng.º Sérgio Andrade e com o Dr. Ricardo Salgado e, portanto, sobre isso não tenho nenhum elemento que o possa esclarecer.

Em relação à primeira questão havia duas hipóteses: ou íamos diretamente para o conflito e a minha opinião é que esse conflito iria ser altamente destrutivo para a PT e também para a Oi; ou íamos prescindir de litigar um contra o outro e íamos fazer o ajustamento, permitindo à PT ir

recuperar, pela via da recuperação de créditos sobre a Oi ou pela via de operações de derivativos sobre as opções, alguma da diferença que ficou entre 27 de março e 8 de setembro.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, na minha qualidade de «polícia sinaleiro», profissionais pelos quais tenho particular admiração, vou aqui fazer uma mudança no «tráfego».

Temos vários ofícios para enviar com urgência, ainda hoje, relativamente ao levantamento de sigilo profissional.

Esses ofícios, que VV. Ex.^{as} conhecem, dizem respeito: ao BES, Ofício n.º 56, de 9 de fevereiro de 2015; à CMVM, Ofício n.º 81, de 13 de fevereiro de 2015; à ESAF, Ofício n.º 82, de 13 de fevereiro de 2015; à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, Ofício n.º 79, de 13 de fevereiro de 2015. Todas estas entidades vieram invocar a necessidade do levantamento do sigilo profissional.

Estes ofícios são do conhecimento dos Srs. Deputados e eu pergunto se há alguma oposição ao levantamento do respetivo sigilo.

Pausa.

Não havendo, podemos enviar os ofícios.

Sr. Dr. Henrique Granadeiro, é possível dispensar-nos a sua intervenção inicial para ser distribuída pela Comissão?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Tenho aqui uma cópia que darei no fim.

O Sr. **Presidente**: — Se pudesse, agradecia-lhe que a desse já.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Com certeza.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos fazer um pequeno intervalo de 5 minutos nos nossos trabalhos.

Pausa.

Retomando os trabalhos, dou a palavra à Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria cumprimentar o Sr. Dr. Henrique Granadeiro e não posso deixar de lhe dizer que nesta audição, que já vai longa, o ouvimos falar várias vezes de responsabilidades, o que, sem dúvida, é uma melhoria face à última audição que tivemos nesta Comissão, embora também tenha que dizer que, face à última audição que aqui tivemos, seria difícil ou mesmo impossível piorar. Em todo caso, aquilo que nos disse, o assumir, pelo menos parcialmente, de responsabilidades não pode deixar ser uma coisa que registo.

Acerca de responsabilidades, há aqui algumas coisas que, apesar de todas as respostas, para mim, ainda não ficaram completamente claras. Por exemplo: quanto à parceria com a Caixa Geral de Depósitos e com o BES, que é feita, creio, em 2000, e que, depois, continua ao longo dos anos, pergunto quando é que a Caixa Geral de Depósitos deixa de fazer parte desta parceria?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Vamos lá a ver: a parceria começou em 2000. Enfim, a Sr.^a Deputada é muito nova para se lembrar do ambiente de 2000, sobretudo no que diz respeito às novas tecnologias. Havia uma mística, houve depois a bolha imobiliária... Se ler até os comunicados, os factos relevantes feitos a propósito desta parceria, anunciando as iniciativas na área do *e-commerce*, do *trade.com*, dos portais, etc., verá, e quero sublinhar, que essa não era uma parceria para trocar dinheiro por dinheiro, era uma parceria que tinha dois vetores principais e um era, de facto, unir esforços para a modernização da sociedade, tanto que na parceria até estava prevista a criação de um fundo de apoio às iniciativas da nova sociedade, fundo esse que, creio, nunca chegou a ser constituído.

Havia um compromisso da Caixa e do BES de terem uma participação importante na PT, porque essas novas áreas necessitavam de grande potencial de investigação e a investigação é cara até começar a produzir efeitos e, neste caso, houve até uma circunstância feliz, porque pouco tempo depois foi criada uma plataforma de pré-pago, que é hoje essencial às telecomunicações de todo o mundo. Aliás, com o nosso desmazelo habitual, nunca fizemos o registo de patente, nem nada disso, mas o certo é que essa plataforma de pré-pago foi, de facto, um grande contributo para o desenvolvimento das telecomunicações.

Portanto, esse era um dos vetores, o vetor do desenvolvimento dos produtos, quer ao nível financeiro com a criação de produtos financeiros a distribuir através dos bancos, com as tecnologias de distribuição desses produtos... Já não me lembro há quantos anos não vou a um balcão de um banco, porque toda a minha vida se processa através de transferências eletrónicas e tudo isso. Mas esse era um dos vetores dessa parceria.

O outro vetor dessa parceria era a visão internacional. Efetivamente, naquela altura, acreditava-se que tínhamos hipóteses em relação ao Brasil. Fizemos várias parcerias em África, sempre à portuguesa, sempre tímidas... Enquanto os espanhóis faziam parcerias em que eles mandavam, nós tínhamos sempre umas parcerias que eram uns empates ou que eram um bocado dependentes da boa vontade e da boa convivência com o parceiro, o que levou a situações menos agradáveis, como aquela que se viveu com a Unitel.

Mas essa visão de internacionalizar também se estendia a outros sectores, não só ao sector das telecomunicações. Lembro-me do enorme sucesso que foi a internacionalização na área cimenteira, por exemplo. Aliás, morreu, há poucos dias, um homem que teve uma influência extraordinária na criação de uma das maiores multinacionais industriais com base em Portugal, a Cimpor, que foi o Eng.º Sousa Gomes.

Portanto, era um pouco esse o ambiente e o que eu quis transmitir foi que aquilo não foi uma parceria para aproveitar, digamos, as utilidades uns dos outros, mas, sim, uma parceria virada para a criação de novas realidades, quer ao nível dos produtos de telecomunicações, quer ao nível da expansão internacional de empresas portuguesas, neste caso concreto da PT.

Quando Portugal, no processo da privatização, por leilão, das telecomunicações do Brasil, licitou a Telesp Celular por um preço que as boas almas cá da pátria consideraram uma coisa louca — estes tipos estão pirados da cabeça! — e, efetivamente, isso levou a uma queda da ação na ordem dos 50% e esses parceiros, a Caixa Geral de Depósitos e o BES, tiveram que acorrer em capital para a PT poder aguentar essa situação de crescimento.

Depois houve um acordo com a Telefónica, que tinha comprado uma outra parte das telecomunicações e criámos a Vivo, que era proprietária da companhia em 66% e os outros 33% estavam no *free float*, estavam no mercado.

Efetivamente, esse caso da Vivo teve o sucesso que é conhecido. Depois houve uma proposta de aquisição por parte da Telefónica. O conselho de administração da PT rejeitou essa proposta, fizemos *roadshows* e os nossos acionistas estavam connosco no sentido de rejeitar a proposta da Telefónica que, na altura, estava nos 6150 milhões.

Foi na altura em que se jogou um campeonato mundial na África do Sul e em que nós fomos derrotados pela Espanha. No dia a seguir seria a assembleia geral da PT para decidir se aceitava ou não a proposta da Telefónica. E nós, contados os nossos votos e feitos os nossos *roadshows*, estávamos na convicção absoluta de que iríamos ganhar e que a assembleia geral iria decidir não vender a Vivo e aí vingar-nos-íamos da derrota no futebol.

O problema é que, durante a noite, a Telefónica subiu a sua parada e a nossa assembleia geral, que esperávamos que decidisse não aceitar a proposta da Telefónica, aceitou-a. E, contra a nossa expectativa, o Estado exerceu a *golden share* e não deixou concretizar o negócio, que veio depois a fazer-se, mais tarde, com um acréscimo significativo de 6500 milhões para 7500 milhões e, enfim, esse foi um dos capítulos resultantes dessa tal parceria.

Isto para dizer-lhe que, além disso, no dia a dia, a Caixa Geral de Depósitos foi sempre uma instituição financeira muito presente na vida da PT e houve uma altura, nos anos 2010, 2011 — talvez um pouco em 2010 — em que a Caixa Geral de Depósitos tinha 40%, pelo menos, das nossas aplicações, que depois se concentraram muito no BES.

Depois, e sobretudo com esta última gestão da Caixa Geral de Depósitos, houve um manifesto desinteresse em relação à PT. A Caixa Geral de Depósitos acabou por se desinteressar e por vender a participação que tinha na PT e, digamos, a parceria acabou por morte natural. Mas, entretanto, teve muitos filhos, filhos não só a nível da PT, porque muitos produtos foram ainda concebidos nesse ambiente, como também ao nível da banca, porque, efetivamente, a Caixa Geral de Depósitos teve uma influência muito importante no desenvolvimento da PT e foi com grande desgosto, devo dizer-lhe, que vi a Caixa Geral de Depósitos desinteressar-se da PT. Aliás, até fiz uma declaração, na altura, dizendo que tinha muita pena de ver pessoas desinteressarem-se de Portugal. E assim foi, morreu assim! Não foi uma morte muito gloriosa; foi uma morte quase que por falta de comparência.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pode prosseguir.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — De facto, quando analiso as aplicações do Grupo PT — e a Price, de facto, fez aqui um trabalho com cores, bastante interessante —, o que se verifica é que a partir do que é reportado: primeiro, que em dezembro de 2010, volta a haver aquisição de títulos do Grupo BES, não apenas de depósitos no Grupo BES, mas também de títulos; segundo, que a partir de dezembro de 2012, a diversificação praticamente desaparece — aliás, o Sr. Engenheiro chegou a falar noutros parceiros além da Caixa, no Banco Popular, creio.

Ora, o que gostaria de perceber é por que é que a partir de dezembro de 2010 há uma concentração tão grande no Grupo BES, de tal maneira que em 2013 a concentração era de 29%, só em títulos, e em 2014 era de 33%,

só em títulos — e não estou a contar aqui com os depósitos no Grupo BES, que eram quase a totalidade do remanescente da tesouraria da PT.

É isto que, para mim, é difícil de perceber e é também o cerne das perguntas que quase todos os Srs. Deputados lhe fizeram, ou seja: por que é que a PT não procura outros parceiros? Percebo que me diga assim: nós não vamos, de cada vez que fazemos uma aplicação, fazer um estudo de mercado que demora seis meses, com quatro consultoras... Percebo isso, mas o que não percebo, sobretudo numa empresa que reportava informação falsa, porque dizia que tinha — e posso ler-lhe, se aqui encontrar — aplicações diversificadas em várias instituições financeiras, e nos últimos anos isso, de facto, não era verdade, porque as aplicações e os depósitos eram muitíssimo concentrados no Grupo BES. É esta modificação que eu quero perceber: porquê esta aposta no Grupo BES? Isto foi negociado com quem e por quem?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr.^a Deputada, nos primeiros anos, de 2001 até 2008, nós investíamos diretamente em BES Notes. Depois tivemos dois anos fora de mercado, porque houve o *subprime* e a escassez de liquidez, enfim, todos esses problemas que sofremos na nossa... Só para lhe dar uma ideia, o *cash* total consolidado da PT, em 2009, era de 1125 milhões, um valor muito baixo, em 2008 era de 1800 milhões...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Depois teve um pico, aquando da venda da Vivo, e depois voltou a fazer investimentos e voltou...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, já tinha tido um pico antes, e esse pico ainda não o consegui identificar e compreender bem, que foi de 1220 milhões, em 2005.

Mas depois houve o pico das aplicações resultantes da Vivo, em que, como lhe disse, foram repartidos igualmente, apesar de as participações societárias não serem iguais. Daí em diante as coisas mantiveram-se em valores na ordem dos 510 milhões e subiram, em maio de 2013, para 750 milhões e, em 2014, para 897 milhões.

Este foi o percurso, não lhe sei explicar o pico de 2005, porque nem sequer cá estava...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas só para não perdermos o fio à meada: quem era o CEO e o CFO em 2005, quando houve este pico de 1220 milhões?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Em 2005 era o Dr. Miguel Horta e Costa.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E o CFO?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — O CFO era o Eng.º Zeinal Bava.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Voltando agora à parte final, o assumir de responsabilidades, em abstrato, é óbvio que é bom, mas melhor ainda é, em concreto, percebermos quem é que decidiu, porque, afinal de contas, em bom rigor, é para isso que cá estamos.

Então, perguntar-lhe-ia, muito concretamente: em maio de 2013, as aplicações da PT na ESI passam de 510 milhões para 750 milhões. Até maio de 2013, quem é que decidiu que a PT haveria de ter 510 milhões investidos na ESI?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Bom, essa fase corresponde a um período em que eu não era CEO e, portanto, não tenho forma de lhe poder responder. Não é que tenha má vontade, mas também não posso deitar-me a adivinhar e a dar-lhe caminhos falsos. Não sei, não estava envolvido na operação, não era eu o CEO e, portanto, não sei explicar-lhe isso e também não sei explicar-lhe o aumento que houve na ESI em 2013...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em maio de 2013, que passa de 510 milhões para 750 milhões, o que também...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Admito que houvesse, de facto, uma liquidez maior por parte da PT, na medida em que a PT havia conseguido, com êxito, uma colocação de 1 bilião em obrigações.

Esta operação da PT, nessa altura, foi muito importante. Primeiro, esse endividamento, ou essa operação, é da competência da assembleia-geral. A assembleia geral é o único órgão dentro da PT que pode emitir dívida, que pode emitir obrigações e, normalmente, a assembleia geral define os parâmetros das obrigações que têm de ser emitidas e confia ao conselho de administração as operações em concreto, nomeadamente: como fazer a operação, que quantidade de *bonds* emitir, tudo isso.

Efetivamente, na situação de fecho de mercado em que estava Portugal, o conselho de administração da PT, em janeiro de 2013, disse: «nós temos de começar a forçar o mercado!», isto porque o mercado, de

facto, estava fechado para o Estado e estava fechado para todas as empresas.

A nossa capacidade e elasticidade era maior, na medida em que tínhamos uma «acionaridade» internacional grande, tínhamos prestígio, e o conselho de administração decidiu mandar, isto em janeiro de 2013, a comissão executiva para lançar uma operação de dívida de 750 milhões, ou à volta disso, com uma taxa até 5,25% e uma maturidade de sete anos.

A comissão executiva ficou mandatada logo no princípio do ano para fazer essa operação e tentou fazer, várias vezes, essa operação. Mas uma vez era porque no dia em que estávamos para sair com a nossa operação saía a Telefónica e, então, a probabilidade de conseguirmos colocar a nossa operação era menor!

Normalmente, naquele período — daí que tivéssemos tido a intenção de forçar o mercado em relação a Portugal e começar a mudar o ambiente do mercado em relação a Portugal —, os fundos e os investidores fecham contas e calculam prémios. Bom, e, fechando contas e calculando prémios, imediatamente a seguir estão disponíveis para investir. E, portanto, havia uma posição de espreitar as janelas de oportunidade para ver quando é que conseguíamos entrar com a nossa operação.

E, de facto, depois de mais de uma tentativa, conseguimos sair com a nossa emissão, que acabou por ser colocada perante os números que conseguimos em termos de taxa, que foi 4,6%, muito abaixo dos 5,25% que o conselho tinha mandatado a comissão executiva, e, perante isso, e como havia uma procura que excedia largamente a nossa oferta, subimos para 1 bilião. Portanto, a PT emitiu, em maio, mil milhões de obrigações com uma maturidade de sete anos e com uma taxa de juro de 4,6%.

A intenção dessa operação é a mesma que os Srs. Deputados veem agora com a gestão da dívida pública, que, aliás, já começou no tempo do

Dr. Moreira Rato, que continua agora e de uma forma muito inteligente: aproveitando as condições de mercado, vai substituir-se dívida velha, cara e com maturidade já mais curta, por dívida nova, mais barata e com maturidade mais longa!

Desse ponto de vista, essa operação, ou foi a primeira ou a segunda que foi feita, abriu um caminho, indicou um caminho e, desse ponto de vista, é uma operação da qual ficámos todos bastante orgulhosos, porque foi uma forma de começar a furar o bloqueio da desconfiança em relação a Portugal.

É natural, portanto, que em maio tivéssemos uma liquidez muito mais elevada, porque fizemos um encaixe de 1 bilião. E, daí, digamos — eu compreendo-a — que possa ter subido para 750 milhões, mas, de qualquer modo, foi uma decisão que não foi minha e, como tal, tudo isto que estou a dizer é um mérito, que só é meu na medida em que eu era o presidente do conselho de administração, mas é um mérito, fundamentalmente, da comissão executiva e foi, talvez, um dos últimos atos do Eng.º Zeinal Bava ao serviço da PT como CEO, e que foi, de facto, uma boa despedida das funções de CEO.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, tudo isso é muito bonito e muito interessante, mas não posso deixar de notar que quanto a essa decisão sabe explicar-me quem a tomou, em quem é que foi delegada, como foi executada e qual era o seu racional.

É que o Sr. Engenheiro diz: o racional de passar de 510 para 750 milhões é que... Bom, é porque nós teríamos mais liquidez, porque teríamos feito esta emissão. Mas, na realidade, o que quero saber é quem é que toma esta decisão de investir no papel comercial da ESI?

Em primeiro lugar, esta decisão tem de ser tomada na comissão executiva ou pode ser tomada por uma pessoa só?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Pode ser tomada por uma pessoa só. Nos termos dos instrumentos de delegação da PT, pode ser tomado por uma pessoa só! Obviamente que nunca é tomada por uma pessoa só! A equipa funciona, e funciona bem, são todos pessoas com bastantes qualificações mas, na realidade, à luz da Ordem de Serviço n.º 111, esta pode ser tomada por uma pessoa só. Tenho a certeza de que não foi... Tenho a certeza... Quero dizer, não tenho nenhuma evidência documental, nem outra coisa, mas conhecendo o estilo e a forma como as coisas se passavam dentro da casa, foi com certeza.

Agora, não vamos confundir uma operação com uma maturidade de sete anos com operações de tesouraria...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não estou a confundir! Eu percebo a diferença! Não era essa a questão!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Portanto, como digo, não podemos confundir uma operação com maturidade de sete anos com operações de tesouraria de 30 dias, de 90 dias, porque isso é outra lógica! Por isso eu disse, há pouco, que uma coisa é este tipo de operações que vão ao conselho de administração e é o conselho que decide isto em definitivo, mas decide sob parecer da comissão de auditoria.

Portanto, obviamente que há todos aqueles papéis de *excel* e disto e daquilo e todas aquelas liturgias que são próprias dos gabinetes de estudo e dos gabinetes de investimento. Mas isso é uma coisa; outra coisa são as operações de tesouraria que, como eu disse a um dos Srs. Deputados, são

decididas no ambiente mais próprio ou mais aproximado ao das salas de mercados, em que, de facto, as consultas são feitas por *e-mail* ou por telefone e as decisões são muitíssimo mais rápidas e os métodos são completamente diferentes.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Com passinhos pequeninos creio que lá iremos!

Já sabemos, então, que esta decisão — a da ESI, é dessa que estou a falar — podia ser tomada por uma só pessoa, não tinha de ser tomada pelo conselho executivo, mas, de certeza que, conhecendo o ambiente da casa como conhece...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Está a falar da de 750?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Isso mesmo!

Como dizia, conhecendo o ambiente da casa como conhece, não foi tomada por uma só pessoa. E, então, vamos saber quais são as pessoas possíveis que poderiam ter tomado esta decisão.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Foi seguramente, ou melhor, acho que podia ter sido o CEO, podia ter sido o CFO, podia ter sido o diretor de finanças e o diretor do *corporate*. Acho que eram os quatro que estavam credenciados para tomar essa decisão, mas penso que todos intervieram na decisão.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, são estas três pessoas que terão intervindo na decisão.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Três ou quatro, porque a equipa não tem barreiras muito firmes.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Uma das coisas que tenho descoberto é que sempre que se tentam apurar responsabilidades nunca há só uma pessoa, há sempre três ou quatro possíveis. Não deixa de ser curioso!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Mas se ler as ordens de serviço e os procedimentos que estão estabelecidos, é assim mesmo!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E em relação à decisão de janeiro/fevereiro de 2014 que não só passa estes 750 milhões da ESI para a Rioforte como os aumenta para 897 milhões, estamos no mesmo universo de pessoas que podem ter tomado a decisão, ou estamos num universo diferente?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Essa foi a chamada «*magna quaestio*»! Portanto, quem é que geria nesse momento a famosa tesouraria centralizada.

Na minha opinião, e de acordo com a ata que li, continuava a ser a PT Portugal, presidida pelo Eng.º Zeinal Bava e o CFO e vice-presidente, que era comum à PT SGPS. Mas, de acordo com aquilo que ouvi ao Sr. Eng.º Zeinal Bava, ele nunca ouviu falar nisso, e, portanto, em rigor, temos de concluir que ele acha que não foi ele.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já que conhecia, e que conhecia como praticamente ninguém a casa, também de certeza que me

vai poder esclarecer sobre o seguinte: com quem é que lidava o acionista BES? Como é que isto funcionava? Porque o BES era um acionista e um acionista de peso e, de certeza, que tratava de vários assuntos dentro da PT. Quem é que dentro do BES lidava com a PT? Era o Dr. Ricardo Salgado ou eram os administradores delegados ou indicados pelo BES no conselho de administração?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Em relação ao conhecimento da casa, não sou dos mais antigos lá na casa. O Eng.º Bava é mais antigo do que eu.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas sabe, com certeza, mais que nós!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Como dizia, o Engenheiro é mais antigo lá na casa e passou por empresas mais ligadas ao cerne da PT, e digo isto porque não quero apropriar-me de méritos que não são meus.

As relações com o BES eram relações com um investidor de referência, aliás, mais do que um investidor de referência era um investidor muito interessado no desenvolvimento, nos objetivos estratégicos, nos objetivos da companhia. Eu via com alguma regularidade, enquanto fui presidente do conselho de administração — porque fui presidente do conselho de administração desde 2006, mas, depois de 2008, fui exclusivamente presidente do conselho de administração — a relação com o BES como sendo uma relação com um acionista de peso e muito interessado.

Portanto, como se fazia *roadshows* para os grandes investidores internacionais também se fazia *roadshows* para os investidores

portugueses, sendo que, como lhe disse, quando entrei na companhia havia 13% de investidores portugueses e no fim já estávamos na ordem dos 33% a 36% de investidores portugueses, o que significa que, efetivamente, a companhia teve uma grande capacidade de atração, até pelos dividendos que pagava.

Penso que a PT fazia parte da carteira de reformas e da carteira de poupanças de muitas famílias portuguesas, que foram muito atingidas com esta operação de *default*.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu percebo que a relação tenha de ser privilegiada! Acho isso até normal e natural; agora, gostava de saber quem eram os atores de um lado e do outro.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu falava com alguma regularidade com o Dr. Ricardo Salgado, sei que o Eng.º Zeinal Bava também falava com alguma regularidade com o Dr. Ricardo Salgado e, muitas vezes, falávamos os dois com o Dr. Ricardo Salgado.

Portanto, esse era um nível de relacionamento com o BES, aliás, como era também com a Caixa. Quando o Eng.º Faria de Oliveira era *chairman* da Caixa, eu visitava-o com muita regularidade, até porque queria tirar-lhe da cabeça — da cabeça dele consegui tirar, não consegui tirar foi da do CEO da Caixa — a ideia de venderam a participação na PT. E, portanto, a relação com o Dr. Carlos Santos Ferreira e com o Eng.º Faria de Oliveira era uma relação fluida, frequente e influente na condução da vida da PT.

Obviamente também falava com investidores mais pequenos, que era o caso da Visabeira, falava muitas vezes com o Eng.º Varela e com o Eng.º

Francisco Nunes, que era o principal acionista, com a Controlinveste e com a Ongoing.

Portanto, a minha vida era isso, ou melhor, uma parte da minha vida era isso! Era estar em contacto, transmitir informação e procurar colher a sensibilidade sobre determinadas questões centrais para a PT, ao mesmo tempo que idêntico trabalho era feito pelo CFO e pelo CEO junto de investidores internacionais.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Acho isso tudo natural, mas, em todo o caso, o que interessa é o BES. Se um dia tivermos uma comissão de inquérito sobre a PT queremos saber a maneira com se relacionava com os seus acionistas, mas, neste caso, o nosso foco é o acionista BES.

Há aqui um momento em que o Sr. Engenheiro afirma que não participou em qualquer reunião realizada no BES, em janeiro ou em março de 2014, referindo apenas que pediu ao CFO, ao Eng.º Luís Pacheco de Melo para ir ao BES, após conversa com o Dr. Ricardo Salgado, em que este lhe referiu já ter acordado com o Eng.º Zeinal Bava. Creio, aliás, que já confirmou estas afirmações.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não! Essa última parte, não.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não? Mas é importante então que confirme.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Mas confirmo tudo o que disse até aí.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP):— Todas as partes são importantes: a primeira é que pediu ao Eng.^o Luís Pacheco de Melo para ir ao BES. Pediu?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não. Depois de eu próprio ter ido.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP).— Depois de uma conversa que teve com o Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Exato.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP):— Qual é que foi o teor dessa conversa? Para ter acabado no Dr. Luís Pacheco de Melo, deve ter sido sobre aplicações financeiras. Não?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Foi sobre a mudança das aplicações... Aliás, o BES, ainda em dezembro, comunicou-nos que pretendia substituir aplicações da ESI por aplicações da Rioforte e explicou porquê, como, aliás, eu também já expliquei aqui.

A Rioforte, no âmbito daquela reestruturação que estava a ser tratada em conjunto com o Banco de Portugal, iria passar a ser a cabeça do Grupo, da área financeira e da área não financeira, e, por isso, estava muito próximo dos *cash-flows*.

Enfim, todas essas razões foram-me transmitidas pelo Dr. Ricardo Salgado, na primeira conversa, e eu disse que o melhor era falar com o Eng.^o Pacheco de Melo para ele ver a possibilidade de fazermos aplicações na Rioforte.

Foi trabalho que veio em má hora, porque nós estávamos nessa altura a fazer o *liability consent*, uma operação supercomplexa de transferência das obrigações da PT, ou da responsabilidade das obrigações da PT, para a Oi Brasil, com as mudanças de risco Portugal, que era muito mau, na altura, mas, ainda assim, não tinha aquela tonalidade de risco de país emergente que tinham as obrigações da Oi.

Portanto, a primeira reação foi a de que não foi a melhor altura para nos debruçarmos sobre essa mudança e estávamos um pouco afastados ou alheados dessas histórias que corriam à volta da ESI.

Mas o Dr. Ricardo Salgado recebeu o Eng.º Pacheco de Melo, primeiro, a quem expôs as razões que já lhe transmiti...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP):— E não era boa altura, mas acabam por interessar-se na mesma pelo assunto e até puseram lá mais dinheiro do que aquele que já tinham na ESI?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não era boa altura, mas acabámos por interessar-nos e, no fundo, acabou por pôr-se lá mais dinheiro. Mas, sequencialmente, daí passou-se para conversas com o Dr. Amílcar Pires...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP):— Do Dr. Amílcar Pires com quem? Com o CFO da PT, com o Eng.º Luís Pacheco de Melo?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Com o Eng.º Luís Pacheco de Melo, com a equipa do Eng.º Pacheco de Melo e terá havido algumas reuniões, com certeza, entre a equipa do Eng.º Pacheco de Melo e elementos da equipa do Dr. Amílcar Pires. Aliás, sei perfeitamente de

algumas trocas de documentos com a Dr.^a Isabel Almeida, que era uma das pessoas importantes nos serviços do Dr. Amílcar Pires e, enfim, o resto é aquilo que se conhece e que teve a sequência que teve.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim.

A última afirmação que fez foi a de que disse ao Eng.º Luís Pacheco de Melo para ir ao BES, depois de ter falado com o Dr. Ricardo Salgado, conversa essa em que o Dr. Ricardo Salgado referiu já ter acordado com o Eng.º Zeinal Bava. Esta parte confirma ou não?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Há uma conversa que teve a ver sobretudo com o problema do prolongamento das maturidades.

Já expliquei a um dos Srs. Deputados que o programa de aumento de capital da Oi foi recalendarizado. Inicialmente estava previsto para o dia 15 de abril, mas, depois, houve algumas declarações que o regulador brasileiro, a CVM, não apreciou muito, interrompeu ou suspendeu o processo, impôs que, depois, a Oi fizesse determinadas declarações, que foram, em síntese, as de que tudo aquilo que foi dito não deveria ter sido tomado em consideração, ou seja, uma espécie de obrigar a dar o dito pelo não dito, reabriu o processo e passou para dia 28, portanto, passou de 15 para 28 de abril.

Por outro lado, o tal programa de transferência de responsabilidades dos obrigacionistas foi, de facto, um sucesso maior do que aquele que nós esperávamos. Nós esperávamos que muitos acionistas não quisessem aderir ao programa e a forma de ultrapassar essa situação era pagar a obrigação. E, portanto, havia, digamos, uma provisão de liquidez para podermos executar o programa de transferência de responsabilidades das obrigações.

Como isso aconteceu, sobrou algum dinheiro e daí, talvez, tenha havido estes acréscimos de 2014 em relação a 2013.

Portanto, as duas razões foram estas: a recalendarização permitiu prolongar as aplicações e dar outras maturidades e o êxito do programa de transferências das obrigações permitiu também prolongar o vencimento da primeira obrigação, que era em agosto, e, portanto, agosto seria o mês impreterível para ter aquela liquidez dentro da Oi.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP):— Só precisava mesmo que me confirmasse se o Dr. Ricardo Salgado lhe disse ou não que já tinha conversado sobre este assunto e acordado qualquer coisa com o Eng.^o Zeinal Bava, porque o Eng.^o Zeinal Bava tem um problema de amnésia em relação a todos estes temas e, portanto, peço que nos ajude e nos diga se eles conversaram ou não. Ou seja, quero saber se eles conversaram ou não sobre este assunto?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Aquilo que o Eng.^o Bava falou ou não e com quem falou ou com quem não falou...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não sabe; só pode dizer o que lhe disse o Dr. Ricardo Salgado, eu sei!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não posso dizer e não tenho nenhuma razão para desmentir o Sr. Eng.^o Zeinal Bava!

O que posso dizer é que chamei a atenção do Sr. Dr. Ricardo Salgado para o facto de não me parecer que pudéssemos...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tratar deste assunto sem o Eng.^o Zeinal Bava. É isso?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não. Avançar a maturidade daquelas participações de abril para julho, porque, nessa altura, essas operações já estavam dentro da Oi e, portanto, era necessário que a Oi, em certa medida, estivesse de acordo em que houvesse esse prolongamento da maturidade e eu senti que devia transmitir ao Dr. Ricardo Salgado esta preocupação; não me parecia correto que isso fosse feito sem... E aquilo que recebi como resposta, no dia a seguir, ou dois dias depois, foi que o Dr. Ricardo Salgado já tinha falado com o Eng.^o Zeinal Bava.

Quanto a saber quem tem razão, o que posso dizer é que eu só falei com o Dr. Ricardo Salgado, não perguntei nem nunca falei sobre isto com o Eng.^o Bava, portanto limito-me a referir a diligência que fiz e a resposta que obtive, e a resposta que obtive foi esta que transmiti agora à Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já percebi.

Resumindo, aquilo que disse ao Dr. Salgado foi: nós não podemos tratar disto sem o Eng.^o Zeinal Bava...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não; sem a Oi!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... e o Dr. Ricardo Salgado, um ou dois dias depois, contactou-o e disse: eu já falei com o Eng.^o Zeinal Bava.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Exatamente!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Se falaram ou não, o senhor desconhece, porque não estava a escutar ao telefone.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim, porque sendo amigo dos Espírito Santo, não sou propriamente o «espírito santo de orelha»...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos, então, avançar para abril.

O Sr. Dr. Henrique Granadeiro ficou preocupado e foi aqui questionado sobre as notícias que, entretanto, começaram a sair sobre problemas no Grupo Espírito Santo e disse uma coisa que gostava que explicasse melhor: disse-nos que essas notícias saíram em três jornais, o *Expresso*, o *Sol* e o *i*, e eu que percebo muito bem o que é que isso quer dizer, portanto se me pudesse explicar...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A minha experiência de jornais, que é de 12 anos na Impresa, à frente do *Expresso*, e mais três na Lusomundo Media, com o *Jornal de Notícias*, o *Diário de Notícias*, o *24 Horas*, que era um jornal que havia, na altura, e que bastantes dores de cabeça me criou, dá-me uma noção de que como é que se articulam notícias entre jornais.

Mas, seguramente, sobre esta matéria não sei muito mais do que a Sr.^a Deputada...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Deve saber, porque eu não estou mesmo a perceber por que é que, pelo facto de as notícias saírem

nestes três jornais, achou que não tinha motivos para ficar preocupado. Não estou mesmo a perceber!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Houve uma articulação, pelo menos, aparecia uma articulação entre notícias saídas...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Disse que havia duas versões nestes três jornais contraditórias...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Acho que havia muita gente a mexer nestes temas, porque estes temas — e não vamos ser inocentes — tinham a ver com a disputa de poder dentro do Grupo Espírito Santo. Ou não?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Imagino que sim. Acho é que, infelizmente, não tinham só a ver com isso; tinham a ver com problemas muito mais graves.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim, acho que havia problemas bastante graves e que, em vez de estarem a ser discutidos nos fóruns próprios e com o recato que é apanágio dos banqueiros, estavam a ser tratados como um bando de ciganos...

Risos.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Como o recato é apanágio dos banqueiros, foi tudo para os jornais pôr notícias. É isso que nos está a dizer?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Como?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Aquilo que nos está a dizer, no fundo, é que, havendo um problema, com o recato que é apanágio dos banqueiros, foi tudo discutir o assunto para os jornais, que não é propriamente o sítio mais discreto do mundo para se discutir assuntos desta natureza...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Exatamente. Estou de acordo consigo.

Por isso é que lhe disse que, em vez de ser discutido nos fóruns próprios, com o recato que é próprio dos banqueiros, como sempre conheci os banqueiros, foi tratado de uma forma mais própria de um bando de ciganos — não encontro melhor expressão para caraterizar a situação.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu acho que os ciganos, neste caso, merecem bastante melhor tratamento, mas, em todo o caso, percebo o que quer dizer e concordo consigo.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim, não quero ofender os ciganos.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já percebi o que me quis dizer.

Mudando de assunto, quando se faz a fusão com a Oi, já nos explicou qual é o objetivo, já nos explicou toda a lógica do negócio e creio que estamos todos por dentro do assunto.

Um acionista de peso como o BES há de ter tido opinião e há de ter tido interferência. Pergunto: qual era a opinião do BES, quem é que tomava as decisões e que conversas é que houve e com quem relativamente à fusão com a Oi.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A ideia da fusão veio dos acionistas para o conselho de administração, tal como aconteceu com a ZON/Optimus; foram os acionistas que acordaram, em determinados parâmetros, uma eventual fusão e que, depois, confiaram ao conselho de administração o aprofundamento desse projeto.

Na PT, aconteceu um pouco a mesma coisa: os acionistas — BES, Ongoing e, do lado brasileiro, La Fonte e Andrade Gutierrez, enfim, os nomes não são exatamente estes, mas são as entidades — conceberam esse primeiro Memorando de 2 de outubro; depois, o problema foi posto ao conselho de administração, que, obviamente, teve de estudar e assessorar-se para o aprofundamento dessa ideia de que os acionistas de um lado e de outro tinham de fazer uma combinação de negócios.

A PT teve como assessores a Merrill Lynch e o BESI, que estava profundamente envolvido nessa matéria do primeiro Memorando de Entendimento, enquanto que do lado brasileiro estava um banco, o BTG Pactual, e, assim, começou-se a trabalhar nesse projeto de combinação de negócios, que visava, como disse há pouco, que as duas companhias combinassem os negócios para que o conjunto criasse uma sociedade a que, por uma questão de facilidade, se deu um nome impossível, CorpCo, e pretendia-se que esta detivesse os ativos no Brasil e a empresa brasileira continuaria a operar com as suas marcas, com todos os seus apanágios de empresa grande e, em Portugal, seria a PT que se manteria, e havia condições que procuravam salvaguardar Portugal.

Portanto, havia obrigações em relação a manter a PT Inovação, porque uma das vantagens que aportávamos para esse negócio era exatamente a nossa capacidade de inovação e o nosso pioneirismo em muitas áreas das telecomunicações. Era necessário ter tesouraria em Portugal, na medida em que havia muitas obrigações tomadas em euros e era desejável que toda a tesouraria pudesse ser aqui utilizada para satisfação dessa dívida.

E há uma condição que não tem sido muito explorada ou falada à volta desta mesa: essa empresa, a tal CorpCo, que seria, depois, a *holding* de todo o conjunto, devia estar cotada na Euronext Lisboa e em Nova Iorque, porque tanto a Oi como nós estamos cotados em Nova Iorque e, inclusivamente, chegámos ao ponto de escolher o banco que iria fazer o *trading*, cujo nome não revelo, porque o negócio não foi para a frente e ninguém gosta de estar envolvido em negócios que não se fazem.

Mas é importante este aspeto, que não tem sido ventilado, de que nessa combinação de negócios estava prevista a cotação dessa empresa em Portugal para que pudesse haver *trading* na Euronext.

Não sei se respondi inteiramente à sua pergunta, Sr.^a Deputada, mas...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não. A pergunta que coloquei foi no sentido de saber que interferência é que o BES ou que o Dr. Ricardo Salgado tiveram nesse negócio, ou seja se impuseram algumas condições e quais.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Tiveram influência nesse negócio, eles foram uns dos promotores. Tiveram influência, como é óbvio. Mas, por exemplo, eles não ficaram com o *trading* das ações cá.

É normal que, existindo transações de ações da tal CorpCo em Lisboa, naturalmente em euros, como as nossas ADR em Nova Iorque são em dólares, haja um banco que assegure a conversão, porque as pessoas, ao comprarem aqui, compram em euros, pelo que tinha de haver um banco que fazia a alimentação do negócio e, ao mesmo tempo, o *hedging* com a evolução da ação no Brasil, porque, basicamente, a empresa era brasileira e era sobre o real que as ações em Portugal tinham de ser avaliadas e não originariamente em euros. Aliás, esta é a mesma solução que existe entre as ações da PT no Euronext e os ADR da PT em Nova Iorque, que são transacionados em dólares e esse é um serviço assegurado por um banco americano.

É natural que o BES almejasse fazer a função de ficar com todo o *trading* dessas ações. Mas o BES não foi escolhido, porque, embora tenha uma *performance* extraordinária em determinados sectores do mercado segmentado, não tem experiência nesse sector. Como tal, foi ultrapassado por um banco estrangeiro e seria esse banco estrangeiro que iria fazer essa função.

Portanto, o BES não mandava assim tanto.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, tem de terminar.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Para além de que já tinha feito a assessoria do negócio e, em relação a isso, suponho que tivesse experiência.

No âmbito das variadíssimas operações que foram feitas para esta fusão, que envolveu um aumento de capital da própria Oi, a PT fez uma operação com a tal AG Tel e com a tal LF Tel pela módica quantia de 1500 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — 1488!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Exatamente! Que lhe permitiu ficar com a participação indireta, creio eu, de 2,4; pelo menos, é isso que consta do relatório.

A minha pergunta é muito simples: este é um preço justo por 2,4 da Oi com um aumento de capital?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr.^a Deputada, o Brasil tem uma forma de organizar a vida das empresas, em que as ações se distinguem em duas categorias: ações votantes e ações não votantes.

As ações não votantes, as chamadas «PN», não têm direitos políticos, mas têm algumas condições preferenciais na parte económica em relação à remuneração, mas quem manda nas empresas e quem tem o poder político são as ações ON.

Esta é uma solução brasileira que tende a desaparecer do Brasil e ser substituída por um sistema chamado «Novo Mercado», em que deixa de haver ações ON e PN e passa a haver um só tipo de ações e cada uma das ações tem um voto e era este o objetivo para a tal companhia, a CorpCo, na qual terminaria, finalmente, o processo de fusão.

Mas, entretanto, havia ações ON e PN e essa operação dos 1488 milhões foi no sentido de resgatar o controlo ou, melhor, de comprar o controlo que essas ações ON tinham sobre a Oi através de uma empresa acima, a Telemar. Sem essa compra do controlo, sem esse desfazer da dualidade ON/PN, o negócio não podia ser feito, porque tinha de acabar em uma ação um voto, no âmbito daquilo que eles designam como Novo

Mercado e que era a única situação que podia interessar aos acionistas portugueses.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, pretende fazer mais alguma pergunta?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pretendo, Sr. Presidente, e vem no seguimento da última pergunta que fiz.

O nó górdio é perceber se este preço foi justo ou não, para entendermos se tem alguma credibilidade um *e-mail* em que, a ser verdade, Ricardo Salgado terá dito, ao representante de Andrade Gutierrez, o seguinte: «Caro Sérgio, estou surpreendido com a situação...» — em que o tal Sérgio protesta pelo facto de a PT estar prestes a perder 900 milhões de euros — «... porque certamente que o Sérgio se lembra de que o GES teria uma contrapartida equivalente ao benefício das *holdings* privadas brasileiras no aumento de capital». Isto é um nó górdio, e muda muito, porque se este não for um preço justo e for um benefício, é a mesma coisa que dizer que o acionista brasileiro teve aqui o seu benefício e o acionista português teve o outro benefício, que foi o tal investimento no papel comercial.

Queria perceber se tudo isto faz sentido numa lógica empresarial ou se se tratava de benefícios ou de favores a determinados acionistas, mas que, manifestamente, não são no interesse da empresa — como disse, este é o nó górdio desta questão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra, para um comentário breve.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — É sobre essa matéria que não posso dar nenhuma ajuda, porque não tenho conhecimento de qualquer acordo que, porventura, tenha havido entre os controladores brasileiros e o BES. Enfim, conheço esse *e-mail*, mas não tenho nenhum conhecimento fundamentado que possa apoiar uma ou outra interpretação.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só quero esclarecer que não conheço o *e-mail*, conheço uma notícia sobre o *e-mail*, mas não sei se é verdadeira ou não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Cumprimento, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, o Dr. Henrique Granadeiro.

Esta é uma audição com bastante interesse — aliás, não é todos os dias que se ouve um gestor de topo confessar, com tanta clareza, os problemas do próprio capitalismo, desde a manipulação e instrumentalização da comunicação social, ao papel dos auditores externos e internos, à abdicação do interesse nacional até à captura do regulador e dos supervisores, incluindo, também, os Governos no jogo.

Portanto, é um quadro muito claro traçado, não por um comunista, desta vez, mas por uma pessoa que vê e que testemunha, no concreto, como são feitas as coisas.

Disse há pouco, se bem percebemos, que não pode garantir que não tenha sido feita a análise de risco sobre estes vários investimentos. Vou referir-me, durante muito tempo, ao conjunto dos investimentos na forma prolongada no tempo como foram ocorrendo, ainda que ao abrigo da tal parceria estratégia PT/Caixa Geral de Depósitos/BES.

Disse que havia ou que não havia avaliação de risco para cada uma das operações concretas?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — De operações concretas de...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estou a falar de papel comercial, seja da ESI, seja da Rioforte.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — O nosso garante era o BES, que nós considerámos sempre o pagador de último recurso, o BES era sempre o pagador de último recurso. Quem nos vendia era o BES; não éramos nós que íamos perguntar ou pedir ao BES; o BES é que oferecia determinados produtos financeiros, e podia oferecer outros.

Portanto, relativamente a essa avaliação de risco — aliás, como referi na intervenção inicial, o próprio banco tem um departamento de risco —, nas tomadas de participação, não é obrigatório que a PT faça uma análise de risco muito profunda. Tanto mais que, no âmbito do ETRICC, o BES, que, de acordo com a ordenação do Banco Central Europeu, foi obrigado a classificar os seus clientes em matéria de necessidade de informação, e o BES classificou a PT como «investidor conservador», o que significa que necessita de informação muito pormenorizada e especial, que não é dependente do virtuosismo da PT e da grande qualidade técnica da PT, mas é uma obrigação do intermediário financeiro dar o máximo de informação, designadamente em relação ao risco.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É um facto que é uma obrigação do intermediário financeiro, mas, convenhamos, investir aos 550, 750, 850

milhões de euros também dá uma certa obrigação a quem investe saber no que é que está a meter o dinheiro.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Mas aí prevalece o espírito da parceria.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas não vamos agora por aí.

Colocou aqui uma questão que me faz avançar já um conjunto de perguntas, que tem a ver com o garante do BES. Mas, ainda antes disso, gostaria de saber o seguinte: a PT utilizava algum recurso próprio para fazer esta avaliação de risco, ou não? Em condições normais de mercado, e na ausência de uma parceria estratégica, fá-lo-ia?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Fá-lo-ia, com certeza.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, a Ordem de Serviço n.º 111, ao abrigo da qual excecionavam os conselhos de administração de um conjunto de operações por serem feitas com partes relacionadas, diz que só podem excecionar-se dessas obrigações, desde que elas sejam realizadas em condições normais de mercado.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Claro que sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas acabou de me dizer que esta não era realizada em condições normais de mercado.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, não! Todas tinham de ser realizadas em condições de mercado!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas disse que, se fossem condições normais de mercado, havia avaliação de risco por parte da PT, ou não disse?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, percebi mal.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A equipa central da PT, a equipa financeira da PT, obviamente que ao fazer essas aplicações tinha de assegurar que as compensações oferecidas estavam alinhadas com o mercado, porque, caso contrário, não se faziam.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas, em condições normais de mercado, disse-nos que faria uma avaliação do risco daquela aplicação e que, provavelmente, ouviria outras ofertas. Mas, no caso, não. Havia tomadas firmes, inclusivamente...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Desculpe, mas não havia tomadas firmes.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tanto quanto sabemos, mais tarde, até houve aumento do limite máximo de tomadas firmes para papel comercial.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sinceramente, não estou a perceber a questão! Não é por má vontade, é porque não percebo esmo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já vou encontrar...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — O que posso explicar é o seguinte: a exceção dessas operações de tesouraria com partes relacionadas era nas condições de mercado. Se quiser, dou-lhe um exemplo de outro sector, que não o financeiro...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Antes disso, gostava, então, que... Mas pode dar o exemplo que entender.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — É rápido, Sr. Deputado.

Nós tínhamos outras partes relacionadas, como, por exemplo, a Visabeira. A Visabeira era nosso empreiteiro, quer dizer, era fornecedor de serviços à PT. E, obviamente, havia auscultação de mercado, havia, muitas vezes, concursos, por forma a que determinadas áreas ficavam adjudicadas à Visabeira, mas ela fazia aqueles trabalhos ou eram-lhe adjudicados aqueles trabalhos e aquelas áreas em função da consulta de mercado e do resultado da consulta de mercado — aliás, essas operações iam desde a assistência técnica a clientes, a assistência técnica à rede, a ampliação da rede, enfim, a toda uma quantidade de operações, as quais só podiam ser feitas com a Visabeira, que não é do sector financeiro, mas em condições de mercado, sendo que ela tinha de estar alinhada como mercado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já disse várias vezes que não teve acesso a esta auditoria, o que não ajuda muito para o nosso debate, porque, apesar das debilidades, o que esta Comissão tem, muitas vezes, são os pareceres de empresas, que querem ter lucro, feitos sobre outras empresas,

que também querem ter lucro, e, muitas vezes, não são assim tão transparentes quanto isso, mas, ainda assim, é o que temos.

Portanto, pergunto-lhe: então, não concorda quando dizem que, de acordo com a Ordem de Serviço n.º 111, no segmento em que exceciona as operações bancárias do cumprimento das formalidades previstas num conjunto de pontos, isso, excecionar essas aplicações, de acordo com essa *legal opinion*, contraria a declaração de cumprimento do Código de Governo das Sociedades, a que estavam obrigados, bem como viola o disposto no artigo 3.º, n.º 2, alínea e), do regulamento interno da própria PT, os estatutos da PT, pelo que é uma decisão inválida não cumprir aqueles requisitos para relacionamento com partes relacionadas?

Não concorda com esta visão?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não concordo de todo, mas também...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Ela acusa-o de não cumprir os estatutos da empresa que geria.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim, mas, por amor de Deus, aquilo que diz a Price não é, para mim, uma iluminação de justiça!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas, para mim, também não é, de todo; Estamos apenas aqui a confrontar...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Primeiro, eu não tenho conhecimento disso, não li isso, não sei o contexto em que isso é afirmado,

não reconheço capacidade à Price de dar uma *legal opinion*, nem foi solicitado à Price nenhuma *legal opinion*...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A *legal opinion* vem de uma sociedade de advogados e, por sua vez, consta do relatório da Price.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A PT, quando precisa de uma *legal opinion*, tem jurisconsultos e professores de Direito que, normalmente, consulta sobre essas matérias e está completamente ausente em relação a essa *legal opinion* que tenha sido feita por qualquer advogado, por mais ilustre que ele seja.

Para comentar isso com consciência, tinha de conhecer o relatório da Price. Como já lhe disse, não conheço e acho que foi injusto que me tivessem ocultado esse relatório. Agora, por essa amostra que referiu, isso, de facto, não me merece nenhuma credibilidade, porque essa é uma interpretação completamente estranha em relação àquelas que são as posições dos jurisconsultos que apoiam a PT nas suas decisões.

Portanto, Sr. Deputado, não conheço esse relatório da Price, gostava de conhecer, não conheço o contexto e, assim sendo, não me leve a mal, mas não posso responder a essa questão.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Por acaso, também lamento, em nota de rodapé, que uma das pessoas que é visada na auditoria não tenha tido possibilidade de ser confrontada com o que aqui está, porque isso tolhe a nossa capacidade de escrutínio.

Mas, enfim, isso não está ao alcance desta Comissão.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Mas, se o Sr. Deputado me permitir, poderei fundamentar a razão por que tenho pouca confiança no relatório da Price. É que a parte a que tive acesso foi a parte que foi publicada...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, a síntese publicada pela CMVM.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — ... e, numa das últimas páginas, a conclusão é: o CEO, se não tinha conhecimento de, tinha a obrigação de ter e, portanto, tinha a obrigação de perguntar — isto, no que diz respeito ao CEO; o CFO tinha a obrigação de dar conhecimento aos membros da comissão executiva; a comissão de auditoria tem as funções tais, tais e tais...

Por acaso, no segundo ponto, em que se diz que o CFO devia dar conhecimento aos outros membros da comissão executiva, não se lembraram de dizer que também tinha a obrigação de me dizer a mim! Ou que, talvez, a principal obrigação do CFO era a de me informar.

Portanto, acho um pouco ligeira a forma como a Price abordou esse ponto, mas, repito, não conheço o contexto e não posso responder claramente a essa questão.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já iremos a essas questões.

Quando nos diz que o garante era o BES, isso também nos foi dito na última reunião que tivemos aqui com Zeinal Bava e chegou mesmo a ser utilizado o termo «conforto».

Qual era o ativo que a ESI apresentava como contrapartida para o papel comercial?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Ouvi, de facto, essa parte, de que terá havido, algures no tempo, cartas de conforto,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Desculpe, agora referi só a ESI, mas tenha sempre em conta que é a ESI e, adiante, a Rioforte, portanto, ambas.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — ... mas não tenho conhecimento de que tenha havido cartas de conforto, pelo menos, no tempo em que intervimos, nunca o BES prestou cartas de conforto nessas aplicações.

O que estava fundamentalmente enraizado no nosso relacionamento de 14 anos é que, efetivamente, a operação era com o BES e que o BES honraria, como sempre honrou e tenho a certeza...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isso era uma espécie de acordo de cavalheiros.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não era acordo de cavalheiros; era acordo de parceria!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Qual era a garantia que tinha de que o BES arcaria com essas responsabilidades?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — É que era ele que nos propunha, que nos aconselhava, que nos vendia e que nos garantia a solidez desse produto.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas a PT qualifica-se como investidor informado, certamente.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, a PT é um investidor conservador, de acordo com a classificação que resultou do ETRICC. Obviamente que nos consideramos informados e até ficámos um pouco surpreendidos de sermos assim tão desgraduados. Mas a realidade é esta: de facto, a nossa confiança advinha do facto de, no quadro da parceria e na prática continuada, as operações serem pontualmente pagas. Nunca tivemos um incidente, nem ameaça disso! E tenho a certeza de que, se não tivesse havido esta tragédia da destruição do Banco Espírito Santo, eles acabariam por honrar essas operações da Rioforte.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Da parte do PCP, julgamos que é fundamental esta questão da garantia, de sentirem o BES como uma garantia, porque isso implica, de certa forma, que sabiam — e reparei que o Dr. Henrique Granadeiro usou sempre o termo «Grupo BES», na sua intervenção inicial, e nunca GES...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — É verdade. Nunca usei GES, porque aquilo que, efetivamente, existia na nossa relação era Grupo Banco Espírito Santo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas estavam a comprar papel comercial do GES.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — O GES e a noção de GES é uma criação na sequência do *ring-fencing* determinado pelo Banco de Portugal.

Portanto, usei aquela que era a nomenclatura que foi usada invariavelmente ao longo dos últimos 14 anos, que era Grupo Banco Espírito Santo, o que tem o seu valor do ponto de vista de garantir as operações que propunha a um cliente que era seu parceiro e que até era seu participado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Vamos mudar um pouco de assunto: a parceria estratégica resultou em quê, além do investimento de milhões da PT — um investimento recorrente e sistemático de milhões da PT — no GES, através do Grupo BES?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr. Deputado, as operações que fizemos com o BES foram altamente rentáveis.

Penso que, nos últimos três anos e meio, as aplicações renderam qualquer coisa como 103 milhões de euros. Portanto, não havia aplicação próxima desta que pudesse ter esta rentabilidade. Foi, de facto, aquilo a que se chama um bom negócio.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas era esquisito não haver empresas a disputar 800 milhões de investimento na ESI, ninguém queria investir na ESI; só a PT! O que, de facto, dá a entender que há uma certa relação promíscua entre um acionista e a empresa que está a investir, por sua vez, numa *holding* desse acionista, mas esta é uma consideração minha. Pergunto-lhe...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo, mas quem é que tem 800 milhões para investir? Não queria ser muito deselegante, mas, como pode verificar pelos últimos números publicados pela Caixa Geral de Depósitos, a CGD queimou, nos últimos quatro anos, 1800 milhões de euros que foram os prejuízos consolidados da Caixa nestes últimos quatro anos! 1800 milhões!

Quero dizer-lhe que os 897 milhões que resultaram do *default* vão ser pagos, ou já foram pagos, pelos meus acionistas. O Estado não pagou nada, foram os meus acionistas que pagaram já esse prejuízo; os prejuízos de 1800 milhões dos últimos quatro anos de gestão da Caixa vai o senhor pagá-los quando for necessário capital para a Caixa, porque só o Estado é que pode aumentar o capital da Caixa, a menos que imaginem outra operação exótica de privatização total ou parcial da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já agora que está a falar da Caixa, quando olhamos para uma linha cronológica em conjunto com o aumento da exposição da PT aos títulos GES e a outras aplicações financeiras no BES, reparamos que no momento em que o Estado retira a sua *golden share* a exposição tem um crescimento absolutamente inusitado, que nunca tinha tido anteriormente, ou seja um crescimento de 16 pontos percentuais de um trimestre para o outro — a única diferença é o Estado ter saído — e adiante, quando a Caixa Geral de Depósitos, contra a sua opinião, ao que parece, porque até tentou aconselhar no sentido contrário, mas cumprindo as orientações da troica e do Memorando de Entendimento, se retira do capital da PT, esta exposição dá um novo salto.

Pergunto: há alguma relação entre a concentração do investimento e a retirada do papel do Estado nas empresas estratégicas nacionais?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não lhe sei responder a essa questão, Sr. Deputado.

O que lhe quero dizer é que muitas empresas europeias de telecomunicações e outras, mantêm formas de *golden share*, porque nem todos os Estados da Europa, à qual pertencemos, se alheiam de tal forma do sucesso, da capacidade ou incapacidade das empresas portuguesas se projetarem para além das fronteiras e se solidificarem dentro das suas fronteiras.

Neste momento, o grande problema da Europa é que tem várias economias, mas tem uma moeda que, como o senhor sabe, é o resultado de uma economia.

O problema é que estamos na Europa do euro, em que dezanove economias têm uma moeda, mas essa moeda é correspondente à moeda de um só país, que é a Alemanha e que é o euro. Isso cria uma desproporção entre o valor da moeda e o valor da economia e, por isso, a trajetória tem sido de empobrecimento dos países que têm uma economia mais fraca do que aquela que teriam se o euro fosse calculado em função do conjunto das economias.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sou capaz de concordar com isso!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A outra questão é que o custo de capital no centro da Europa e o custo de capital na periferia é completamente diferente. Se eu quiser comprar uma empresa de vinhos no Reno e me for financiar em Portugal, pago um custo de capital muito elevado, mas se um alemão quiser comprar aqui uma operação, tem um custo de capital muitíssimo mais baixo.

Ora, é esta assimetria que, em certa medida, justifica que alguns países ainda mantenham *golden shares* em sectores que consideram fundamentais para a estrutura da sua economia. Por exemplo, a France Telecom tem *golden share*, a Deutsche Telecom tem *golden share*, a Volkswagen, têm *golden share*. É que ainda nem todos os países se lançaram tanto para fora de água, destruindo todos os instrumentos de proteção e de influência no desenvolvimento das economias dos seus países.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Disse que não queria estabelecer relações diretas, mas acabou por fazê-lo.

Mas, de qualquer forma, para nós, sempre foi claro que o Estado não se devia alhear das funções e dos sectores estratégicos da economia e que a adoção do marco, que agora dá pelo nome de euro, também não era uma boa política para o nosso País. Por isso, é que ainda torna ainda mais interessante esta audição e que só comprova o que eu disse no início: ter, de viva voz, de uma pessoa que intervém no sistema capitalista com o peso com que intervém Henrique Granadeiro ao longo da sua vida, a comprovação concreta daquilo que o PCP há muito vem dizendo.

Ainda sobre a parceria e a retirada da Caixa Geral de Depósitos, como é que o BES participou na candidatura à 3G, à licença UMTS (Universal Mobile Telecommunication System)? É que fazia parte da parceria estratégica o BES retirar dividendos do facto de a PT ter ganho essa licença. Já agora, se nos puder dizer: que dividendos tirou?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sinceramente, não sei. Até porque o caso da licença 3G não é, propriamente, um dos melhores exemplos.

Havia uma expectativa muito grande em relação àquilo que seriam os produtos criados em cima de uma rede 3G, daí que os concursos que os diversos Estados abriram atingissem valores loucos na Alemanha, um pouco por todo o lado e em Portugal também. E eram de tal modo loucos que isso penalizava e inviabilizava o desenvolvimento do próprio 3G. Então, os países, à sua maneira, foram ajustando o valor da licença 3G, baixando-o e, em alguns casos, até, perdendo parte do valor que os operadores tinham oferecido pela 3G.

Em Portugal também aconteceu o mesmo, houve soluções inteligentes, como a que nos levou a passar do último lugar em número de computadores por 1000 habitantes para o segundo ou terceiro lugar...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não sabe dizer como é que o BES apoiou a candidatura nem que dividendos retirou? Só pergunto isto porque era uma das cláusulas da parceria estratégica.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sinceramente, não sei. Poderá ter apoiado como financiador, mas não sei. Não vale a pena estar a inventar!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Presumimos que a PT tenha conhecimento das imposições de limites de endividamento entre ramos de conglomerados mistos, até porque também tem partes relacionadas, e, portanto, sabe dos limites de endividamento.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não compreendi a pergunta, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Enquanto gestor da PT tinha conhecimento dos limites de endividamento que, por exemplo, uma empresa, um grupo ao acaso, o Grupo BES, tem de crédito contraído nesse mesmo Grupo?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A realidade que eu conheço e que se vivia na PT era que há um *guidance*, que é dado ao mercado, em que um dos pontos importantes é a dívida bruta sobre o EBIDTA e quando esses...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Fale de endividamento intragrupo.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Mas nós não fazemos grupo com o Espírito Santo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu sei. O que lhe estou a perguntar é se tem ou se tinha, na altura, conhecimento das normas que limitavam a exposição intragrupos económicos?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, nunca lhe passou pela cabeça que a PT pudesse estar a ser utilizada para financiar empresas de um grupo, porque elas já não se podiam endividar no seu próprio banco.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim, nunca me passou pela cabeça que estivéssemos numa situação dessas e tenho a certeza que não estávamos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tem a certeza que não estavam numa situação dessas em que altura específica?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Mesmo no pico de 2005, em que foi 1220 milhões, nem mesmo, agora, neste pico de 2014, não...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O que lhe estou a perguntar não é se a PT se expôs demasiado; o que lhe estou a perguntar é se pode ou não ter sido ou se nunca pensou que a PT estivesse a ser utilizada como forma de empresas do GES se financiarem sem comprometer o seu grau de endividamento perante o BES. Porque, se a garantia lhe era dada pelo BES, mas o dinheiro ia parar à ESI, na prática, o que está a acontecer é que a ESI está a endividar-se no BES através de terceiros, excedendo, assim, os seus limites de endividamento — e falo da ESI ou da Rioforte, aqui é indiferente.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A nossa relação era com o BES...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A vossa relação comercial era com o BES, mas a tomada de papel comercial era da ESI e da Rioforte. Não pode negar isso. Não é?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, com certeza!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isso é factual. O que lhe pergunto é se está a emprestar dinheiro à Rioforte e à ESI e o BES não pode emprestar

mais dinheiro, porque está sobre-exposto àquelas empresas, não terá sido a PT uma forma de o Grupo se endividar sem comprometer o grau de exposição do BES, contornando, assim, qualquer espécie de limitação que a lei impunha já, na altura, bem como as recomendações do Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sinceramente, não sei se estamos dentro desses limites.

A questão que me colocou foi se não estaríamos nós a substituir o BES no financiamento das suas empresas por causa dos limites do Banco de Portugal.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mesmo antes do *ring-fencing* esses limites já existiam através de circulares e de notas do Banco de Portugal e julgo que, até, de diretivas transpostas em Portugal.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — O Sr. Deputado já percebeu que eu não tenho elementos para responder a essa questão.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, admite que a PT tenha sido uma fonte de financiamento.

Se a garantia era dada pelo BES, se era esse o sentimento da PT... E desculpe, não tenho muito tempo, mas era muito importante dizer-nos como é que a PT sabia qual era o ativo que estava a ser dado como contrapartida daquele passivo que a ESI estava a contrair e quantas vezes pediram as contas da empresa que estavam a financiar.

Repare: é um ato de gestão muito duvidoso emprestar 850 milhões de euros a uma Rioforte sem nunca na vida ter pedido as contas daquela

empresa. E foi dito nesta Comissão que, pelo menos à ESI, nunca chegou um pedido da listagem de ativos por parte nem da PT nem da comissão de auditoria da PT nem dos auditores externos da PT. Confirma isto? Nunca pediu esses dados?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não! Essas operações da ESI não foram feitas por mim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas no caso da Rioforte também não solicitou qual era o ativo que estava a ser dado? Portanto, emprestou 850 milhões, porquê? Porque tomou como ponto assente que o BES garantia o ativo. É isso, não é?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Exato, que o BES garantia.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Logo, é lícito dizer...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — A base da relação é a parceria, a forma como ela decorreu ao longo destes 13 ou 14 anos e a garantia que o BES representava, para nós, de satisfazer, como sempre satisfez, pontualmente, essa responsabilidade.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A PT foi predada pelo sector financeiro, porque serviu de intermediário para fazer empréstimos que o banco já não podia fazer, a partir do momento em que tem uma garantia de um banco para um empréstimo a uma empresa não financeira. Essa é a verdade, Sr. Dr. Henrique Granadeiro!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Pois, eu não vejo o problema assim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, como é que vê o problema, desculpe lá?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Vejo o problema como uma aplicação da PT numa empresa do Grupo Banco Espírito Santo, que nos foi proposta pelo Banco Espírito Santo, na base do tal *overview* e na base do tal prospeto de EMTN. Verificou-se depois, quando tivemos acesso às contas, que nos foram omitidas informações e que nos foram prestadas informações que não eram exatas, informações falsas, e extemporâneas, porque a operação já estava concretizada.

Aliás, eu fui muito claro quando falei da surpresa que tivemos ao conhecermos as contas da Rioforte.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, permita-me só um aparte.

Da parte do PCP, não estamos aqui a tentar responsabilizá-lo por este ou aquele ato, tal como não é essa a nossa perspetiva de intervenção nesta Comissão de Inquérito; queremos compreender as condições que levaram a que este buraco viesse parar às mãos dos portugueses. É disso que estamos a falar do ponto de vista político e as responsabilidades de cada um serão apuradas em sede própria, não nesta Comissão.

Portanto, quando lhe pergunto, é para termos a noção de como é que funcionavam as empresas, como é que a PT se dispunha a fazer aplicações desta natureza. E já compreendemos: assumia que o BES era a sua garantia.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — E tinha um contrato com o BES.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois, tinha um acordo com o BES que só a obrigava a investimentos iniciais e ao cruzamento de participações, tanto quanto sabemos, não tinha lá 14 anos de compromissos em participações crescentes. Mas isso...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Nós tínhamos uma condição preferencial para produtos financeiros e isso está claramente expresso no acordo de 2000.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Engenheiro, isso veio a tornar-se um dos problemas principais desta perda da PT.

E não sabia que a Rioforte tinha tentado várias vezes ir ao mercado buscar financiamento e que não tinha conseguido?!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sinceramente, não sabia, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Termino, perguntando-lhe só em que data exata é que soube do *ring-fencing*?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Do *ring-fencing* soube pelos jornais...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Provavelmente, soube quando foi divulgado pelo Banco de Portugal, digamos?!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não tenho acesso a informação privilegiada, mas, normalmente, leio a imprensa especializada, leio os factos relevantes que são emitidos pelas autoridades e pelos reguladores e foi nesse contexto que...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Que, de facto, nem sempre foram fiáveis, mas...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim, segundo disse a Sr.^a Ministra, houve aqui umas coisas que, de facto, não correram bem.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Aliás, poucas dessas que utilizou como apoio foram fiáveis, a história veio a comprová-lo, e terá de fazer parte das conclusões desta Comissão a forma como o Governo e outros responsáveis se atravessaram por um banco.

Mas a questão que lhe quero colocar é esta: se o *ring-fencing*, os mercados e a PT, fazendo parte deles como ator privilegiado, sabem em dezembro de 2013, como é que depois disso a PT ainda aceita financiar empresas não financeiras com uma garantia da financeira? É que isso é uma operação clara de aumento de exposição do BES ao GES.

Como é que a PT decide, com a mesma ligeireza com que decidia no passado, a 25 de março, fazer uma adenda no Contrato de Organização, Colocação e Tomada Firme de Papel Comercial do BESI e do BES, sabendo que aquele banco não podia expor-se ao seu ramo não financeiro?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu não conheço isso...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Na sua mão tinha papel comercial do ramo não financeiro e tomava como garantia, ainda que não tenha tido uma carta de conforto — pelo que nos diz, não houve uma carta de conforto —
...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu não a conheço.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas tinham como boa a garantia que era o banco...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, assumiam como boa, para o financiamento que estavam a fazer ao ramo não financeiro, a garantia do ramo financeiro. Portanto, estavam mesmo, mesmo em cima do muro, no que toca ao *ring-fencing*.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não estávamos, não!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Se calhar, estavam para lá do muro.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr. Deputado, a operação que agora citou é exatamente a operação inversa, é a cessão da posição contratual da PT SGPS para a PT Portugal de um empréstimo ou papel comercial emitido pelo BES ou empréstimo concedido pelo BES à PT SGPS e que a PT SGPS transferiu para a PT Portugal, no âmbito da tal política de gestão integrada de tesouraria a partir da PT Portugal.

Quer dizer: o tomar de participação na Rioforte fica de um lado do balanço. Esta operação de que está a falar fica do outro lado do balanço, fica do lado da dívida. A Rioforte está do lado do crédito, do ativo; essa operação de cessão contratual desses empréstimos do BES/BESI à PT SGPS está do lado do passivo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, mas a tomada de papel comercial que precede esta operação, na prática, é um financiamento à Rioforte?!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Mas não tem nada a ver uma coisa com a outra.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Ah, então, ainda bem que me explica isso, porque não estava a perceber este contrato de...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — É assim, Sr. Deputado: aquela operação é uma operação do passivo,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas isso não responde à questão inicial que lhe coloquei.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — ... é uma operação em que o Espírito Santo havia emprestado, e aceitou até emprestar mais nesse momento de transição para a PT Portugal, pelo que isso faz parte da dívida e do passivo da PT; a outra não, a outra é uma operação do ativo.

O Sr. **Presidente**: — Já nos explicou, Sr. Doutor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas não me explicou a outra parte da questão.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Qual?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A parte da compra do papel comercial. Já me explicou que esta desonera, mas a da compra do papel comercial da Rioforte onera.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Essa desonera, não; essa onera, aumenta a nossa dívida.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, é um empréstimo do BES à PT e constitui um passivo...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não é uma obrigação, é papel comercial.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas a compra do papel comercial da Rioforte ocorre após o *ring-fencing*?!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não sei, isso, sinceramente, não sei! Não vale a pena estar aqui a inventar, não sei se foi antes ou depois do *ring-fencing*.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Desculpe, não sabe...?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — E, quando digo que não sei, não sei mesmo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, mas, se o *ring-fencing* foi em 3 de dezembro de 2013, então a PT comprou papel comercial da Rioforte depois do *ring-fencing*.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim, mas não estava...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, senhor. Nunca lhe passou pela cabeça que pudesse estar a aumentar a exposição do BES ao GES?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não, nem me parece que isso tenha tido esse efeito.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois, não teve, porque o GES não dava garantias nem cartas de conforto, mas, se desse, como estava convencido de que dava, estava a fazê-lo.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — O GES não dava garantias...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O BES, o BES!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sim, nunca deu. Que me lembre, para este tipo de operações, nunca deu cartas de conforto. Havia um acordo de parceria estratégica, houve três anos de...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Era uma espécie de confiança entre bons rapazes...

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Com certeza! Mas, Sr. Deputado, a base do funcionamento da economia é mesmo a confiança. Quer dizer, no dia em que o senhor tiver de pôr um polícia atrás de um vendedor de qualquer coisa, nesse dia, acabou a economia de mercado.

Agora, de facto, a maior parte das relações de empresas e das pessoas são na base da confiança e foi exatamente por Portugal ter perdido a confiança nos mercados que surgiram muitos problemas, que têm sido recuperados com duras penas para os cidadãos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, eu tenho aqui só uma curiosidade, que é a seguinte: o Sr. Engenheiro trabalhou com o Dr. Zeinal Bava?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Eu? Trabalhei!

O Sr. **Presidente**: — Pergunto-lhe o seguinte: que tipo de gestor é o Dr. Zeinal Bava? É um homem que só se preocupa com as questões macro? É um homem que se envolve na gestão? Ou é um homem que se envolve minuciosamente na gestão das empresas que estão sob a sua responsabilidade?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Ó Sr. Doutor, não me faça essa maldade! Eu trabalhei com o Eng.º Zeinal Bava em situações diversas. Uma vez, ele era CEO e eu era administrador, como aconteceu na PT

Multimédia; outras vezes, eu era CEO e ele era vice-presidente, como aconteceu na PT... Portanto, estivemos em várias situações.

Ele é um gestor de mão muito em cima das coisas, com uma capacidade de trabalho invulgar, com uma capacidade de construir equipas extraordinária... E, portanto, estas são as características principais que eu lhe reconheço...

O Sr. **Presidente**: — E chega!

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — E, além disso, tínhamos uma relação que eu, uma vez, classifiquei publicamente, porque me perguntaram se nós tínhamos relações de amizade, dizendo que o Sr. Eng.º Zeinal Bava e eu tínhamos defeitos compatíveis e, por isso, não tínhamos problemas de relacionamento.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, permite-me...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Deputada Cecília Meireles.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, só na tentativa de o ajudar nessa questão, apesar de não estar a fazer inquirição, posso dizer-lhe que no acervo do Parlamento numa Comissão de Inquérito que houve à aquisição da TVI pela PT, em que o Eng.º Zeinal Bava foi ouvido duas vezes, lembro-me de que a expressão mais utilizada para o caracterizar — lembro-me bem — era uma expressão inglesa. Dizia-se que ele era um gestor muito *hands on*, o que significa que gostava de se envolver muito nas coisas.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Foi o que eu disse, eu disse a mesma coisa!

O Sr. **Presidente**: — Foi mesmo essa a expressão usada pelo Sr. Dr. Henrique Granadeiro.

Sr. Deputado Miguel Tiago, não tem mais perguntas?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já agora, Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já agora, quero só perguntar se não ouviu, então, aquele testemunho — julgo que foi Joaquim Goes, mas não o posso assegurar e não sei se o Sr. Engenheiro tem acompanhado estas audições — que nos disse que, por vezes, a PT tinha melhores condições de endividamento do que as empresas do GES. Não ouviu isso?

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Não ouvi, mas não me admira nada.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas isso foi utilizado como justificação para ir buscar financiamento à PT.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr. Deputado, eu disse-lhe que nós, conselho de administração, fixámos à comissão executiva os parâmetros em que eles deviam ir procurar uma operação de dívida, que, por acaso, chegou a 1 bilião, e eu disse-lhe que os parâmetros eram: taxa até 5,25%; maturidade até sete anos; e o montante.

E, quanto ao montante, que inicialmente estava previsto ser de 750 milhões, dado o sucesso que teve a operação e o interesse que tínhamos em atrair sobre Portugal uma mudança de atitude na situação de bloqueio em que estávamos, nós, conselho de administração, autorizámos que a operação subisse de 750 milhões para 1000 milhões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Henrique Granadeiro, não estamos completamente satisfeitos, tenho a certeza, com todas as respostas que nos deu, até porque a insatisfação deve ser uma característica dos Deputados, mas ficamos, desta vez, muito mais satisfeitos do que ficámos na audição anterior à sua na semana passada.

Sr. Dr. Henrique Granadeiro, agradeço o contributo que deu aos nossos trabalhos e, como o Sr. Engenheiro quer terminar com umas últimas palavras, dou-lhe a palavra.

Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Henrique Granadeiro**: — Sr. Presidente, agradeço a benevolência de V. Ex.^a e dos Srs. Deputados para poder dirigir uma última palavra aos milhares de acionistas da PT que foram severamente lesados por uma opção estratégica que tinha tudo para correr bem e acabou mal, com o efeito colateral da destruição do BES, cuja história, como a da nau Catrineta, terá muito que contar e em que muita coisa falhou, como, premonitoriamente, afirmou a Sr.^a Ministra das Finanças, referindo-se aos auditores — os célebres auditores — e, depois, à supervisão.

Nós quisemos voar alto, confesso, e o sol queimou-nos as asas! Lembro-me de, na assembleia geral de 28 de março, apesar do ambiente de um certo entusiasmo que levava a alguma euforia e que acabou com 99% dos votos favoráveis, porque, efetivamente, o projeto era tentador, aliás,

confesso que estava absolutamente convencido de que era um projeto interessante para as comunidades, para a língua portuguesa, porque a língua portuguesa ou sobrevive como uma língua de *internet* ou, pura e simplesmente, tomará o caminho do desaparecimento e da irrelevância, como algumas línguas cultas da Europa estão a trilhar.

Queria, dessa assembleia geral, com o tal entusiasmo com que foi votado esse projeto, lembrar quatro acionistas que, tenazmente, lutaram contra o projeto: o Dr. Luís Rosa, o Dr. Ribeiro Novo, o Dr. António Oliveira, o Francisco Gonçalves, da Comissão de Trabalhadores, que habitualmente, era contra as propostas, e o presidente de um dos sindicatos ou do conjunto dos sindicatos, o Jorge Félix.

Eu fiquei impressionado, com a tenacidade e a coragem deles de enfrentarem uma assembleia geral hostil, toda ela favorável à operação, ao ponto de, quando cheguei a casa, ter perguntado a mim próprio: e se eles têm razão?!

Hoje, falo neles, exatamente, para evocar todos os outros que, efetivamente, foram prejudicados por esta operação que, como é óbvio, é da minha responsabilidade, embora não seja da minha culpa, pelo menos, totalmente da minha culpa.

E não acho melhor imagem, ao evocar esses acionistas, do que trazer aqui a lenda de Egas Moniz que reconheceu, perante o seu primo, D. Afonso Henriques, que, efetivamente, tinha falhado uma das promessas com que se tinha comprometido com ele. E aquilo que disse Egas Moniz ao Afonso Henriques, seu primo, foi: Desta vez, errei; mas, em todas as outras, cumpri!

Ora, é com este sentimento que eu queria evocar os milhares de acionistas, pequenos, e que tinham nas suas carteiras PT, e faço-o na pessoa daqueles quatro lutadores, que, efetivamente, com toda a coragem,

enfrentaram uma assembleia geral que votou, por 99%, a favor do projeto que eles combateram.

Permitam-me, ainda, uma última palavra para agradecer, e também uma palavra de conforto, aos meus colegas do conselho de administração, a quem deixei uma tão pesada herança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 22 horas e 25 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.